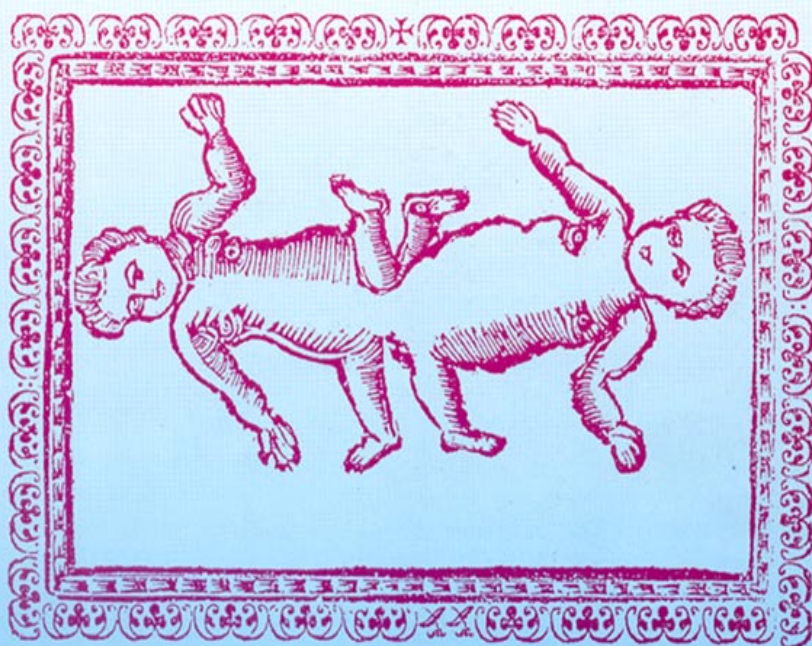


MEDICINA·NA·BEIRA·INTERIOR DA·PRÉ-HISTÓRIA·AO·SÉCULO·XX

ão; mamaõ ao mesmo tempo, ambas pegando cada huma em seu peito, choraõ, & riem em tempo, & intervallos diferentes de tal forte, que huma ri, outra chora no mesmo tempo, & muytas vezes pelo contrario, ambas choraõ, & riem, cuja copia, ou retrato he o seguinte.



57 **A**dmiracão excessiva causou este successo a quem delle teve noticia, ou o chegou a divisar com a propria vi-

CADERNOS DE CULTURA

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

NOVEMBRO DE 1993

N.º 7

MEDICINA·NA·BEIRA·INTERIOR
DA·PRÉ·HISTÓRIA·AO·SÉCULO·XX



CADERNOS DE CULTURA

Director
António Lourenço Marques

Editor
António Salvado

Nº 7- Novembro de 1993

Secretariado
Urb. Quinta do Dr. Beirão
27 - 2º E
6000 CASTELO BRANCO
Telef.: (072) 22042

Direcção Gráfica
António Camões
Tomás Monteiro

Capa
Carlos Matos
(a partir de gravura extraída
de Bernardo Pereyra, *Discurso
apologético...*, Coimbra, 1719)

Composição, montagem,
produção de fotolitos
AVALON, Oficina Gráfica

Publicidade
Projectarte, Lda.
Rua Mousinho Magro, 45
6000 CASTELO BRANCO
Telef.: (072) 326644
Fax: (072) 320752

Impressão e acabamento
ALBIGRÁFICA, lda.

SUMÁRIO

A MELANCOLIA NAS CENTÚRIAS DE AMATO	
José Morgado Pereira	4
AMOR E A MORTE NOS (...) REGISTOS PAROQUIAIS ALBICASTRENSES	
Manuel da Silva Castelo Branco	8
A VIDA E A DOR NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA	
Maria João Guardado Moreira	38
PRÁTICAS ETNOMEDICINAIS NA RAIA	
Pedro Miguel Salvado	41
BREVE REFLEXÃO SOBRE A VIA SACRA DA DOR	
Maria Antonieta Garcia	48
COMO NASCEU UM GRANDE ROMANCE PORTUGUÊS	
António Manuel Lopes Dias	51

A Medicina e as Letras

A crise subjacente à expressão e à vivência dos valores humanos implicados nas diversas disciplinas do conhecimento, nomeadamente na divisão entre as letras e as ciências, é uma realidade que por vezes parece agudizar-se. Tradicionalmente, são as letras que exibem, de forma mais explícita e veemente, a vertente das humanidades, produzindo, não só pela persistência dos modelos de ensino mas também por contraste, como que uma rarefacção de tais valores nas próprias ciências exactas. Estas, ao isolarem-se em campos que reivindicam como rigorosamente demarcados e aparentemente exteriores ao homem, poderiam sugerir interesse por tal alienação.

Ora, todas as disciplinas pertencem ao universo concreto da vida e da cultura. Há pois que não deixar tresmalhar por caminhos, mais ou menos irrealistas, alheios ao humano, as manifestações de conhecimento que inclusivamente se pretendem “ mais científicas “. Em última análise, todas participam na história das ideias. E esta história bem pode ser um fio que as congregue numa perspectiva humanística.

Este 7º caderno de cultura inclui trabalhos de investigação sobre realidades humanas da Beira Interior que foram apresentados nos nossos encontros de estudo, anualmente realizados na Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Têm a ver com Amato Lusitano, e também com a vida e a dor do homem desta região, numa perspectiva histórica e interdisciplinar.

Este projecto vai continuar a desenvolver-se. Assim, nos dias 12 e 13 de Novembro voltaremos a reunir-nos. Desta vez, para além do aprofundamento do estudo da contribuição de Amato para a história da ciência e da cultura portuguesa, serão as expressões culturais significativas inspiradas no corpo, que é fonte de dor mas também de esplendor, que irão estar na base dos trabalhos, moldados naquela perspectiva.

O Director

Por José Morgado Pereira

A escolha da Melancolia em Amato Lusitano como tema para estas jornadas permite-me também aflorar o outro tema proposto: A Dor (e a Vida). Vida e dor não serão sinónimos, à maneira de Schopenhauer, mas a dor faz parte da vida. Ora a dor moral, de que se irá falar, continua ainda, em certos autores contemporâneos, a ser uma espécie de signo da Melancolia.

Refira-se desde já que o significado actual do termo Melancolia é muito mais restritivo do que no passado, tendo caído em relativo desuso, substituído pelo termo Depressão, que é relativamente recente (século XVIII e, principalmente, século XIX).

Por outro lado, o estar “em baixo”, triste, infeliz, desanimado, desesperado, acabrunhado, etc., são estados que afectam em dado momento qualquer ser humano. Separações, disillusiones, lutos, perdas, desgostos diversos, são experiências afectivas frequentes e inevitáveis.

O sentir-se “melancólico ou deprimido” não implica pois um estado patológico ou qualquer afecção mental. Só quando esses estados se prolongam e agravam, se tornariam não reversíveis e acompanhados de sintomas tradutores de repercussão de ordem somática, é que se deverá falar em doença.

Mas para os antigos, a constatação de um temor e tristeza persistentes era indicativo de melancolia. Para a ciência actual, tal estado pode efectivamente corresponder ao leque das perturbações depressivas, mas também ser um mero epifenómeno de um largo

espectro de afecções de gravidade, curso, prognóstico e tratamento completamente diferentes.

Voltemos à melancolia antiga, a que vem desde os séculos V e IV A.C. até ao século XVIII, e cuja análise obriga a arriscadas viagens retrospectivas, sabendo-se de antemão que é muito difícil reconhecer no passado as categorias nosológicas que hoje nos são familiares. Como diz Starobinski, falta sempre qualquer coisa, e principalmente a presença das pessoas doentes.

Curiosamente, a Melancolia tinha uma causalidade definida, de acordo com a teoria humoral, a atrabilis ou bÍlis negra.

Apesar da ideia dos humores vir da medicina empírica, e de a ideia de saúde como equilíbrio de diversas partes ser contribuição dos filósofos gregos, é Hipócrates que cria a doutrina humoralista unitária que persiste afinal até há poucos séculos. Aos quatro sucos ou humores corporais (sangue, bílis amarela, bílis negra e fleuma) corresponderiam os quatro elementos (ar, fogo, terra e água). Cada humor é combinação de duas das quatro qualidades (cálido, húmido, seco e frio). Em cada um dos quatro temperamentos (sanguíneo, colérico, bilioso e fleumático) predominaria um dos humores. Todas as

doenças resultariam de uma , perturbação do equilíbrio humoral, por excesso ou corrupção de um dos humores. A bÍlis negra, sediada no baço, tinha que ver com o elemento terra, com a estação do Outono (e com a idade pré-senil), e com as qualidades frio e seco. A bÍlis negra tinha concentradas substâncias



A Melancolia (Gravura de A. Dürer)

A Dor (e a Vida). A Vida e a dor não serão sinónimos, à maneira de Schopenhauer, mas a dor faz parte da vida. Ora a dor moral, (...), continua ainda, em certos autores contemporâneos, a ser uma espécie de signo de Melancolia.

activas, agressivas e irritantes, e era lugar residual após evaporação de elementos aquosos dos outros humores, sujeita a variações rápidas e perigosas, passando de muito fria a muito quente, e existindo grande facilidade de obstrução das vias de drenagem. Os sintomas têm pois origem física, somático-humoral. Percebe-se assim a natureza dos tratamentos físicos, visando o reequilíbrio humoral-sangrias, dietas, purgas. Acrescente-se ainda o xarope heléboro, considerado específico, e que se utilizava em diarreias, vômitos, sendo as fezes negras consideradas efeito da expulsão da bÍlis negra.

O predomínio de tratamentos físicos e alguns bem agressivos não deve fazer esquecer a psicoterapia associada (a medicina helénica é uma paidéia) quando o diálogo com o paciente era considerado possível.

Galeno fixara à descrição e definição de Melancolia que fará autoridade até ao século XVIII, pelo menos, descrevendo três variedades distintas:

1ª - afecção melancólica localizada no encéfalo;

2ª - afecção generalizada, em que a bÍlis negra invade, através do sangue, o organismo inteiro e também o encéfalo;

3ª - afecção melancólica, primeiramente situada a nível do estômago e órgãos digestivos - a Hipocondria - e que atinge o encéfalo por exalações e vapores.

Só no século XVII, Burton descreverá a melancolia amorosa (que Galeno já sugerira) e a melancolia religiosa, já mais moderna.

Por outro lado, os "Problemata" aristotélicos já conferiam superioridade espiritual à melancolia: seria característica de vocações heróicas ou do génio poético ou filosófico, e influenciaria assim toda a cultura ocidental, nomeadamente a partir do Renascimento.

Em todas as Centúrias há descrições de casos que diríamos hoje psiquiátricos e em todas há casos de Melancolia. Em muitas há descrições clínicas feitas com pormenor e agudeza, e os tratamentos que descreve e que geralmente não variam muito. Importantes são os comentários, onde mistura conhecimento práticos e uma erudição onde estão presentes não só os seus mestres Hipócrates,

Galeno, Avicena, Conciliator, Aliabate, Sorano de Efeso, Areteu da Capadócia, Rufo, Paulo de Egina (Egineta), etc, num ecletismo assinalável, mas também referências da cultura humanística.

Selecionei apenas algumas Curas, por se prenderem com concepções ou atitudes posteriores e até actuais ou por anotações curiosas ou mesmo pioneiras de alguns casos.

Assim, na Cura 34 (1ª Centúria) e que é claramente o que hoje designamos por psicose puerperal, é muito bem descrito o quadro de agitação confusional "não estar firme do juízo, toda a noite agitada com terror e medo, dormiu pouco, falando várias coisas e palavras

semelhantes às que eram proferidas no quarto ou lhe eram objectadas". O tratamento iniciou-se mas "como os assistentes asseverassem que a mulher era atormentada pelo mau espírito e chamassem os frades para o expulsar, desistimos da cura e não mais a visitámos". E, acrescenta, "desde modo a deixámos mentecapta e furibunda".

Firmemente, Amato opôs-se às opiniões que considera não-científicas.

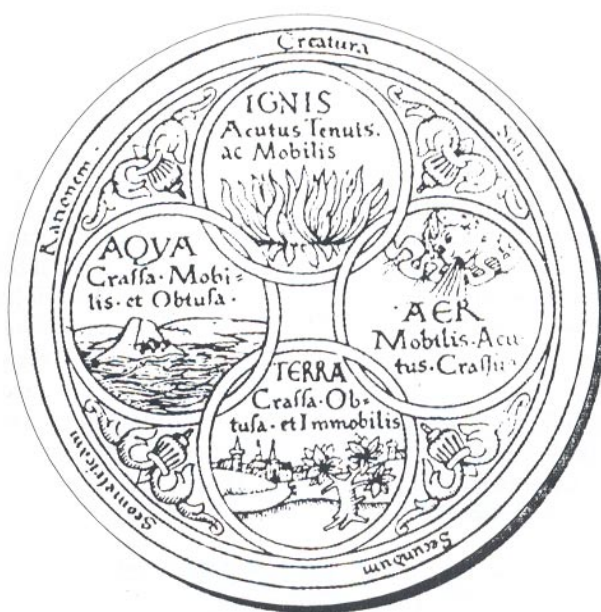
Também na cura 54 (4ª Centúria), refere um indivíduo sofrendo de

melancolia flatuosa hipocondríaca, e comenta depois as proezas de um frade que se intitulava médico e "por amor de S. Francisco afirmava curar todas as moléstias, e em breve tempo o matou".

Na cura 35 (1ª Centúria), faz um comentário notável precisando a distinção entre mania e melancolia.

"Os loucos de mania provenientes de combustão da bile amarela, são arrebatados, barulhentos, atrevidos e agressivos. Os melancólicos provenientes da bile negra, são tímidos, receosos de tudo, tristes, gostando antes da solidão e evitando a conversação dos homens". E cita Galeno e... Homero! Esta referência remete de facto para a Ilíada, canto VI, quando Belerofonte, "tendo incorrido no ódio de todos os Deuses, errou, sózinho, através da planície Aleia, consumindo o seu coração, evitando as pegadas dos homens".

Apesar de Amato não admitir que pudesse tratar-se duma mesma afecção com dois pólos distintos (Mania/melancolia), conclui que "esta doente encontrava-se muitas vezes disposta para rir, de modo que se



(...) os "Problemata" aristotélicos já conferiam superioridade espiritual à melancolia seria característica de vocações heróicas ou do génio poético ou filosófico, e influenciaria assim toda a cultura ocidental, nomeadamente a partir do Renascimento.

deveria esperar disso que a sua melancolia não fosse assim tão difícil, visto que nela dominava o sangue como diz Hipócrates”, comentário pertinente, pois estas características possuem significado prognóstico quando surgem em doenças afectivas.

Na cura 56 (3ª Centúria), descreve um caso de um rapaz hebreu, de Salónica, que se apaixonou tão perdidamente que caiu em loucura. Tratado com xarope de heléboro e purgado, acabou por entrar de noite em casa da donzela, agredindo violentamente os pais. Metido na cadeia uns dias ter-se-à arrependido, voltando ao uso perfeito da razão. “Doença do amor”, diz Amato. Casos destes, e cita outros, foram chamados de melancolia amorosa por Burton, no século XVII, que os descreveu com pormenor.

Burton sugere que o próprio amor pode ser uma espécie de melancolia. E caracteriza o amor heroico, paixão dominadora, ilimitada, irrefragável e destrutiva causa de melancolia, com “palidez, olhos encovados, languidez, suspiros, gemidos, penas, tristeza, apatia, falta de apetite, etc.

Outras causas frequentes seriam o amor não correspondido, os ciúmes, e os de intenso desejo, frustração e consequente doença, conduzindo à loucura ou ao suicídio. Amato comenta precisamente que a filha do mercador Benaheni enlouqueceu, “visto que se dissera que, havendo sido prometida em casamento pelo pai, depois fora substituída pela irmã”.

Melancolia de luto? - poderemos hoje perguntar. Curiosamente, nestes casos Amato mostra-se pessimista - “Deixa-os com a sua insensatez, é o que há a fazer”.

Na cura 64 (2ª Centúria), refere um jovem atacado de mania e tratado, e depois termina com um extraordinário comentário sobre um “militar de Florença que nos trouxeram louco e amarrado com cadeias”, verdadeiramente atacado de Melancolia. «Tratámo-lo dois meses, sem resultado feliz, e por isso o fizemos regressar à sua terra pátria, onde passados seis meses, lhe foi restituída integralmente a inteligência”. Este caso parece-me uma situação de Nostalgia, descrita pela primeira vez como síndrome clínico em fins de século XVII, ocupando uma categoria de variante da melancolia e considerada por muitos uma afecção diferenciada até ao princípio do século XX. A primeira descrição, de Hofer, refere o sofrimento ou dor, estado de ânimo de tristeza causado pelo desejo de voltar à terra natal. Amato descreve os tratamentos habituais

para a melancolia e finaliza “se nenhuma das medidas surtir efeito, haverá que mandar o enfermo para casa, já que a experiência demonstra que é isto que praticamente sempre produz a cura.” Pelo contrário, a maior parte dos que não podem regressar “acabou por morrer ou tornar-se loucos”.

No século XIX, diversos autores referem a nostalgia na secção da melancolia, e notando que os médicos do exército vêm a maior parte destes casos, destacando a grande incidência em soldados deslocados para longe da sua terra, assim como também diversos refugiados e exilados. No caso descrito por Amato tratava-se também de um militar deslocado.

Será que esta dor do país natal se pode ampliar? Haverá a “doença de pátria” como Palminha da Silva escreveu há pouco tempo a propósito dos suicídios no final do século passado de Trindade Coelho, José Fontana, Mouzinho, Antero, Manuel Lananjeira, testemunhas de uma pátria periclitante, periodicamente à beira do coma?

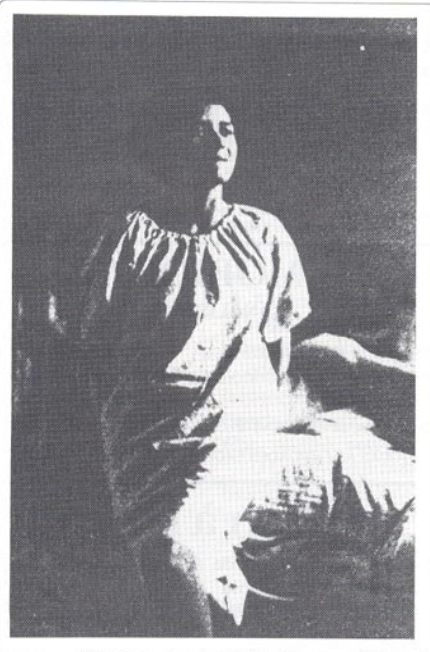
E a propósito de Amato, apetece citar o Padre António Vieira, aliás

citado por Ruy Belo, que parece que também sofria da “doença de pátria”: «Para nascer Portugal, para morrer todo o Mundo”. De Amato, nem sabemos onde repousam os restos mortais.

Afinal, o luto de si próprio e do mundo inteiro é o que o melancólico transporta consigo em todos os tempos. Só quando a ciência, através de conhecimentos anatómicos, fisiológicos e químicos, demonstrou que o belo e milenário modelo anterior era uma construção do espírito, é que o humor negro da bílis negra perdeu o seu lugar.

Curiosamente, o tratado de psiquiatria, de Henri Baruk (1959), no capítulo sobre Melancolia, afirma que constatou, em trabalhos experimentais em melancólicos, modificação da bílis, descrita como especial, tóxica, e susceptível de provocar “acidentes graves nos animais”.

Ficaram os registos escritos e entre eles o do grande médico europeu, judeu, e português, Amato Lusitano. E ficou também o registo popular de “estar de mau humor, estar com os vapores, ou ter ideias negras.”



* Médico psiquiatra

(...), o estar “em baixo”, triste, infeliz, desanimado, desesperado, acabrunhado, etc., são estados que afectam um dado momento qualquer ser humano. Separações, desilusões, lutos, perdas, desgostos diversos, são experiências afectivas frequentes e inevitáveis.

Bibliografia

- Baruk, Henri - *Traité de Psychiatrie*. Paris (1959).
- Crespo, firmino - «Amato Lusitano revelado através da sua obra».
- Estudos de Castelo Branco*, nº 29. (1969).
- Dias, José Lopes - «Bibliografia de Amato Lusitano e outros ensaios amatianos». *Estudos de Castelo Branco*, nº37. (1971).
- Homero - *A Iliada*. 2ª edição. Lisboa. (1988). (Tradução Cascais Franco).
- Jackson, Stanley - *História de la melancolia y depresion*. Madrid. (1989).
- Lemos, Maximiano - *Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra*. Porto. (1907).
- Lusitano, Amato - *Centúrias de Curas Mediciniais*. 4 Vol. (Tradução Firmino Crespo). Lisboa. (1980).
- Pina, Luis de - *Amato Lusitano na História da Psiquiatria Portuguesa*. Coimbra (1955).
- Silva, Joaquim Palminha - «A doença de Pátria». História. Janeiro (1992)
- Starobinski, Jean - *Histoire du traitement de la mélancolie des origines à 1900*. Genève. (1960).

O AMOR E A MORTE... NOS ANTIGOS REGISTOS PAROQUIAIS ALBICASTRENSES.

Por Manuel da Silva Castelo Branco*

Já por várias vezes tive a oportunidade de enaltecer o extraordinário contributo dos antigos registos paroquiais na pesquisa e estudo da história local. Esperamos confirmar tal facto neste trabalho sob o *O Amor e a Morte*, pela apresentação e análise sumária de um certo número de assentos⁽¹⁾ de baptismo (B), casamento (C) e óbito (O), extraídos dos respectivos livros existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e respeitantes às freguesias de Santa Maria (S1) e S. Miguel (S2), de Castelo Branco...

I - Homenagem a Amato Lusitano e Filipe Montalto

Assento 1- (S1-1M, fl. 13)⁽²⁾ - Aos 16 dias de Setembro de 1547, eu vigário baptizei Aires filho legítimo de Filipe Rodrigues e Brígida Gomes. Padrinhos: L.do redro Brandão e Simão Gonçalves anadel e Catarina Fernandes e Isabel Gonçalves. E, por verdade, assinei / Frei Simão Afonso.

Assento 2 - (Ibid., fl. 97) - Aos seis dias do mês de Outubro de 1567, baptizei Filipe filho legítimo de António Aires e Catarina Aires. Foram Padrinhos Manuel Viegas e Guiomar Henriques, os quais o tomaram da pia e, conforme ao Santo Concílio, lhes declarei o parentesco em que ficavam.

Assento 3 - (Ibid., fl.200v) - Aos 13 dias do mês de Junho de 1567, faleceu a mãe de Filipe Rodrigues mercador. Não fez testamento e jaz enterrada dentro da igreja. Comprou cova e deram a prenda ao P. Baltazar Gonçalves.

Comentário

Filipe Rodrigues, nomeado no Assento 1, era irmão do famoso médico albicastrense Dr. João Rodrigues (mais conhecido por Amato Lusitano) e do L.do Pedro Brandão, que figura também no mesmo registo como um dos padrinhos de baptismo do seu sobrinho Aires Gomes. Este licenciou-se em leis, foi procurador na terra natal e teve de enfrentar, aliás como quase toda a sua família de cristãos-novos, o tribunal do Santo

Ofício; uma sua irmã, D. Catarina Aires, casou na igreja de Santa Maria, a 22.4.1563, com António Aires boticário e cirurgião em Castelo Branco, tendo o casal numerosa descendência, do qual destacamos o célebre médico Dr. Filipe Rodrigues (mais conhecido por Filipe Montalto), cujo registo de baptismo se traslada no Assento 2⁽³⁾. Amato Lusitano e seu sobrinho-neto Filipe Montalto - Mestres insignes na luta contra a dor e a morte - os seus nomes não podiam deixar de encabeçar este trabalho!... No Assento 3, apresentamos um registo de óbito inédito: o da mãe de Amato Lusitano, que faleceu em Castelo Branco a 13.6.1567, cerca de 7 meses antes do filho, vitimado pela peste em Salónica, a 21.1.1568.

O L.do Pedro Brandão (irmão de Amato) frequentou também a Universidade de Salamanca, onde se formou em leis (30.7.1537), sendo nomeado procurador da correição de Castelo Branco, por carta régia feita em Lisboa a 13.12.1538⁽⁴⁾. Casou com D.

Leonor do Mercado, cristã-nova (filha de Pero da Cunha, escudeiro-fidalgo da Casa Real e recebedor das sisas de Alfaiates, e de sua mulher D. Brites do Mercado), da qual houve geração.⁽⁵⁾

II - Em louvor do poeta João Rodrigues de Castelo Branco

Assento 4 (Ibid., fl.28v) - No dito dia (24.11.1549) eu, Jordão Fernandes clérigo, baptizei Bartolomeu filho legítimo de Vasco Gil e Francisca Pires. Padrinhos: João Roiz de Castelbranco e Diogo Gomes; Madrinhas: Violante Fernandes e Isabel Vaz. E, por verdade, assinei / Jordão Fernandes.

Assento 5 (Ibid., fl. 209) - Aos 14 dias do mês de Dezembro de 1574, faleceu Antónia de Andrade filha que foi de António Vaz de Andrade e de Beatriz Vaz de Castelbranco. Não fez testamento, tem legítima e jaz enterrada dentro da igreja.

Assento 6 (Ibid., fl.202v) - Aos 16 dias do mês de



Fig. 1.1 - Amato Lusitano

Manuel Rodrigues Lapa, ao tratar das composições do «Cancioneiro Geral» dedicadas ao Amor triste, da despedida, acentua:- «A mais famosa composição sobre o tema é a conhecida Cantiga sua, partindo-se de João Roiz de Castelo Branco

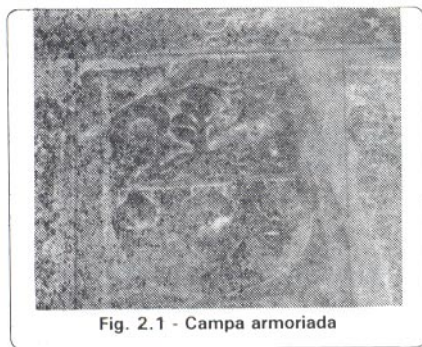


Fig. 2.1 - Campa armoriada

Julho de 1569, faleceu António Vaz de Andrade. Fez testamento e jaz enterrado na igreja.

Comentário

No Assento 4, aparece como padrinho do baptizado

um João Roiz de Castelbranco⁽⁶⁾, nome do famoso poeta albicastrense de "Cancioneiro Geral" de Garcia de Resende. Contudo, não se trata do próprio mas de um sobrinho e homónimo...

O nosso Poeta havia falecido pouco antes de 1532, ficando os seus restos mortais depositados na capela - mor da igreja de Santa Maria. No Assento 5, figura efectivamente sua filha, D. Beatriz Vaz de Castelo Branco, casada com António Vaz de Andrade cavaleiro-fidalgo da Casa Real, o qual faleceu a 16.7.1569 (Assento 6), sendo sepultado na sua capela do Espírito Santo, depois extinta⁽⁷⁾... Quanto a Beatriz Vaz, refere o Dr. Miguel Achioli da Fonseca que "está enterrada com seu pai e tios na capela maior de Santa Maria do Castelo". Ora, neste local só encontramos, actualmente, duas sepulturas com campas armoriadas pertencentes à família de D. Catarina Vaz Carrasco de Sequeira, mulher do poeta João Rôdrigues⁽⁸⁾. Daqui, suponho que este foi depositado numa delas...

Manuel Rodrigues Lapa, ao tratar das composições do «Cancioneiro Geral» dedicadas ao Amor triste, da despedida, acentua:- "A mais formosa composição sobre o tema é a conhecida Cantiga sua, partindo-se de João Roiz de Castelo Branco. O que impressiona nesta poesia, ademais do seu ritmo singular, é a ideia formosamente expressa do que o amor, naquela hora derradeira, todo conflui para os olhos que se cravam apaixonadamente tristes no objecto amado".⁽⁹⁾

Em louvor do nosso Poeta, aqui evocamos a sua celebrada composição.⁽¹⁰⁾

Senhora, partem tão tristes
Meus olhos por vós, meu bem,
Que nunca tão tristes vistes
Outros nenhuns por ninguém.

Tão tristes, tão saudosos,
Tão doentes da partida,
Tão cansados, tão chorosos,

Da morte mais desejosos
Cem mil vezes que da vida.
Partem tão tristes os tristes,
Tão fora d'esperar bem,
Que nunca tão tristes vistes
Outros nenhuns por ninguém.

III - O mais antigo Monumento seculral na igreja de Santa Maria de Castelo

Assento 7 (Ibid., fl. 189v) - Aos 9 dias do mês de Julho de 1564, faleceu Maria de Siqueira. Fez testamento e jaz enterrada no moimento dentro da igreja.

Assento 8 (Ibid., fl. 400v) - Aos 25 dias de Abril de 1597, faleceu Baltazar de Siqueira e jaz sepultado no moimento levantado que está dentro desta igreja de Santa Maria. Fez testamento e sua mulher, Beatriz Pais, é testamenteira.

Assento 9 (S1- 2M, fl. 238) - Frei António Estaço, capitão de cavalos e cavaleiro da nossa Ordem, faleceu em o mesmo dia que sua mãe (a 17.11.1663) e está enterrado em o túmulo dos leões.

Comentário

O mais antigo monumento sepulcral, de que há notícia na igreja de Santa Maria do Castelo, aparece designado nestes registos por "o moimento" ou "moimento levantado" e, ainda, pelo "túmulo dos leões", visto assentar sobre 3 de pedra.

Consistia num caixão de pedra, com 15 palmos de comprimento por 6 de alto, suportado pelos 3 leões e situava-

-se no meio do corpo da igreja, à parte direita, junto ao púlpito e abaixo da porta travessa.

Pertencia à família do ilustre albicastrense D. Fernando Rodrigues de Sequeira (1338-1433), cavaleiro de Aljubarrota, Mestre da Ordem de Avis, Regente e Defensor do Reino enquanto D. João I esteve fora dele à conquista de Ceuta (1415). Ali se haviam depositado os restos mortais de sua mãe D. Maria Afonso e da avó desta, chamada D. Estevaíinha; e, durante vários séculos, seria a última jazida dos descendentes do Mestre por via de sua filha D. Brites Fernandes de Sequeira, entre os quais D. Maria e Baltazar de Siqueira, referidos nos Assentos 7 e 8.

A partir de finais do sé-



Fig. 3.1 - Pedra de armas



Fig. 4.1

culo XVI, os morgados desta geração passaram a viver noutras povoações (Proença-a-Nova e Rosmaninhal), ficando o mausoléu a um ramo dela, encabeçado no Dr. Simão de Oliveira da Costa (1604 - 1673), que ali mandou colocar novamente o seguinte letreiro:⁽¹¹⁾

**Aqui jaz la
Madre de Fer-
nãõ Roiz de**

Siqueira Mestre da Cavalaria de Aviz

Nele seriam ainda depositados mais alguns membros desta família, como por exemplo:

- Frei António Estaço da Costa, em 17.11.1663, conforme consta do Assento 9 e assinalava o epitáfio gravado numa pedra, com 5 palmos de comprimento e 2 de largo, metida na parede da igreja, por cima da urna:

**Aqui está sepultado o capitão de cavalos
António Estaço da Costa Cavaleiro da Ordem de
Cristo ano de 1663.**

- P. Martinho de Oliveira da Costa, arcepeste do distrito de Castelo Branco, em 28.12.1691 (SI - 3M, fl. 230v).

- P. Matias de Siqueira da Costa, tesoureiro da igreja de Santa Maria, a 9.2.1735 (SI-i4M, fl. 146v).

Em 1753, já o túmulo fora demolido “pela indecência e deformidade que resultava da ruína que lhe tinha causado a diuturnidade de tempo”⁽¹²⁾, conservando-se apenas a última lápide; mas, actualmente, nada resta desta significativa memória do passado...

IV - A «Peste pequena» em Castelo Branco (1600 - 1602).

Assento 10 (SI - 1M, fl.417)

- Aos 25 dias do mês de Junho de 1600, faleceu Catarina Vilela mulher do Gázeo, do Torrejão. Jaz enterrada para a Amoreira, «impedida», não sei se fez manda.

Assento 11 (Ibid.,fl.420) - Aos 14 de Junho de 1602, faleceu a Doutor André Esteves médico e jaz enterrado em Santo António. Fez testamento e é testamenteiro seu sobrinho Baltazar Leitão, prior no Sarzedo.

Comentário

Com efeito, consideravam-se «impedidos» não só os contagiados como todos os que trabalhavam na luta contra a peste, pois estavam impedidos de contactar as pessoas sãs e eram obrigados a usar

sinais. Daqui podemos presumir que o mal já entrara há algum tempo na vila e seu termo...

Após o caso acima referido sucedem-se muitos outros, num total de mais de 90 assentos de óbito registados até 22.6.1602 na freguesia de Santa Maria; como desapareceram os da igreja de S. Miguel, correspondentes a este período, os elementos de que dispomos são incompletos mas, mesmo assim, bastante elucidativos... Eles testemunham-nos os «andaços» da chamada «peste pequena», na então vila de Castelo Branco.

A epidemia alastrou também aos Cebolais de Cima, Benquerenças do Meio e Maxiais, atingindo os membros de todas as classes sociais, de qualquer idade, sexo e raça. Muitas famílias foram ceivadas ou quase destruídas, outras procuravam na fuga a esperança da salvação e tenho notícia de que algumas se refugiaram em Alcaíns, Escalos de Cima, Sertã e mesmo no Sabugal; pessoas ocasionalmente na vila, ali vieram encontrar o último dia das suas vidas.⁽¹³⁾

Porém, nesta dramática conjuntura, não podemos olvidar a acção do Dr. André Esteves, médico do partido em Castelo Branco que, a 14.6.1602 (como consta do Assento 11), acabou por sucumbir aos efeitos da doença que havia combatido durante cerca de dois anos. Dos restantes clínicos ali residentes apenas sei que o boticário e cirurgião António Aires (pai do célebre Dr. Filipe Montalto) curara «dedicadamente os doentes do mal contagioso na Casa de Saúde da vila, dando toda a ordem necessária para remédio deles e sem receber salário algum...»⁽¹⁴⁾

V - A derradeira «Aventura» de D. Pedro de Meneses/ Amor proibido no paço dos comendadores.

Assento 12 (SI - 10, fl. 39) - Ao derradeiro dia do mês de Abril de 1624, mataram o senhor D. Pedro de Meneses, filho do senhor D. António de Meneses, comendador desta vila e seu alcaide-mor. Morreu duma espingardada na Costeira, ao fundo do chão que foi de Pero Gonçalves, donde dizem que lhe

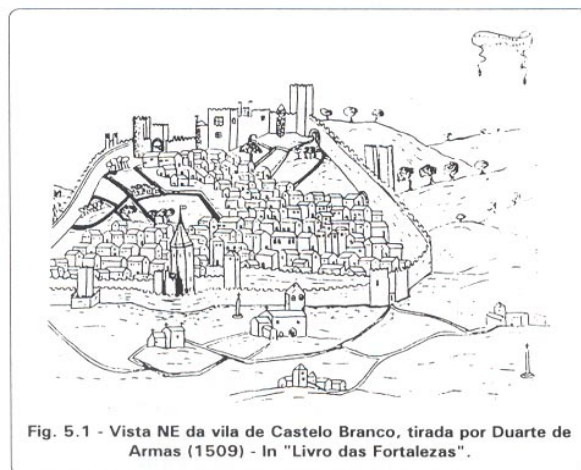


Fig. 5.1 - Vista NE da vila de Castelo Branco, tirada por Duarte de Armas (1509) - In "Livro das Fortalezas".

atiraram pela uma hora...

Deu a alma a Deus, foi confessado e ungido, não fez manda. Ao dia seguinte, o levaram a enterrar ao mosteiro de Santo António e, no dia seguinte depois do seu enterro, lhe disseram missa de presente e um ofício de 9 lições por sua alma os padres de Santo António e os de Nossa Senhora da Graça; e, ao outro dia, lhe fizeram os padres seculares (todos os que acharam presentes na terra) outro ofício e, por verdade, assinei / Frei Martim Dias Caldeira.

Assento 13 (Ibid., fl. 39v) - Ao derradeiro dia do mês de Abril de 1624, mataram Manuel de Matos e, segundo se disse, morreu de uma espingardada em companhia do senhor D. Pedro, cujo criado era. Foi confessado e ungido e morreu de morte apressada; não fez manda e jaz enterrado em Santo António. Disse-se-lhe missa de presente ao dia seguinte e, por verdade, assinei. / Frei Martim Dias.

Comentário

Assim finalizaram tragicamente as aventuras «galantes» em que D. Pedro de Meneses se envolvera, quer com raparigas solteiras quer com mulheres casadas da vila, sem atender ao seu estado e condição social.

D. Pedro, filho 2º de D. Constança de Távora e D. António de Meneses alcaide-mor e comendador de Santa Maria de Castelo Branco, vivera os primeiros anos na corte e, depois, andara embarcado nas Armadas, mas viera encontrar aqui o ambiente propício para satisfazer as suas inclinações «sentimentais» pelo sexo oposto...

Com efeito, D. Pedro era ainda novo, usava o mesmo nome de seu 5º avô, o célebre conde de Viana e Vila Real (1º Capitão de Ceuta no reinado de D. João I) e, a princípio, muitos desculpavam-lhe os caprichos, sentindo-se honrados com a sua convivência ou gratos pela generosidade que demonstrava.

Em breve, porém, começaram a tornar-se notórias e mal vistas algumas das suas aventuras amorosas, em especial as que houvera com D. Ana de Lucena e D. Ana de Almeida. A primeira pertencia a uma numerosa família de cristãos - novos, sendo casada com Duarte Rodrigues também da mesma nação; na ausência deste e sem o consentimento dela, sua irmã D. Isabel de Lucena facultava a D. Pedro a entrada da casa, favorecendo assim os seus «ilícitos e deshonestos amores» ...⁽¹⁵⁾ A segunda era irmã de Simão da Silva de Almeida e ambos filhos do doutor João de Almeida, desembargador da Casa da Suplicação, que servira de provedor da Misericórdia (1615-1616) e juiz de fora de Castelo Branco; D. Pedro «conversava» com ela aproveitando a complacência do boticário Manuel Jordão e de sua mulher D. Maria Lopes, por cuja residência penetrava na contígua do pai de D. Ana «tirando umas tábuas do sobrado»...⁽¹⁶⁾

De tudo isto resultaram discórdias e ódios mortais, pelo que o desembargador Francisco Borges de Faria

veio a Castelo Branco tirar devassa, em 1622, com o fim de pôr cobro a tão melindrosa e degradante situação; e, no ano seguinte, D. Pedro e D. Fernando de Meneses (seu irmão mais velho) recebem ordem para regressar à corte.

E, então, sucede o inacreditável !... A vila divide-se em dois partidos: de um lado, os que consideram benéfica e indispensável a saída dos dois fidalgos, pois sentiam-se vexados com as suas liberdades e prepotências; do outro, os que lhe são favoráveis. Estes últimos acabam por dominar a situação, levando a própria Câmara a fazer uma representação a Filipe III, datada de 7.5.1623, manifestando-se contrária à retirada de D. Fernando e D. Pedro de Meneses «fidalgos tão ilustres e de tanta consideração e importância, pois eram amparo e refúgio de todas as necessidades da gente pobre e miserável com as suas pessoas e rendas, despendendo-as com tanta caridade e liberalidade e fazendo amizade e concórdia em proveito comum do povo» e, igualmente, opondo-se à devassa dos dois irmãos por tal medida resultar da inimizade que lhes tinham o juiz de fora da vila e dois homens dela (Diogo Pais Freire e Simão da Silva de Almeida) e mais gente «apaixonada por questões e delitos que se poderiam castigar e remediar por outras vias»...⁽¹⁷⁾

Efectivamente, o juiz de fora não subscreve este documento, nem as pessoas indicadas e outras mais, mas o certo é que os dois fidalgos permanecem na vila.

Entretanto, D. Pedro mete-se em nova aventura, pois enamora-se de D. Maria de Mendonça filha de Antão da Fonseca Leitão, fidalgo da Casa Real e senhor do grande morgado de Oledo, o qual assistia havia alguns anos com a sua família na velha urbe albicastrense. Segundo vários autores, D. Pedro teria deshonrado a jovem com promessas de casamento; outros referem que, andando a requestá-la, seus parentes o advertiram para «cessar nos amores e se queria casar com ela a pedisse ao pai»...⁽¹⁸⁾ Em qualquer caso, a atitude de D. Pedro foi de afrontamento e esquiva pelo que, ferida na honra, a orgulhosa família dos Fonseca Leitão decidiu vingar-se e terminar de vez com a causa da sua vergonha.

Assim, na noite de 30.4.1624, um grupo de vários homens chefiados por Manuel da Fonseca Leitão (irmão de D. Ana) emboscou-se junto aos muros do castelo, defronte da porta da Traição e, quando D. Pedro de Meneses cavalgava pelo caminho da Costeira, de regresso à Alcáçova, acompanhado por Bernardo da Silva Castelo Branco e Manuel de Matos (seu criado), atiraram sobre eles ... para matar !...

Era uma hora da madrugada ... Apanhados de surpresa e antes de poderem ripostar, D. Pedro e Manuel de Matos foram atingidos cada um por 5 balas e Bernardo da Silva ficou com os três dedos principais da mão esquerda esfacelados. Alertados pelo ruído



Fig. 5.2 - Pedra com as Armas dos Meneses, na Casa Amarela (ESA).

do tiroteio e gritaria, acorreram criados e alguns soldados da guarnição, que transportaram os feridos para o Paço da Alcáçova. Ali faleciam, no mesmo dia e depois de confessados e receberem a extrema unção, tanto D. Pedro como o seu criado. Quanto a Bernardo da Silva sobreviveu aos ferimentos, permanecendo no castelo du-

rante algum tempo sob os cuidados do médico e cirurgião Dr. Francisco de Luna (irmão do célebre Dr. Filipe Montalto).

Este dramático acontecimento provocou um verdadeiro estado de tensão na vila, pois o alcaide-mor D. António de Meneses tomou imediatamente as medidas indispensáveis para a captura e castigo dos implicados na morte de seu filho: fecharam-se as portas da fortaleza e cerca amuralhada; piquetes armados esquadrihavam a terra e arredores, em busca dos assassinos; meteram-se na prisão algumas pessoas supostas cúmplices no atentado, entre elas os pais de Manuel da Fonseca Leitão e Simão da Silva de Almeida (o pai e a irmã deste ficaram detidos em casa). Durante três dias, os sinos das igrejas anunciam as cerimónias com o enterro das vítimas e a celebração de missas por suas almas.

De Lisboa veio logo uma numerosa alçada presidida pelo desembargador João Pinheiro, que convoca e ouve testemunhas, entre as quais o Dr. Francisco de Luna; liberta os julgados inocentes, como o Dr. João de Almeida e seus filhos; e acaba por confirmar as suspeitas quanto ao envolvimento no caso da nobre família dos Fonseca Leitão.

A alçada permanece bastante tempo na vila, recebendo ordenados elevados todos os seus membros. Assim: o juiz-presidente, Dr. João Pinheiro, vencia 4 cruzados por dia; o meirinho Francisco do Vale e o escrivão Sebastião do Vale, 500 réis cada um, além de mais 12 homens a 100 réis e tudo à custa da fazenda dos delinquentes.

Enfim, a sentença é pronunciada em Castelo Branco, a 14.12.1624, sendo condenados todos os culpados não só em pesadas penas pecuniárias destinadas às famílias das vítimas e despesas com o processo, mas também aos mais severos castigos, que são logo executados na praça da vila e por forma simbólica, pois não se haviam capturado os criminosos. Assim: Manuel da Fonseca Leitão foi degolado em estátua ao pé do pelourinho e obrigado

ao pagamento de 2000 cruzados a D. António de Meneses, 300000 réis aos irmãos de Manuel de Matos e 200000 réis para Bernardo da Silva; Francisco da Costa de Mendonça (seu tio, irmão da mãe) enforcado também em estátua e a igual indemnização; João Tavares, o «Castelhano» e Francisco Mayor, o «corta-focinhos», enforcados depois de decepadas as mãos no pelourinho; Francisco da Proença degradado até ao fim da vida para Angola, com baraço e pregão pelas ruas públicas; Manuel Vaz Alfaia e António Sanches em 5 anos de degredo para o Brasil.

Quanto aos pais e irmãos de Manuel da Fonseca Leitão, que haviam ficado presos, foram condenados em 8 anos de degredo para o Brasil; a nunca mais viverem em Castelo Branco ou 10 léguas ao redor; e no pagamento de 4000, 200 e 100 cruzados, respectivamente, para os mesmos acima nomeados.

Como os restantes réus andavam fugidos, Antão da Fonseca teve de suportar todas as penas pecuniárias, avaliadas em cerca de 25000 cruzados. No cumprimento da sentença partiu para o Brasil, onde morreram sua mulher e dois filhos, ambos solteiros e sem geração: a infeliz D. Maria de Mendonça e João da Fonseca, a quem mataram em Pernambuco. De regresso a Portugal, viveu os últimos anos em Oledo, aqui falecendo a 15.3.1651. Manuel da Fonseca Leitão, seu filho herdeiro, esteve homiziado muitos anos em Castela e passando a Roma ali tomou ordens menores. Por alvará de 20.4.1651, El-Rei D. João IV deu-lhe licença para voltar ao reino, falecendo no Sabugal a 23.3.1673.

Entre finais de 1508 e começos de 1509, desenrolara-se também na antiga fortaleza albicastrense, mais precisamente no Paço dos Comendadores e Alcaides-mores, um outro acontecimento dramático, que vamos relatar por forma sucinta...

Era então alcaide-mor da vila D. João de Castelo Branco, 3º filho de D. Filipa de Ataíde e Nuno Vaz de Castelo Branco, vedor da azenda de D. Duarte e D. Afonso V, monteiro-mor e almirante do reino (12.4.1467), etc.

Ora, não obstante a sua fama de galante poeta e esforçado cavaleiro, D. João foi muito infortunado no amor. Tinha casado com D. Leonor (filha de D. Isabel de Sousa e Afonso Vaz de Brito alcaide-mor de Souse e caçador-mor de D. Manuel I) e, havendo tomado posse de alcaidaria de Castelo Branco, (c. 1506), ali passou a residir com sua mulher e filha, nos paços da Alcáçova. Porém, D. Leonor apaixonou-se loucamente por Frei António Penalvo, seu capelão e beneficiado na igreja de Santa Maria do Castelo. Este, instigado pela amante, acometeu certa noite à traição o descuidado alcaide-mor, deixando-o estropiado e quase morto...

Sobre o caso existem escassas memórias e delas apresentamos talvez a mais curiosa:

- D. Leonor de Sousa, mulher do alcaide-mor D. João de Castelo Branco, fazia-lhe adultério com um clérigo seu capelão e, para mais seguramente continuar no seu delito, ordenou que o dito clérigo o matasse. Para este fim o meteu em sua casa, que era no castelo da vila de Castelo Branco e, entrando D. João pela porta já de noite, lhe deu o dito clérigo com um alfange muitas feridas, deixando-o por morto; e, logo, para desmentirem o delito, se pôs a dita D. Leonor e o clérigo sobre o corpo de D. João a fazer grande pranto contra quem o matara. Acudiu o juiz de fora e fazendo buscar todas as pessoas, que estavam na casa, se achou ao clérigo o alfange ensanguentado pelo que, compreendendo o delito e a origem dele, o prendeu e a D. Leonor. E dando conta a El-Rei, que estava em Évora, ele os mandou levar àquela cidade e logo mandou degolar a dita D. Leonor e o clérigo foi degradado para S. Tomé, onde seria morto por um parente de D. João, o qual não morreu das feridas mas ficou aleijado. Depois, correndo o tempo e desavindo-se com D. Manuel I, lhe pediu licença para passar a Castela e El-Rei lhe deu e também para vender a alcaidaria-mor a D. Diogo de Meneses, claveiro da Ordem de Cristo; e D. João, pondo em efeito a sua determinação, se passou àquela reino onde morreu».⁽¹⁹⁾

Uma outra versão refere que D. Leonor de Sousa fora sentenciada «a morrer morte natural por justiça, sem lhe valer a grandeza do nascimento nem a valia dos seus muitos e ilustres parentes»,⁽²⁰⁾ tendo sido degolada na praça de Évora, onde D. Manuel esteve continuamente desde Outubro de 1508 a Setembro de 1509. Quanto a D. João sofrera profundas cutiladas numa mão, face e vista, de tal modo que quando Duarte de Armas passou por Castelo Branco, em meados de 1509, ainda ele se achava incapacitado para o exercício das suas funções. No entanto, acaba por restabelecer-se e suponho que o epíteto de o «Braço de Ferro», pelo qual é designado algumas vezes, não teria resultado apenas do seu grande valor mas talvez por utilizar qualquer aparelho metálico destinado a corrigir esse membro afectado pela brutal agressão do amante da mulher.

Enfim, D. João retoma a sua actividade e, a 13.8.1513, parte de Lisboa na armada capitaneada

por D. Jaime, duque de Bragança, que vai tomar Azamor no norte de África. De regresso ao reino (1514), D. Manuel concede-lhe a comenda dos Maninhos, em Castelo Branco, ficando também a usufruir a tença de 10000 réis por ano com o hábito de Cristo ... O mesmo rei dá-lhe licença, em 5.6.1516, para trespassar uma tença de 30000 réis em sua única filha D. Maria de Castelo Branco, por virtude do casamento desta com Fernão Cabral, senhor de

Azurara e alcaide-mor de Belmonte. Mas, pouco tempo depois, vende a alcaidaria-mor de Castelo Branco a D. Diogo de Meneses, claveiro da Ordem de Cristo e retira-se para Castela, onde teve brigas sobre uma dama com «El Grand Capitan», D. Gonçalo Fernandez de Cordoba. No «Cancioneiro Geral» de Garcia de Resende

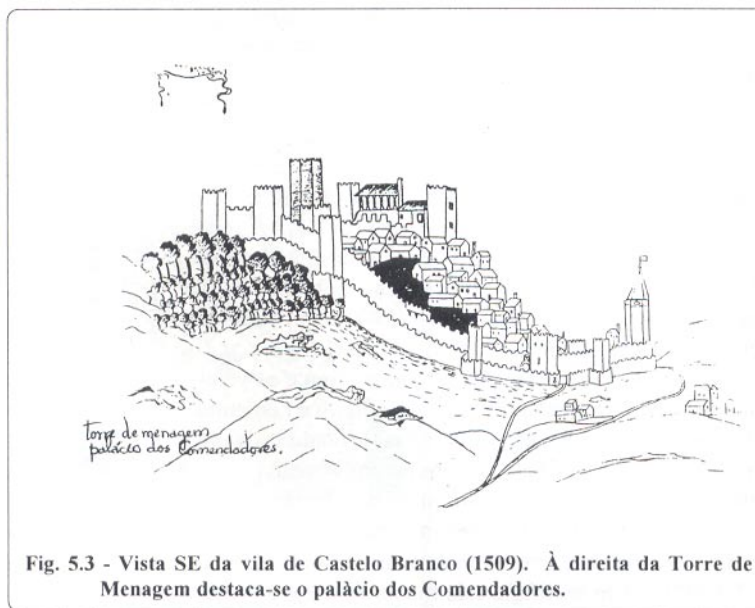


Fig. 5.3 - Vista SE da vila de Castelo Branco (1509). À direita da Torre de Menagem destaca-se o palácio dos Comendadores.

(1516), vemos uma só poesia da sua autoria dirigida a D. Guiomar de Meneses e nela declara: « Se vos eu vira, senhora, antes de ter o mal meu...»

VI - Exéquias Reais em Castelo Branco. A quebra dos escudos pela morte de D. Maria I.

Assento 14 (S2 - 50, fl. 114v) - José Manuel Vaz Touro, casado com Maria Joaquina, faleceu de uma apoplexia com o sacramento da extrema unção e sem testamento, aos 9 de Março de 1823. Foi sepultado no cemitério, no mesmo dia, de que fiz este termo que assinei / o Vigº Manuel Domingues Crespo.

Comentário

Eis uma das mais pomposas e concorridas cerimónias fúnebres realizadas em Castelo Branco no decurso de vários séculos e após o falecimento de cada um dos nossos monarcas.

As exéquias reais compunham-se, geralmente, de duas partes bem definidas: na primeira, de carácter civil, procedia-se à simbólica **quebra dos escudos** com as armas do soberano falecido; na segunda, de essência religiosa, eram celebrados os ofícios solenes em honra e sufrágio do mesmo.

Embora com um ligeiro arranjo, vamos transcrever o Auto de 27.7.1816, onde o escrivão da Câmara José Manuel Vaz Touro (cujo registo de óbito consta do Assento 14) faz um minucioso relato do que se

praticou em Castelo Branco por falecimento da rainha D. Maria I, verificado a 20.3.1816 no Palácio da Boavista do Rio de Janeiro.

«No dia 18 de Julho de 1816, data em que recebeu a participação com a infausta notícia da morte da Rainha Nossa Senhora D. Maria I de saudosa memória, logo o Senado da Câmara de Castelo Branco determinou por Acórdão do mesmo dia o seguinte:

- Se publicasse imediatamente nesta cidade e lugares do termo que todos os seus moradores tomassem luto por tempo de um ano, sendo rigoroso durante os primeiros seis meses e depois aliviado, em conformidade com as ordens de Sua Magestade, El-Rei Nosso Senhor;

- Fossem avisadas todas as pessoas da Governança, Nobreza e Justiças desta cidade e juizes e procuradores dos lugares do seu termo, para nos dias 25 e 26 daquele mês aparecerem vestidas de luto, usando capas compridas e chapéus desabados com fumo caído, a fim de assistirem às cerimónias civil e religiosa, que se haviam de praticar por tão doloroso acontecimento.

Na forma sobredita e pelas seis horas da tarde do dia 25 de Julho, juntaram-se todos diante da casa de residência do Dr. José Mourão, juiz de fora desta cidade, por não estarem capazes os Paços do Concelho e partiram dali em procissão.

Primeiramente, saiu o 2º vereador João da Fonseca Coutinho e Castro de Refóios, montado num cavalo coberto de baeta preta e levando ao ombro o estandarte da Câmara, de luto e a arrastar pelo chão; a seus lados e a pé, iam o alcaide da Câmara e o meirinho do Geral, também de luto e com capas compridas; e logo atrás o porteiro, igualmente vestido e levando nas mãos a vara branca do juiz de fora e as pretas dos dois vereadores.

Ao cavaleiro seguiam-se duas bem ordenadas alas, formadas pelos juizes e procuradores do termo, oficiais da justiça (dos Juizes do Geral, Provedoria e Correição), mestres, alferes e capitães de ordenanças da cidade e termo (convocados pelo seu capitão-mor, Joaquim José Goulão), oficiais dos Regimentos de Milícias desta cidade e de Idanha-a-Nova que então estavam ali estacionados, o comandante Coronel António de Azevedo Coutinho e oficialidade do Regimento da Cavalaria nº 11, almotacés, pessoas da governança e nobreza (entre as quais o Barão de Castelo Novo), o provedor e corregedor da comarca...

Fechando a procissão, o dito juiz de fora e os vereadores Francisco António Peres do Loureiro e Fernando da Costa Cardoso Pacheco e Ornelas (levando cada um na mão o seu escudo preto com as armas reais) e eu, escrivão da Câmara, com vara preta derribada.

Finalmente, atrás da Câmara, grande multidão de povo desta cidade e terras vizinhas, que aqui concorreu. Nesta ordem se dirigiu este fúnebre cortejo

à Praça, no meio da qual estava uma mesa coberta com um pano preto. A ela subiu o juiz de fora, Dr. José Mourão, para numa digna e curta oração enaltecer a sabedoria, acerto e suavidade com que a Rainha Nossa Senhora D. Maria I governara os seus reinos; e, depois de lamentar a perda de soberana tão virtuosa, quebrou o primeiro escudo que levava, exclamando:

- **Chorai Nobres! Chorai Povo! Que é Morta a Senhora Rainha D. Maria I !...** Por último, exortou os circunstantes a dirigirem ao Todo Poderoso seus votos pelas felicidades de El-Rei Nosso Senhor e, descendo da mesa, recebeu a sua vara branca, que levou inclinada.

Depois, continuando a marchar pela Rua de Santa Maria até ao Espírito Santo, Largo da Devesa e Rua da Ferradura, no Largo dela próximo à Porta da Rua do Relógio, subiu à mesa coberta de preto o vereador mais velho Francisco António Peres do Loureiro que, acabando de expor num breve discurso quanto era merecedora do tributo de nossas lágrimas a memória da Rainha Nossa Senhora D. Maria I, quebrou o 2º escudo dizendo as mesmas palavras: - **Chorai Nobres! Chorai Povo Que é Morta a Rainha D. Maria I !...** E, descendo da mesa, recebeu a competente vara preta, que levou também inclinada.

Prosseguindo o cortejo pela Rua de S. Sebastião até à Corredoura, junto à Porta da Vila subiu para a dita mesa o vereador mais novo Fernando da Costa Cardoso Pacheco que, em uma bem ordenada oração, expôs, quanto a Nação era devedora ao benéfico governo da soberana falecida e quanto os seus vassallos deviam sentir este fatal acontecimento; e, quebrando o 3º escudo que levava, repetiu as sobreditas palavras: - **Chorai Nobres ! Chorai Povo ! Que é Morta a Senhora Rainha D. Maria II!...** E desceu da mesa, pegando na competente vara, que levou inclinada.

Finalmente, caminharam todos na mesma ordem pela Rua dos Ferreiros até à casa do dito juiz de fora, findando assim esta triste cerimónia.

No dia 26, pelas 9 horas da manhã, se ajuntou e saiu o mesmo cortejo da casa do juiz de fora, que era precedido pela Câmara e em direcção à catedral.

O vereador João da Fonseca Coutinho, a pé, levava o estandarte arrastado pela rua e o presidente, vereadores e eu, escrivão da Câmara, as suas varas inclinadas. Todos se encaminharam para a igreja da



Fig. 6.1 - Retrato de D. Maria I.

Sé desta cidade, aonde a Câmara havia mandado construir uma soberba essa coberta de baeta preta e guarnecida de galões e emblemas da Morte, tendo em cima do túmulo uma Coroa Real. Ali assistiu todo este luzido acompanhamento e imenso povo a um pomposo ofício e missa de defuntos, celebrado pelo Ilmo. e Rmo. Vigário Capitular e Governador deste Bispado, Dr. Manuel dos Reis Soares, assistido por todo o clero secular e regular de 2 léguas de circunferência, que para este efeito tinha convidado, sendo grande o concurso de pessoas de um e outro sexo.

No fim da missa, Rdo. P. Frei Joaquim de S. Martinho, definidor da Província da Soledade, pregou um eloquente sermão, seguindo-se as Absoluções na forma do ritual, a que assistiram todos os eclesiásticos com velas acesas (que a Câmara lhes mandou distribuir).

Durante a cerimónia, o Regimento de Cavalaria 11, que se achava postado no grande Largo da Catedral, deu as suas descargas.

Findas estas piedosas cerimónias, o cortejo recolheu na mesma ordem à casa do dito juiz de fora, manifestando todos no seu semblante o grande sentimento de que estavam penetrados pela lamentável perda da nossa amabilíssima soberana»⁽²¹⁾

José Manuel Vaz Touro, o autor deste relato, nasceu em Castelo Branco a 5.5.1770, sendo filho de João Mendes do Amaral e de sua mulher D. Francisca Bernarda Fragoso. Por diploma régio de 29.4.1803⁽²²⁾, foi encartado no ofício de escrivão da Câmara daquela cidade, que exerceu até à data do seu falecimento. Casou com D. Maria Joaquina Alves Fradique que, sendo viúva, alcançou de D. João VI a propriedade do dito ofício para a pessoa que casasse com sua filha primogénita (Lisboa, 23.9.1823) ...⁽²³⁾

VII - Retrato de uma Jovem Matrona Albicastrense dos Começos de Setecentos

Assento 15 (S2 - 3B, fl. 34) - Francisca, filha de Afonso da Gama Palha natural da cidade de Elvas e de sua mulher D. Ana Maria da Silva Sotomayor desta freguesia e primeiro matrimónio, nasceu aos 22 de Outubro de 1695 e foi baptizada aos 6 dias do mês de Novembro da dita era pelo P. Manuel de Valadares Sotomayor prior do Teixoso e tio da dita baptizada, de minha licença. Foram padrinhos o desembargador Luís de Valadares Sotomayor e D. Francisca Sotomayor, respectivamente, avô e tia da dita baptizada. E, para constar, fiz este assento dia, mês e era «ut supra» / O Vigº. Frei João Marques.

Comentário

Assim se acha registado o nascimento de D. Francisca Xavier Filipa da Gama Sotomayor, filha única e herdeira da casa de seus pais, pertencentes a famílias nobres do reino.

Contando quâsi 14 anos de idade, casou em Elvas a 31.7.1709 com D. João de Aguilar Mexia de Avilez e Silveira, natural de Arronches, fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, filho de D. Afonso de Aguilar Monroy e D. Filipa Maria de Sequeira.

Casamento tratado pelos pais dos noivos e que iria florescer como se de amores tivesse nascido. Viveram em Elvas com grande Casa e numerosa descendência, mas D. Francisca seria vítima de trágico acidente, quando se consumavam sobre a data desta feliz união 14 anos, 2 meses e 9 dias, «sem que em todo este tempo houvesse entre ela e seu marido o mínimo desgosto, discórdia ou hora de arrependimento mas antes se trataram sempre em admirável paz com a mesma ternura e fineza que se pratica entre os noivos»... Autor da época deixou-nos um relato pormenorizado e interessante acerca desta família, onde destaca por forma singular a figura da jovem senhora, que retrata do seguinte modo: - «De corpo gentil, branca e corada como uma rosa, cabelo bem povoado e mais louro que castanho, olhos pequenos mas vivos e em todas as mais feições, com proporção engraçada, se compunha de uma particular beleza. Participava mais luz o seu



Fig. 7.1 - Colcha do séc. XVIII (MFTPJ).

entendimento do que costuma caber na esfera do discurso de mulher; modo grave e senhoril, sem deixar de ser afável; airosa e bem prendada no tratamento de sua pessoa; benigna e prudente de condição; vigilante com a sua família e cuidadosa no governo dela. No público sabia ser senhora e, no particular da sua casa, especulativa e laboriosa, unindo felizmente os dois extremos de ter governo e ser liberal. Era agradecida e primorosa e, sobretudo, fidelíssima à veneração de seus pais e ao amor e estimação de seu marido. Sem exemplo na doutrina e educação de seus filhos pois amando-os com o maior carinho, como se fora só um o objecto do seu amor estando igualmente repartido por dez, os ensinava em religiosos costumes, com a mais severa disciplina; instruía-os na reverência e temor de Deus, na boa e importante união entre si e na estimação de suas pessoas, sem desprezo dos próximos ou menos

agrado com todos; que fossem brandos e bem aceites aos seus familiares e que tivessem horror aos vícios. Trouxe sempre diante dos olhos a observância da lei de Deus, frequentava os Sacramentos e tinha contínuas devoções; punha especial cuidado em que a sua família vivesse conforme as obrigações de cristãos e em remediar as necessidades dos pobres, com ardente caridade. Gostava muito de tratar as pessoas, que reconhecia de virtude; foi de alegre conversação e de génio apazível; e sendo, finalmente, um composto de perfeições que a conduziam a merecer o título de matrona e a parecer singular entre as mulheres e senhoras do seu tempo; e das mais capazes de viver no mundo, sendo nele tão precisa para a criação de dez filhos inocentes (dos quais, o mais velho contava 12 anos, o último, não bem completos 4 meses) e para o conduto da vida de seu marido, consolação de sua mãe, complacência de seus parentes e felicidade de toda a sua Casa ... veio a morrer na flor da sua idade, com 28 anos menos três dias, em 19 de Outubro de 1723, uma terça-feira, pelo caso mais fatal e como uma das desgraças mais infaustas que se têm representado no triste teatro deste mundo» ...⁽²⁴⁾

Efectivamente, na ausência do marido e do filho mais velho (em viagem para Portalegre e Castelo Branco), D. Francisca decidiu ir passar a tarde daquele dia à sua quinta da Serra do Bispo, no termo de Elvas. Jornada de recreio, aproveitando a companhia da mãe e de duas filhinhas; e ali permaneceram durante algumas horas ... No regresso, quando a seu pedido o cocheiro parou e desceu da sege afim de abrir a cortina dianteira, as mulas desataram numa corrida desenfreada e D. Francisca foi projectada para o meio da estrada. Embora não apresentasse qualquer ferimento, expirava poucos momentos depois, já nos braços da mãe e rodeada pelas filhas, que saíram ilesas deste trágico acidente...

VIII - Um parto prodigioso.

Assento 16 (S1 - 4M, fl. 92v) - Aos catorze dias de Julho do ano

de 1716, nasceram duas crianças filhas de António Simão homem trabalhador e de sua mulher Maria Mendes Bragança, desta vila e freguesia. Ambas as ditas crianças com dois corpos da cintura para cima, distintos, com rosto cada uma de fêmea e bem

afigurado, com dois corações, quatro braços e quatro pernas; e um só corpo da cinta para baixo, mas este tão inseparável e comum a ambas as crianças que é impossível por nenhuma arte poder separar-se um do

outro, a via da urina é uma só e a outra via também uma. Às ditas crianças baptizei «*sub conditione*» por me parecer que o homem, que as baptizou nessa necessidade do parto, se perturbou vendo tal prodígio.

Foram-lhes postos os santos óleos a 21 do dito mês e, por ser caso não visto nestas partes, se fizeram vários retratos que se mandaram não só a cidades de Portugal mas ainda de Castela. E, por verdade, fiz este termo que assinei./ O vig.º Frei António Gomes Assores.

Assento 17 (ibid., fl.35v) - A trinta e um de Julho de 1716, faleceram as duas crianças gémeas e prodigiosas. Foram sepultadas dentro da parede da envida de S. Brás (matriz que ora é desta vila), entre o altar do Nome de Deus e a porta travessa, por ordem do senhor bispo D. João de Mendonça. Sobreviveu uma à outra 8 ou 9 horas e o mesmo senhor bispo mandou nelas

fazer anatomia, de que fiz este termo que assinei / O vig.º Frei António Gomes Assores. Comentário

Os Assentos 16 e 17, acima trasladados, dão-nos o relato bastante pormenorizado e sugestivo de um nascimento teratológico gemelar, ocorrido em Castelo Branco a 14.7.1716.

A notícia deste acontecimento provocou a maior sensação quer na vila como em todos os locais de Portugal e Castela para onde se enviaram retratos do caso.

As duas crianças do sexo feminino achavam-se unidas pelo abdómen, mas não podiam ser separadas por intervenção cirúrgica pois possuíam algumas funções vitais comuns...

Vieram a falecer no dia 31 do mesmo mês, sobrevivendo uma delas à outra cerca de sete horas.

O bispo da Guarda, D. João de Mendonça, então residente no Paço de Castelo Branco, tomou logo algumas medidas indispensáveis... Assim, além de assegurar às crianças todos os cuidados

dependentes do seu ministério, mandou-as observar por médicos e cirurgiões, que nelas acabariam por praticar também anatomia. Por sua ordem, foram sepultadas na ermida de S. Brás, em um nicho aberto no paramento interior da parede, sito do lado da

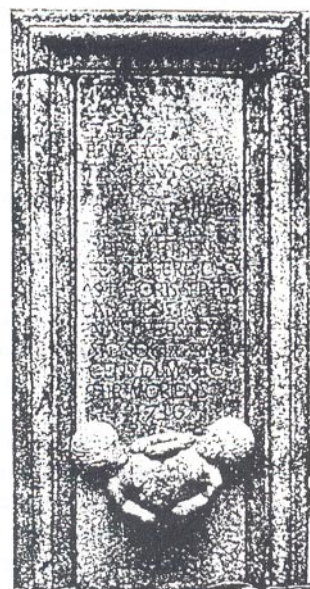


Fig. 8.1 - Lâpide comemorativa do parto prodigioso (MFTPJ).



Fig. 8.2 - Estampa publicada na "Gazeta de Lisboa", com o aspecto da união das gémeas.

Epístola, entre o arco da capela absidal e a porta lateral virada ao Poente. E, sobre ele, mandou colocar uma lápide de granito moldurada de 0,365x1,090m, com inscrição latina e escultura alusivas ao acontecimento.

O letreiro, em tradução livre de António Rodrigues Cardoso, contém o seguinte:

- «Abdon e Sémen, que nasceram ligados, têm um só baixo ventre, sexo e fígado; têm vidas distintas e distintas também todas as demais coisas. Deram a vida a Deus, pois, morrendo um, o outro morreu também, desfalecendo pouco a pouco durante sete horas. Juntos foram gerados, juntos viveram e juntos morreram. 1716».⁽²⁵⁾

A escultura representa duas crianças ligadas pelo abdómen, tendo a da esquerda o braço direito entrelaçado com o braço esquerdo da criança à direita.

A capela de S. Brás foi demolida em 1940, quando restavam dela apenas algumas paredes mestras, encontrando-se a lápide actualmente no Museu Regional de Francisco Tavares Proença...

Como já referimos, este parto prodigioso foi divulgado não só no país como fora dele, através dos meios de comunicação usados na época...

Assim, a «Gazeta de Lisboa» no seu nº 31 de 1.8.1716, inseria a seguinte notícia, remetida de Castelo Branco em 18 de Julho:

«Terça-feira, que se contaram 14 do corrente, do meio dia para a uma hora, pariu nesta vila uma mulher chamada Maria Mendes Maia, casada com António Simão Bragança, homem jornaleiro, duas crianças pegadas uma em outra pelas cinturas, de maneira que ambas têm um só ventre e um só umbigo e ambas se servem pelas mesmas vias que podia ter uma só. Têm quatro pernas, mas duas alguma coisa mais curtas que as outras. A estatura de ambas é a de uma criança pequena. Vivem espertas e mamam bem e pelas palpitações parece ter cada uma seu coração. A sua forma se explica melhor nesta estampa».

O epílogo do caso vai publicado no nº 33 de 15 de Agosto do mesmo ano, sendo enviado de Castelo Branco a 1 do dito mês:

- «As duas meninas, que nasceram unidas, foram baptizadas logo em nascendo por um homem que se achava na casa dos pais e, depois, por um clérigo «sub conditione» sem lhes dar nome, dizendo: «Criaturas de Deus, se não estais baptizadas Ego vos baptizo in nomine Patris, etc.» Duraram somente vivas dezasseis dias: uma faleceu na quarta-feira desta semana das oito para as nove horas da noite; a outra na quinta-feira pelas sete da manhã. Fez-se anatomia nos seus corpos e não se descobriu mais novidade

que a indivisão dos intestinos igualmente continuados no seu processo, sendo a origem diversa. Esta principiava no estômago, tendo cada uma esta oficina no seu próprio lugar. O fígado era um só e começava no estômago de uma e se continuava ao da outra sem divisão; os duetos para as duas vias não tinham vício algum na sua conformação, nem o coração, bofe e peito, por se achar tudo na sua devida conformidade».

Enfim, estas informações são preciosas para esclarecer e rectificar mesmo alguns dados já fornecidos e, além do mais, permitem-nos apreciar também o resultado de uma autópsia feita nos começos do século XVIII.⁽²⁶⁾

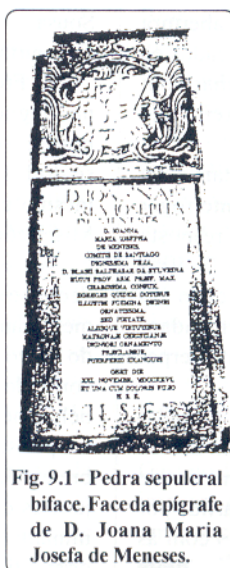


Fig. 9.1 - Pedra sepulcral biface. Face da epigrafe de D. Joana Maria Josefa de Meneses.

IX - História da Lápide Sepulcral Biface (1ª parte)

Assento 18 (S2-10, fl.478) - A Excelentíssima Senhora D. Joana Maria Josefa de Meneses, mulher do Excelentíssimo Senhor D. Brás Baltazar da Silveira, Governador das Armas desta Província, faleceu a vinte dias de Novembro de 1726 e está sepultada nesta igreja de S. Miguel, em sepultura de fábrica, de que fiz este assento que assinei dia, mês e era «ut supra». / O Vigº encomendado João Rodrigues Goulão.

À margem esquerda: - Declaro que a sepultura é própria por se dar por ela a esmola costumada de 8000 réis para a fábrica, com autoridade de Sua Ilustríssima (o que consta do Livro da Fábrica) / Goulão.

À margem direita: - Declaro também que na mesma sepultura em que foi sepultada a Ex.ma Senhora D. Joana (de cujo óbito é este Assento) foi sepultado juntamente um filho, de cujo parto faleceu / Goulão.

Outro Adiantamento: - Esta sepultura foi aberta, como consta do Assento fl. 486v / Corugeiro.

Assento 19 (Ibid., fl. 486v) - Aos vinte dias do mês de Setembro de 1728, se abriu a sepultura em que foi sepultada a Ex.ma Senhora D. Joana Maria Josefa de Meneses, cujo Assento está a fl. 478. E, constando da identidade dela e do corpo da dita Ex.ma Senhora, se tornou a fechar com campa de pedra inteiriça, com suas armas e letreiro que declara estar ela ali sepultada, de que tudo se fez Auto assinado pelos que estiveram presentes e de que fiz este Assento de mandado de Sua Ilustríssima dia, mês e era «ut supra» / O vigº Manuel Rodrigues Corugeiro.

Comentário

No Assento 18, vemos o registo de óbito de D. Joana Maria Josefa de Meneses, filha segunda dos 2º condes de Santiago de Beduído e primeira mulher de D. Brás Baltazar da Silveira, então Mestre de Campo General dos exércitos de Sua Magestade (D. João V) e

Governador das Armas da Província da Beira.

Este casal pertencia à alta nobreza do reino e assistia, temporariamente, na vila de Castelo Branco desde meados de 1721... Aqui lhes nascera, a 6.2.1722, sua 2ª filha D. Luísa Amónia Francisca da Silveira (a 1ª, D. Leonor da Silveira, havia falecido com poucos meses, a 3.2.1721); a 3ª filha, D. Maria Inácia da Silveira, fora baptizada na praça de Almeida, a 18.2.1723; desta vez seria o primeiro filho mas a adversidade negou-lhe a existência bem como a sua mãe.

Os corpos da infeliz dama e do fruto do seu amor ficaram pois depositados (a 20.11.1726) na igreja de S. Miguel, em sepultura de fábrica adquirida por 8000 réis...

Através do Assento 19, sabemos que cerca de dois anos mais tarde, a 20.9.1728, procederam à abertura daquela sepultura e, depois de revista e identificados os restos mortais de D. Joana, «se tornou a fechar com campa de pedra inteiriça, com suas armas e letreiro que declara estar ela ali sepultada».

Na ausência de outros elementos documentais mais esclarecedores, não podemos deixar de nos interrogar sobre o motivo de tal diligência. No entanto, a resposta parece simples e de certo modo convincente: - D. Brás Baltazar da Silveira, ainda viúvo e no exercício do referido cargo, quis honrar a jazida da mulher, mandando colocar sobre ela uma campa que dignamente perpetuasse a sua memória.

Efectivamente, o artista encarregado deste trabalho insculpiu na face exposta da lage granítica, com 2,14m de comprido por 0,86 metros de largura e 0,23 metros de espessura, uma bem ordenada composição repartida por duas partes. Assim, na de cima lavrou o escudo com as armas da família de D. Joana e, por baixo, a epígrafe latina cujo teor é o seguinte (em port.):

- «D. Joana Maria Josefa de Meneses, digníssima filha do conde de Santiago, amantíssima esposa de D. Brás Baltazar da Silveira, Governador das Armas desta Província, muito prendada na verdade por dons egrégios e dignos na mulher ilustre, mas mais ilustre pela piedade e por outras virtudes de Senhora cristã (a honra mais digna), morreu de hemorragia puerperal no dia 21 de Novembro de 1726 e, juntamente com o filho da (sua) dor, aqui está sepultada».⁽²⁷⁾

Esta lápide ainda bem conservada foi escolhida pela organização das nossas jornadas, em 1991, para servir de figura alegórica ao tema: O Amor e a Morte na Beira Interior. Mas, como veremos a seguir, sobre ela há mais coisas para contar...

X - História da Lápide Sepulcral Biface (2ª parte)

Assento 20 (S2 - 50, fl. 68v) - O Excelentíssimo Senhor D. Frei Vicente Ferrer da Rocha, da Sagrada Ordem dos Pregadores, segundo bispo desta diocese, faleceu aos 25 dias do mês de Agosto de 1814.

Recebeu somente o sacramento da extrema unção (por não dar lugar a mais um acidente) e foi sepultado no adro desta igreja, segundo a determinação do mesmo senhor, de que fiz este termo que assinei / O Vigº encomendado Manuel Mendes de Abreu.

À margem: - No dia 23 de Outubro deste ano de 1943, foi feita a trasladação dos restos mortais do bispo D. Vicente Ferrer da Rocha, falecido em 25 de Agosto de 1814, do adro da Sé de Castelo Branco para uma sepultura da capela-mor da mencionada igreja da Sé / O Conservador Adelino de Sousa.

Comentário

D. Frei Vicente Ferrer da Rocha, nascido a 5.4.1737 na freguesia de Santos-o-Velho (Lisboa) e religioso professo da Sagrada Ordem dos Pregadores, tomou posse do bispado de Castelo Branco em 7.3.1783 e, nesse mesmo ano, foi eleito por aclamação Provedor da sua Misericórdia.

Ao seu génio empreendedor se devem importantes melhoramentos: a ampliação do Paço Episcopal com o corpo do lado Norte, o estabelecimento do monumental peristilo da entrada nobre e a decoração da capela, janelas e salas, onde predominam os estuques artísticos; o alargamento e beneficiação do Jardim do Paço; a contrução dos dois corpos laterais da igreja da Sé, formados pela formosa Capela do Santíssimo Sacramento e pela Sacristia Grande e Câmara Eclesiástica, etc.

Atravessou o 2º bispo de Castelo Branco um período difícil durante as invasões francesas (1807-1812), tendo falecido a 25.8.1814 (como refere o Assento 20) de uma apoplexia que lhe deu no dia 22, sendo sepultado de acordo com as suas determinações no



Fig. 10.1 - Pedra sepulcral biface. Face da epígrafe do Bispo.



Fig. 10.2 - D. Frei Vicente Ferrer da Rocha, 2º Bispo de C. Branco (MFTPJ).

adro da igreja da Sé, quási em frente da porta da Sacristia.⁽²⁸⁾

Ora, ao procederem à sua inumação cometeu-se um acto para o qual não encontrei ainda qualquer justificação satisfatória... Assim, a fim de cobrir a sepultura de D. Frei Vicente utilizou-se a mesma campa que havia 86 anos tinha sido colocada sobre a de D. Joana Maria Josefa de Meneses, como contei na 1ª parte desta história. Para o efeito, virou-se ao contrário e sobre a nova face vista (o anverso da anterior) gravaram-se, igualmente, as armas do Prelado com as respectivas insígnias e um letreiro indetentativo contendo a data do seu falecimento.

Deste modo surgiu a chamada lápide sepulcral biface (isto é, com epígrafes diferentes nas duas faces) a qual, durante cerca de 129 anos, permaneceu no adro da Sé sem qualquer protecção ou resguardo dos agentes atmosféricos, pessoas e animais... Talvez por esse motivo e/ou pelo trabalho mais apressado do canteiro, o seu lavor apresenta-se um pouco sumido e menos perfeito que o primeiro.

Porém, uma vez mais o destino viria alterar esta situação pois, a 23.10.1943, (como se indica no averbamento ao Assento 20) procedeu-se à exumação dos restos mortais do Bispo e à sua trasladação para um sarcófago colocado sob o arco cruzeiro da capela-mor da mesma igreja, em conformidade com as instruções de D. Domingos Frutuoso, então bispo de Portalegre ...⁽²⁹⁾

Quanto à lápide sepulcral biface manteve-se ainda durante algum tempo no adro da Sé, recolhendo finalmente ao Museu ...⁽³⁰⁾

XI - O Horror da Falsa Morte

Assento 21 (S2 - 10 B, fl. 273v) - José filho legítimo de José António Morão e de sua mulher Luísa Violante desta cidade, neto paterno de Gaspar Mendes Morão



Fig. 11.1 - Dr. José António Morão (1863).

da vila de Idanha-a-Nova e de Guiomar Henriques da vila do Fundão e, materno, de António José de Paiva da vila de Idanha-a-Nova e de Branca Maria natural de Salvaterra do Extremo, nasceu aos três dias do mês de Setembro de 1787 e foi solenemente baptizado por mim, o vigário abaixo assinado, aos 18 do dito mês e ano, sendo padrinhos o capitão

José Pessoa Tavares e Leonor Pereira da Silva (por quem tocou seu filho António) e, sendo testemunhas,

o R.do Carlos José Machado e o R.do António da Maia Nogueira, de que fiz este termo que assinei / O Vigº encomendado Manuel dos Reis Soares.

Comentário

O Assento 21, que acabamos de transladar, dá-nos uma rapidíssima visão da primeira cerimónia em que participou como principal figura o baptizado, cujo nome completo seria o mesmo do pai, José António Morão.

Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Matemática e Medicina, formando-se nesta última ciência a 6.7.1812, depois de um curso distinto. No ano seguinte (1813), estreia-se na vida profissional como médico do partido em Almada, ali permanecendo cerca de 10 anos.

De regresso à terra natal, obtem um cargo de médico municipal no qual é confirmado por provisão régia (Lisboa, 14.5.1823)⁽³¹⁾ e irá exercer com a maior proficiência até 1846.

No decurso deste período e nos anos seguintes, desempenha com grande zelo e distinção diversas funções de natureza política e administrativa: deputado da nação pela província da Beira Baixa (1834); vogal do primeiro Conselho do Distrito de Castelo Branco (1836) e seu governador civil interino (de que houve louvor pela portaria de 8.1.1848); 2º Reitor do Liceu e Comissário dos Estudos do distrito de Castelo Branco, por carta régia de 12.3.1852⁽³²⁾; Provedor da Misericórdia (1864), etc.

Espírito culto, foi o principal entusiasta e fundador da "Sociedade Civilizadora", organizada em Castelo Branco nos finais de 1836; conhecedor de várias línguas, traduziu e publicou algumas obras literárias; bibliófilo distinto, reuniu na sua casa da Rua do Pina uma valiosa livreria, constituída por mais de 3000 volumes e que iria legar ao público municipal albicastrense.

Solteiro e com quási 78 anos de idade, continuava a manter uma intensa actividade clínica, vindo a falecer subitamente, vitimado por hemorragia cerebral, a 1.8.1864. Nesse dia, como descreve o Dr. José Lopes Dias, tinha regressado das visitas habituais à sua residência e encontrava-se a desinfetar as mãos quando, sem um repelão nem um grito, tombou prostrado sobre o lavatório.⁽³³⁾

O testamento do Dr. José António Morão, feito em Castelo Branco a 8.12.1863, proporciona uma curiosa imagem da sua personalidade. Ele permite-nos penetrar um pouco no íntimo das suas preocupações, entre as quais sobressai o horror que sentia pela falsa morte, como se infere da seguinte determinação: - «Pretendo que o meu corpo não seja soterrado enquanto ele não começar a exalar o cheiro do cadáver, se Deus Nosso Senhor tiver sido servido levar-me de morte repentina; se, porém, esta for em consequência de alguma atroz enfermidade, aguda ou crónica, enquanto o hirto e o glacial de meus membros ou sinais evidentes de gangrena externa não atestarem

a extinção completa das funções vitais do meu ser»... Ainda sobre a sua morte, deixou outras disposições interessantes, com que concluímos este comentário: - «Pretendo ser levado à sepultura (rasa e sem qualquer lápide) tão longe da abjecção como da vaidade... Peço, já que não posso proibir, que os meus parentes não trajem luto por minha morte além do tempo marcado pela pragmática destes reinos e que os meus criados o não vistam por mais de três dias, se tanto ainda quizerem fazer».⁽³⁴⁾

XII - Quando Neste Mundo só era Feliz o que Acertava Morrer bem

Assento 22 (S2 - 10, fl. 522v) - OL.do Francisco Rafeiro, natural desta vila, faleceu com todos os sacramentos em os 26 do mês de Janeiro de 1738. Fez testamento, em que deixou 1500 missas por sua alma e outras mais por parentes, e outros legados mais; e, ultimamente, instituiu a sua alma por herdeira e vinculou a sua fazenda com obrigação de missas por sua alma, como consta do mesmo testamento. E, para constar, fiz este assento que assinei dia, mês e ano «ut supra». (Declaro que foi sepultado nesta igreja em cova de fábrica). / O Vig^o Frei Manuel Rodrigues Corugeiro. Comentário

O L.do Francisco Rafeiro, natural de Castelo Branco e baptizado na igreja de Santa Maria a 21.2.1661, era filho do boticário António Vaz Mendes e de sua mulher D. Branca Rafeiro.

Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Medicina a 1.10.1681 e concluiu o seu curso a 26.6.1687, passando ao exercício da clínica médica na terra natal e ali falecendo, solteiro, a 26.1.1738 (Assento 22). Seguindo a inspiração e o exemplo de outros varões ilustres, o Dr. Francisco Rafeiro deixou o seu nome ligado a diversas acções de benemerência. Assim: legou à Misericórdia de Castelo Branco todos os bens de raiz; instituiu ainda um legado de 100000 réis para dote de casamento de 5 orfãs; doou as suas casas «novas e nobres», sitas na Rua do Postiguinho de Valadares, para vivenda dos párocos de S. Miguel; custeou a magnífica obra de azulejo, levada a cabo na antiga ermida de S. Gregório (actualmente, capela de Nossa Senhora da Piedade). Por tal motivo, no pavimento da referida capela e defronte da porta travessa, foi gravado em azulejo o seguinte leitreiro: - Esta obra de azulejo e /Pavimento se fez com o /dinheiro do doutor Francis/co Rafeiro já defunto p/edese um P. Nosso Ave Maria pela sua alma/ 1739.⁽³⁵⁾

Por se encontrar doente e «com excessiva dor no braço direito», não pôde o Dr. Francisco Rafeiro redigir o seu testamento, lavrado a 26.12.1737 pelo patrício e amigo, o Padre - Mestre Frei Manuel da Rocha, doutorado em teologia pela Universidade de Coimbra, Abade Geral dos monges de Alcobaça, membro da Academia Real da História, etc. Dele extraímos uma

parte que consideramos muito significativa.

-«Em nome de Deus trino e uno, Amen. Este é o testamento que faço eu Francisco Rafeiro, estando enfermo na cama e em meu juízo perfeito, qual o mesmo Senhor foi servido de me dar. Primeiramente, encomendo a minha alma a Deus, que a criou e a remiu com



Fig. 12.1 - Adoração dos Pastores (Capela da Senhora da Piedade).

o seu preciosíssimo sangue e em cuja santa fé cristã fui criado, vivi e determino morrer, recorrendo às chagas de meu Senhor Jesus Cristo para que, mediante elas, consiga perdão das minhas grandes culpas. Da mesma sorte, rogo e peço à Virgem Santíssima da Piedade a queira ter comigo, sendo minha advogada e intercessora diante de seu unigénito Filho para que, quando a minha alma se afastar do meu corpo e for chamada ajuízo, me assista a valha; para que, por sua infinita misericórdia, se me conceda aquele sumo bem e felicidade eterna de que gozam os seus escolhidos e santos ... Considerando a pouca duração do mortal e que neste mundo só é feliz o que acerta morrer bem que o corpo se deve dar à terra de que foi formado, ordeno e mando que, quando Deus for servido de me chamar para si, seja o meu corpo amortalhado no hábito de S. Francisco e sobre ele a véstia de meu Padre S. Pedro, de que sou indigno irmão; e, assim, que me levem à igreja de S. Miguel e nela me sepultem, junto quanto for possível das sepulturas em que jazem minha mãe e minha irmã e minha sobrinha, que é junto do degrau do altar de S. Francisco Xavier ... Mais mando que, no dia do meu ofício, se dê a cada preso dos que se acharem na cadeia um tostão de esmola e a cada enfermo, que então se achar no Hospital, outro tostão ... À Senhora da Piedade, minha especial advogada, deixo uma moeda de ouro, que o meu testamento aplicará para aquilo que julgar mais necessário para o seu altar" ...⁽³⁶⁾

XIII - Quando a Guerra Bate à Porta.

I Parte - As Lutas da Restauração e a invasão Francesa.

Assento 23 (SI - 2M, fl. 238) - Frei António Estaço, capitão de cavalos e cavaleiro da nossa Ordem, faleceu em o mesmo dia que a sua mãe (a 17.11.1663) e está enterrado em túmulo dos leões.

Assento 24 (S 1 - 2M, fl. 246v) - Aos 16 de Maio de 1666, morreram no choque que houve em Ferreira Diogo Pires, do Cebolal; Gaspar Mendes, da

Benquerença de Baixo e Francisco de Oliveira, dos Maxiais/ Barroso.

Assento 25 (Ibid. fl. 247v) - Pelo Mestre de Campo Estevão Pais da Costa, que morreu na ocasião em que se arrasou a Sarça, se tem satisfeito com todo o cumprimento da Alma, que ele deixou em seu testamento / Barroso (Maio, 1666).

Assento 26 (S2 - 50, fl. 40v) - David Horsecraff, soldado do Regimento 32 de El-Rei da Grã-Bretanha, faleceu com o sacramento da extrema-unção (por mostrar ser Católico Romano) no Hospital desta cidade, em os 15 de Novembro de 1808. Foi sepultado no adro desta igreja, de que fiz este termo que assinei / O Vig° Manuel Martins Peleção.

Assento 27 (Ibid. fl.43v) - Cristiano Bergmann, sargento do 5° Batalhão Alemão, faleceu em os 17 de Julho de 1809 e foi sepultado no adro desta igreja, de que fiz este termo que assinei / O Vig° Manuel Martins Peleção.

Assento 28 (Ibid.,fl.47) - Inácio da Silva Delgado, alferes do 1° Batalhão da Leal Legião Lusitana, faleceu com todos os sacramentos e sem testamento em o 1° de Outubro de 1809. Foi sepultado no adro desta igreja, de que fiz este termo que assinei / O Vig° Manuel Martins Peleção.

Assento 29 (Ibid. fl. 48) - José Lopes, soldado espanhol da 4ª Companhia do Batalhão de Mérida, faleceu com todos os sacramentos e sem testamento em os 9 de Outubro de 1809. Foi sepultado no adro, de que fiz este termo que assinei / O Vig° Manuel Martins Peleção.

Comentário

As guerras em que o país se envolveu «bateram» quasi sempre às portas da urbe albicastrense, nela deixando indeléveis marcas de destruição e morte, como podemos constatar através dos registos apresentados e relativos às lutas da Restauração (os três primeiros) e à invasão francesa (os restantes).

No 1° caso, eles confirmam que no território correspondente actualmente ao da província da Beira Baixa a guerra desenrolou-se por largo período quer em acções de saque e retaliação como pelo assalto

às fortalezas e povoações mais próximas da fronteira... Quanto à entrada dos franceses em Castelo Branco e aos sucessos que ali tiveram lugar,

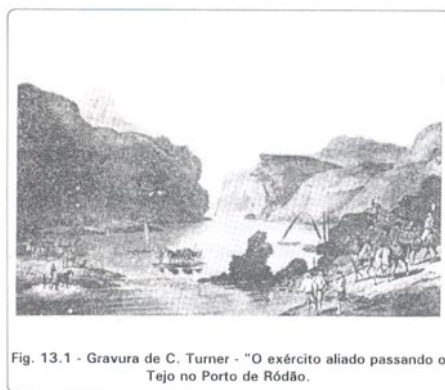


Fig. 13.1 - Gravura de C. Turner - "O exército aliado passando o Tejo no Porto de Ródão."

foram objecto de narrativas coevas já publicadas pelo que nos abstermos de qualquer comentário sobre

o assunto.⁽³⁷⁾

Frei António Estaço da Costa, que morreu dos ferimentos sofridos na guerra em 17.11.1663 (Assento 23), foi baptizado na igreja de Santa Maria a 1.2.1618, sendo filho de Manuel Oliveira de Vasconcelos e D. Helena da Costa de Lemos. Ainda jovem tomou parte nas lutas da Restauração, sendo-lhe concedida a patente de capitão dos Auxiliares da comarca de Castelo Branco, em 27.9.1647. Prestou assinalados serviços não só na dita vila como nos mais diversos lugares e ocasiões: na entrada da vila de Ferreira e socorro a Salvaterra do Extremo, Penamacor e à província do Alentejo; na queima dos lugares de Pedras Alvas e Estorninhos, Fuente Guinaldo, Perosi e Penhaparda; na peleja que se travou com o inimigo em Alcântara e assistência ao forte da Zebreira; na presa de gados em terras de Castela, entrada do campo de Cória e recontro de Penha Garcia, em que foi ferido. Por tudo isto, teve a mercê de cavaleiro da Ordem de Cristo com 40000 réis de tença, em 29.5.1655.⁽³⁸⁾

Estevão Pais Estaço (ou da Costa), primo-irmão do anterior e a quem se refere o Assento 25, foi baptizado a 10.3.1611 na igreja de Santa Maria, sendo filho de António Pais e D. Violante Estaço da Costa. Teve uma vida muito acidentada... Assim, matou por adultério a 1ª mulher D. Marta Frazão bem como o amante, o L.do Francisco Rodrigues Barriga, cunhado de seu irmão Diogo Pais da Costa. Portal motivo esteve preso no Limoeiro, onde matou outro homem, tendo sido condenado a pena de degredo para o Brasil. Depois da aclamação de D. João IV tornou ao reino e distinguiu-se como valoroso soldado, ocupando os postos de capitão de infantaria em Elvas, sargento-mor dos Auxiliares na Comarca de Avis e, finalmente, Mestre de Campo de um terço que arrasou Sarça, acção em que morreu no mês de Junho de 1665. Casou 2ª vez com D. Amónia de Mendanha de Sande (irmã de Sebastião Caldeira de Mendanha, morto pelos castelhanos em Salvaterra) e, por este casamento, teve a propriedade do ofício de almoxarife e juiz dos Maninhos de Castelo Branco e sua comarca, bem como das vilas do Campo das Idanhas (23.6.1663).⁽³⁹⁾

II Parte - A Guerra da Sucessão de Espanha (1704). Assento 30 (S1- 4M, fl.189v) - A 24.1.1704, se fecharam as portas de Santiago per mandado do Senhor marquês das Minas, general e governador das Armas da Província.

- Entrou o inimigo francês e castelhano a conquistar esta vila Dia do Corpo de Deus, que foi em 22.5.1704, e rendeu-a no dia seguinte. Esteve nela 40 dias, tempo bastante para a deixar assolada (como deixou), a igreja de Santa Maria queimada, o castelo e muro arruinados.

- Publicaram-se as pazes nesta vila, entre o senhor rei de Portugal D. João V e o senhor rei de Castela D. Filipe V, a 6.5.1715, governando a Igreja o S. P.

Clemente XI e o Bispado o Il.^{mo} Senhor João de Mendonça que, a 11 do dito mês, benzeu o sítio e pôs a fundamental pedra no Recolhimento que novamente eregeu na dita vila, acompanhando-o o eclesiástico, nobreza e plebe da terra / (Letra de Frei António Gomes Assores, Vig^o de St^a Maria).

Assento 31 (Ibid., fl. 8v) - Os baptizados, que se seguem, o foram na igreja de S. Miguel por me queimarem os hereges franceses e um ladrão castelhano a igreja, deixando-a incapaz de se baptizar nela / (Idem).

Assento 32 (SI - 3M, fl.294) - No ano de 1704, governando a Igreja de Deus o S. Papa Clemente XI, o reino D. Pedro II, a província o marquês das Minas, o bispado D. Rodrigo de Moura Teles (eleito já arcebispo primaz), se fecharam as portas desta vila, a 24 de Janeiro / Assores.

- Mas também, a 7 de Julho seguinte, se abriu a de S. Tiago e fui eu o primeiro que, com a nossa mão sagrada, a comecei a abrir / Assores.

Assento 33 (Ibid., fl. 281v) - A 22.5.1704, dia em que caiu 5^a feira do Corpo de Deus, entrou nesta vila o inimigo francês e castelhano deixando-a roubada e por fim, em paga de 40 dias que aqui moraram com alcantrão me puseram fogo à Igreja. Deus vingue tão grande desacato! / Assores.

Assento 34 (Ibid., fl. 281v) - Em Junho de 1704, matou o inimigo a Pedro Simão, do Cebolal, monte desta freguesia de Santa Maria. Foi sepultado na igreja do ditomonte e teve ofício, de que fiz este termo que assinei / O Vig^o Frei António Gomes Assores.

Assento 35 (Ibid., fl. 282) - A 22.6.1704, faleceu Catarina Magro, solteria desta vila e freguesia, não fez testamento. Foi sepultada em Cambas, onde andava (como os demais desta vila) fugida por amor do inimigo; e, no dito lugar de Campas lhe fez o R.do Prior meio ofício. E, por verdade, fiz este termo que assinei / O Vig^o Frei António Gomes Assores.

Comentário

Nos seis Assentos acima transladados, o vigário de Santa Maria, Frei António Gomes Assores, dá-nos algumas notícias sobre os acontecimentos vividos em Castelo Branco (e em particular na sua freguesia), a quando da ocupação da vila pelas tropas espanholas e francesas que apoiavam Filipe, duque de Anjou (e já aclamado Filipe V), na sucessão ao trono de Espanha.

Portugal acabara por aceitar o outro candidato - Carlos, arquiduque de Áustria - proposto pela Inglaterra... Assim, em Maio de 1704, um poderoso

exército de Filipe V, reforçado com um contingente francês do comando de Berwick, penetra no país pela Beira e apodera-se de Salvaterra do Extremo, Segura, Monsanto e Castelo Branco. Do sucedido então na urbe albicastrense temos um relato coevo, que vamos transcrever seguidamente:

- “Passou o exército inimigo a invadir a vila de Castelo Branco, a maior de toda aquela procíncia. Achava-se esta vila com pouca ou nenhuma guarnição de soldados e desamparada de muita parte dos paisanos, porque muitos e os de maior suposição se tinham ausentado com suas famílias, justamente atemorizados do poder castelhano e das notícias das entradas que tinha feito nas terras rendidas. E somente se acharam em Castelo Branco 80 soldados ingleses ou holandeses, que se retiraram ao castelo; ficou a vila defendida com os poucos paisanos que nela ficaram e estes sem cabo nem governador, porque

todos tinham despejado a terra. Com tão pouca defesa e com uns muros antigos e menos munições, acharam os castelhanos a vila de Castelo Branco, aonde chegaram com o exército Dia do Corpo de Deus, 22 de Maio do dito ano de 1704. De tarde, lançaram cordão à vila e assestaram duas peças de artilharia aos muros, as quais na noite do dia

Assim, em Maio de 1704, um poderoso exército de Filipe V, reforçado com um contingente francês do comando de Berwick, penetra pelo país pela Beira e apodera-se de Salvaterra do Extremo, Segura, Monsanto e Castelo Branco.

que chegaram, puseram dentro da igreja de S. Miguel, paróquia da dita vila (fora dos muros e à distância de um tiro de espingarda) e saíam os tiros das peças pelas portas da dita igreja, porém sem dano (ou pouco) dos muros.

Resistiu a praça 24 horas e, como o povo se viu com tão pouca defesa, lançaram bandeiras de paz e fizeram chamada, de que resultou a entrega da praça ou entrarem logo os franceses dentro da vila, saqueando as casas e o que podiam. E em poucas horas se rendeu também o castelo, cuja guarnição e governador foram prisioneiros para Castela, ficando na vila alguns paisanos com permissão dos castelhanos que, depois da vila entrada, moderaram muito a fúria dos franceses para não prosseguirem o roubo dos paisanos já rendidos”.⁽⁴⁰⁾

O marquês das Minas, reforçado com tropas do Minho e de Trás-os-Montes, sai de Almeida e recupera sucessivamente Segura, Idanha, Zebreira, Ladoeiro, Castelo Branco, Rodão, etc. Berwick, vendo-se ameaçado pelas tropas do marquês da Minas, abandona Portalegre e retira para Espanha. Dura a luta até 1712, ano em que no dia 7 de Novembro se faz o armistício entre Portugal e Espanha.

III Parte - Alguns Episódios da Guerra dos Sete Anos em Castelo Branco (1762). Dois Heróis.

Assento 36 (S2 - 20, fl. 39) - D. Rodrigo José de Torres e Morales⁽⁴¹⁾, solteiro, da Ordem de Calatrava e marquês de Matallana, tenente das Reais Guardas Espanholas de Infantaria, filho dos Ex.mos Senhores D. Rodrigo Torres, tenente-general da Real Armada, del Consejo e Câmara em o Supremo das Índias e de D. Isabel Ruiz de Ribera Castañeda, faleceu com todos os sacramentos nesta vila e freguesia, quando nela e sua vizinhança se achava o exército de Espanha, a 2 de Outubro de 1762. Foi sepultado no convento de Stº António, teve missa e ofício grande do uso da igreja, de que fiz este termo que assinei / O Vigº Frei Filipe Gomes de Santiago.

O marquês das Minas, reforçado com tropas do Minho e de trás-os-Montes, sai de Almeida e recupera sucessivamente Segura, Idanha, Zebreira, Ladoeiro, Castelo Branco, Rodão, etc. Berwick, vendo-se ameaçado pelas tropas do marquês da Minas, abandona Portalegre e retira para Espanha.

Assento 37 (S1 - 20, fl. 161) - Aos 17 dias do mês de Outubro de 1762, faleceu sacramentado D. José Marimon, cirurgião do Regimento de Dragões de Numância do reino de Castela e natural de Mallorca, casado com D. Mariana e moradores na Catalunha. Foi sepultado dentro da igreja e acompanhado com o coro, de que fiz este assento / O Vigº Frei Martinho Gomes Aires.

A margem direita : - Neste tempo entrou o exército d'El-Rei Católico nesta vila, que foi em Domingo, 19 de Setembro do mencionado ano, e nela assistiu até ao Dia de Finados (2 de Novembro).

Assento 38 (S2 - 20, fl. 40) - António Lopes Carapetoso, desta vila e casado com Maria Gomes Bicho, faleceu a 25 de Outubro de 1762 com os sacramentos da confissão e sagrado viático, pois os inimigos castelhanos (que se achavam nesta vila e a arruinaram e deixaram em estado miserável) o criminalaram

de espia do nosso exército e o mandaram enforcar na forca que levantaram na Devesa da mesma vila. E assim morreu, no sobredito dia do ano de 1762 e a favor da sua Pátria, com boa conformidade e muito cuidadoso da sua salvação, de sorte que me deixou muito consolado pela singular paciência com que se dispôs para semelhante morte. Deixou 25 missas pela sua alma e 5 pela de seu pai e 5 pela de sua mãe.

Foi sepultado na Colegiada de S. Miguel (de que era freguês) em sepultura de fábrica e teve missa, de que fiz este termo que assinei / O Vigº Frei Filipe Gomes de Santiago.

Assento 39 (Ibid., 11.46v) - João Hamilton, inglês e tenente do Regimento 3º das tropas inglesas, faleceu sem sacramentos, a 25.12.1762; e foi sepultado na Colegiada por provar-se diante do Rdo. Arcipreste que era católico. Teve missa de presente, de que fiz este termo que assinei/ O Vigº Frei Filipe Gomes de Santiago.

Assento 40 (Ibid., fl.47v) - D. Tornás de Noronha, solteiro e filho do Ex.mo Senhor D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos e general desta província, faleceu sem testamento e com todos os sacra-

mentos, a 30.12.1762. Foi sepultado no convento de Santo António e teve missa, de que fiz este termo que assinei / O Vigº Frei Filipe Gomes de Santiago.

Assento 41 (Ibid., fl. 54v) - O Doutor José Gomes Nunes, médico partidista, filho de Sebastião Gomes e de Catarina Nunes , primo-irmão do vigário que este escreve, faleceu com todos os sacramentos, a 17.3.1763. Fez uma disposição pia em que deixou 130 missas e foi sepultado na Colegiada de S. Miguel, aonde teve missa de presente e o ofício de 9 lições, de que fiz este assento que assinei / O Vigº Frei Filipe Gomes de Santiago.

Comentário

Os registos acima transladados dão-nos uma ligeiríssima imagem do sucedido em Castelo Branco a quando da ocupação pelo exército espanhol sob o comando do conde de Aranda, em meados de Setembro de 1762, já na fase final da Guerra dos Sete Anos...

A maioria da população albicastrense refugiara-se nos montes vizinhos,

temendo a rapinagem e violência dos soldados e estes, à medida que chegavam, distribuíram-se por toda a parte: casas, hospitais, igrejas, conventos, praças, fazendas, e áreas suburbanas, procurando alojamento e mantimentos.

Depois, grande parte do contingente espanhol saíu da vila tentando sem resultado forçar a passagem para Lisboa, que lhes era barrada pelo exército anglo-luso

do conde de Lippe. Assim, impedido de avançar, acossados por todos os lados e enfrentando um tempo frio e chuvoso, o conde de Aranda foi obrigado a recolher a Castelo Branco, donde retirou em ordem para o seu país e levando consigo alguns reféns.

As últimas forças invasoras saíram da vila a 2 de Novembro, deixando-a empestada e repleta de feridos, destroços e imundície. Muitos doentes acabariam por sucumbir ao contágio, como aconteceu ao filho do conde de Arcos (Assento 40) e ao médico municipal Dr. José Gomes Nunes (Assento 41).

Este médico nasceu em Castelo Branco a 8.11.1722, sendo filho de Sebastião Gomes e D. Catarina Nunes. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Instituta a 1.10.1741 epela sua aplicação e qualidades obteve a mercê de partidista de Sua Magestade. Ali tirou o bacharelato em Artes a 3.4.1742 e a licenciatura em Filosofia e Medicina, respectivamente, a 14.3.1748 e 24.5.1751.

Seguidamente, estabeleceu-se na terra natal, sendo confirmado num dos partidos de médico municipal com 40000 réis de ordenado, por carta régia de 8.1.1755.(42) No exercício deste cargo, acompanha dedicadamente os seus doentes durante a ocupação e, sofrendo o contágio da pestilência, dela viria a falecer como um herói, a 17.3.1763.

O Assento 38 revela-nos uma outra figura singular, que sacrifica também a vida em prol da sua "terra. Trata-se de António Lopes Carapetoso, nascido em Castelo Branco a 20.10.1719, filho de António Lopes e D. Maria Gonçalves, e casado com D. Maria Gomes Bicho da qual houve geração. Acusado de espia do nosso exército, submete-se dignamente à pena que lhe foi imposta pelo inimigo. Assim, enquanto na Devesa da vila se levanta apressadamente a força, António Lopes Carapetoso prepara-se para enfrentar a morte com as derradeiras armas de que podia dispor para salvação da sua alma... E na cinzenta madrugada de 25.10.1762, o seu corpo rígido e mudo ficou a balançar na Devesa, não como um exemplo vergonhoso mas qual estandarte cintilante e clamoroso!...

Cerca de 4 anos depois, a 10.12.1766, Frei Filipe Gomes de Santiago vigário da igreja de S. Miguel escreve uma relação pormenorizada do que havia presenciado durante a ocupação de Castelo Branco, a qual passamos a transcrever:

- "Em 18 de Setembro de 1762, pelas 2 horas da tarde, entraram nesta vila os primeiros castelhanos; e logo vieram entrando 3 Regimentos de cavalaria e infantaria, que se abarracaram na Devesa desta mesma vila e nos chãos detrás desta igreja de S. Miguel. E, dali a 2 dias, entrou todo o exército (que se julgou seria de 40000 homens pouco mais ou menos), foi passando pela Devesa e saindo para a Pipa, Granja e para cima, para a Lória, aonde estaria 15 dias pouco mais ou menos. Ocuparam as casas desta vila grande parte dos oficiais; e o general-chefe conde de Aranda o palácio de Sua Exelência (o Paço do Bispo); e nesta minha casa passal da igreja esteve um primo do mesmo conde, o conde de Ricta, ambos de Saragoça do reino de Aragão. Os vivandeiros do exército, que seriam 10000 pessoas, ocuparam com

"Em 18 de Setembro de 1762, pelas 2 horas da tarde, entraram nesta vila os primeiros castelhanos; e logo vieram entrando 3 Regimentos de Cavalaria e infantaria, que se abarracaram na Devesa desta mesma vila e nos chãos detrás desta igreja de S. Miguel. E, dali a 2 dias, entrou todo o exército (que se julgou seria de 40000 homens pouco mais ou menos), foi passando pela Devesa e saindo para a Pipa, Granja e para cima, para a Lória, aonde estaria 15 dias pouco mais ou menos..."

suas bestas todas as fazendas, a que todos deram grande prejuízo, porque logo entraram a desarmar todas as vinhas, latadas e portas, queimando muita madeira delas e das casas (no mais das fazendas não fizeram agora grande dano). E ocuparam com os doentes, que eram muitos e depois da saída cresceram em maior número, os conventos de Santo Agostinho dos religiosos Gracianos, de Santo António dos religiosos Capuchos, igreja e hospitais da Misericórdia,

casas do capitão-mor e outras. Ocuparam a igreja de S. João com a artilharia e munições dos franceses. S. Pedro, S. Marcos, Espírito Santo, capela da Porta da vila e outras muitas casas se ocuparam com trigos e cevadas, que conduziram em grande numero; e tanto que duas vezes fui notificado para mudar o Santíssimo Sacramento para outra parte, para poderem encher a igreja do muito pão que tinham na Devesa sem haver aonde o recolhessem. Porém não tiveram efeito as notificações, porque na saída do exército permitiu a Senhora da Conceição e S. Miguel ficasse Governador desta vila um coronel irlandês chamado D. José, cuja mulher disseram era parente de S. Francisco de Sales, e este ficou nestas minhas casas, (aonde eu com mais dois irmãos me conservei), e ele foi o padrinho que tive para não despejar a igreja, dando conta ao conde de Aranda que estava nas Sarzedas. E concorreu também ser a igreja a casa da oração, aonde se diziam muitas missas tanto pelos R.dos Padres que ficaram como por mais de 30 capelães do exército, cuja fidalguia e soldadesca concorria a

ela em todo dia , e ser a igreja muito estimada e louvada por todos pois se achava muito asseada e armada com a sua armação de tafetá encarnado, da mesma forma que tinha servido na festa da Senhora da Conceição, em Setembro; e, nela, sendo tão grande o concurso nada faltou, de sorte que não seria preciso esconder algumas peças de prata pelas cimalhas da tribuna. As capelas do Senhor da Piedade e da Senhora da Piedade, em cujo alpendre fizeram seu paredão de pedra, ficaram servindo de Corpos de Guarda; e o mesmo a igreja de Santa Maria do Castelo, aonde parece chegaram a meter alguns cavalos e encheram de palha para dormirem os que nela se recolhiam, com mágoa do seu vigário



Fig. 14.1 - Rabino

que também ficou nesta vila, Frei Martinho Gomes Aires, também natural desta vila. E ou destas imundícies ou de doentes ou de pão todas as igrejas foram cheias. Só pela graça de Deus e da Senhora da Conceição, a igreja de S. Miguel não ficou apastada como todas as mais, antes se conservou com muito asseio e sempre as chaves estiveram em poder do seu tesoureiro, o P. Manuel Vaz Touro do Amaral, que não me ajudou pouco na administração do Sagrado Viático e Extrema Unção, cujo trabalho era continuado desde manhã até à noite; e, não sendo tanta a caridade dos capelães em confessarem os doentes, certamente morriam pelos muitos que vinham de Vila-Velha de Ródão e Sarzedas, às carradas; parece-me não chegariam os mortos que se sepultaram a 150, de que não fiz relação pelo muito trabalho e aflição que se padece em semelhantes tempos, que só quem o experimentar o pode vir a conhecer. No fim do pouco efeito que acharam os castelhanos em Vila Velha, Sarzedas e Alvito, recolheram todos a esta vila. Como era no mês de Outubro, foi continuada a chuva e muito frio, de sorte que obrigou a recolherem-se a maior parte dentro das casas desta vila e, pela muita chuva e frio , entraram acarretar lenha de oliveira, cortando muitas nas vizinhanças e subúrbios da vila. E neste espaço, que seria de 15 dias, é que fizeram o maior destroço e perdas. E no dia 2 de Novembro saiu o resto de todo o exército, tendo levantado toda a grande maioria do trem, peão e artilharia nos dias antecedentes, fazendo o seu caminho para Alcântara com bastante medo e tendo tentado passar o Tejo em Malpica para Ferreira, o que não puderam à força da boa diligência conseguir. Não foi pequeno susto que causaram em aqueles que ficaram nesta vila, receando ser levados para Castela como foram muitos destas vizinhanças, eclesiásticos e seculares, de que muito poucos voltaram a este reino. A maior parte da gente desta vila se retiraram para as terras da Serra,

aonde não padeceram pouco, sem que porém se possa comparar aos sustos e apertos do coração que padecemos, os que ficámos, que é indizível. Saíndo o exército, ficou a vila quási apastada, que não morreu pouca gente; e a não vir o conde dos Arcos, que com

grande diligência mandou enterrar as muitas bestas que havia mortas e já corruptas por toda a vizinhança da vila, além do despejo que se fez das muitas imundícies que havia nas casas e ruas, certamente seria ainda maior a mortandade. E, nem assim pôde escapar da morte um filho do mesmo conde e, dos dois médicos, um ainda escapou como por milagre e o outro que era meu primo, o Dr. José Gomes Nunes, com efeito morreu no contágio que se seguiu à saída do inimigo. Não

especifico aqui as muitas lidas e apertos que se padeceram , de que não coube pequena parte ao pároco desta igreja, porque o que for quando suceda outra (o que Deus pela sua Misericórdia não permita) então se saberá ...»⁽⁴³⁾

XIV - Um Boticário Albicastrense na Casa de Tormento da Inquisição

Assento 42 (S2- 10, fl.484) - Lázaro Rodrigues Pinheiro, natural desta vila e marido de Clara Henriques, faleceu com todos os sacramentos em os 8 de Abril de 1728. Não fez testamento e foi sepultado em cova de fábrica, de que se fez este Assento que assinei dia, mês e ano «ut supra» / O Vigº Frei Manuel Rodrigues Corugeiro!

Comentário

Lázaro Rodrigues Pinheiro, cujo assento de óbito acabamos de transladar, nasceu em Castelo Branco a 16.9.1659, sendo filho do mercador João Nunes Viseu e de sua mulher D. Ana Rodrigues, ambos cristãos-novos. Naquela vila estudou Gramática (Latim); depois e durante 4 anos, aprendeu com mestres aprovados a arte de boticário; e, examinado nesta ciência de acordo com o Regimento, foi considerado apto e suficiente pelo que se lhe passou a respectiva carta régia (Lisboa, 13.1.1680).⁽⁴⁴⁾

Monta botica na terra natal e casa em Alcains, a 3.1.1697, com D. Clara Henriques de Paiva, filha de

Francisco Lopes Morão e D. Leonor de Paiva; e dela houve vários filhos, o primeiro dos quais nasceu em Castelo Branco a 27.8.1698 e teve o nome do avô paterno (João Nunes Viseu).

Ora, embora baptizado e freguês habitual da igreja de S. Miguel, o nosso boticário acaba por apartar-se da Fé Católica e passa a professar a chamada Lei de Moisés, seguida havia séculos pelos seus antepassados judeus.

No nosso país, tal facto era então objecto de graves

penas (até a de morte), pelo que Lázaro Rodrigues Pinheiro começa a ter uma vida dupla... Assim, aparentemente, continua a ser católico praticante, indo à igreja e confessando-se mas, no seu íntimo, não acreditava no Mistério da Santíssima Trindade nem tinha Cristo por Deus verdadeiro e como o Messias pro-metido; antes, esperava ainda por Ele «e só acreditava no Deus dos Céus, a quem se encomendava com a oração do Padre Nosso, mas não dizendo Jesus no fim...»⁽⁴⁵⁾. Clandestinamente, comunicava com outras pessoas da mesma nação, às quais se declarava por judeu; e, na intimidade da sua casa, ele e a família praticavam os ritos e cerimónias judaicas, guardando os sábados como se fossem dias santos e jejuando nas festas comemorativas do Dia Grande da Rainha Ester...

Porém, o destino não lhe permitiria manter esta situação por muito tempo. Em finais de 1710, alguns familiares são presos pela Inquisição e ele, receando ser descoberto através dos seus testemunhos aconselha-se com Paulo de Figueiredo de Refóios, comissário do Santo Ofício em Castelo Branco e parte imediatamente para Lisboa, apresentando-se no palácio dos Estaus, ao Rossio, em 5.2.1711...

Inicia-se, assim, o seu processo perante o dito Tribunal, em cuja Mesa começa a confessar, a 14.2.1711, denunciando parentes e conhecidos pertencentes a diversos ramos de cristãos-novos: Moratos, Idanhas, Viseus, Penteados, Aires, Nunes, Sordos, Cunhas, Pavas, etc.

Do inventário feito aos seus bens, a 26.3.1711, consta possuir em Castelo Branco uma vinha no Vale do Romei-ro, que comprara por 150000 réis; mais outro pedaço de vinha, no sítio da Ribeira, que lhe custara 15 a 16000 réis; e a botica, avaliada em cerca de 50 a 60000 réis.

A 11.2.1711, volta à Mesa onde confessa mais culpas mas o Tribunal não se dá por satisfeito pois o réu, involuntária ou propositadamente, não incriminara algumas pessoas já comprometidas noutros processos e com os quais comungara a sua crença... Por tal motivo, é admoestado e advertido das faltas e diminuições do seu testemunho, sendo entregue ao juízo ordinário e entrando nos cárceres secretos da Inquisição, a 18.3.1711.

A 12.6.1711, produz mais confissão mas, considerada insuficiente e não totalmente verdadeira, é acusado de heresia e apostasia e condenado à prova do tormento 20.6.1711). Este realiza-se 6 dias depois, pelas 9 horas da manhã e perante o inquisidor Manuel da Cunha Pinheiro (pelo ordinário), os deputados Frei Miguel Barbosa e Marfim Monteiro de Azevedo, o notário, médico e cirurgião e outros oficiais da Inquisição. O notário lê-lhe a sentença e, mais uma vez, insiste em que diga toda a verdade, «para descargo da consciência e salvação da sua alma, pois só assim evitaria os trabalhos e perigos a que iria ser

submetido», advertindo-o «com muita caridade, de que se naquela diligência morresse, quebrasse algum membro ou perdesse qualquer sentido, a culpa seria unicamente dele e não dos senhores inquisidores e mais ministros do Santo Ofício, que haviam feito justiça conforme o merecimento da sua causa».⁽⁴⁵⁾

O réu responde com o silêncio a tão insidiosa e hipócrita argumentação, pelo que é amarrado ao potro e sofre os primeiros 3 tratos da polé. Desesperado com as dores, grita e clama por audiência, onde denuncia outros praticantes, entre os quais o Dr. Manuel Mendes Monforte (tio de sua mulher e médico no Brasil), a própria mulher e o filho mais velho, apenas com 13 anos.

Tudo isto não satisfaz ainda os inquisidores, sendo levado de novo à tortura e desta vez, submetido a «tratamento» completo. Não podendo suportar mais o sofrimento, pede misericórdia e perdão, «com mostras de arrependimento». A 30.6.1711, a Mesa do Santo Tribunal revê pela 4ª vez o seu processo e acaba por condená-lo a cárcere e hábito penitencial e a abjurar das culpas em Auto de Fé, celebrado no Rossio a 26.7.1711, com a presença d'El-Rei, altas individualidades e muito povo.

Finalmente, Lázaro Rodrigues Pinheiro é libertado a 6.8.1711 e regressa a Castelo Branco, retomando o seu trabalho na botica. Mas, pouco tempo depois, a 16.10.1711, a mulher e o filho mais velho apresentam-se voluntariamente nos Paços da Inquisição em Lisboa (os Estaus), a fim de confessarem também as suas culpas, saindo reconciliados pelo mesmo Tribunal, a 7 e 27.10.1711, respectivamente.⁽⁴⁶⁾

O casal irá ter mais filhos e para eles o pesadelo terminou... mas não para a sua geração.

Ora, processos semelhantes ao que acabei de descrever foram levantados a muitos cristãos-novos albicastrenses, em especial no decurso dos séculos XVII e XVIII; e alguns deles pagariam na fogueira um pesado tributo pelas suas convicções...

XV - Drama e Escândalo na Igreja de Santa Isabel (1805).

Assento 43 (S2 - 50, fl. 18v) - D. Leonor Pereira Pessoa, casada com o sargento-mor José Pessoa Tavares, faleceu com todos os sacramentos e com testamento de mão comum com seu marido, em o qual deixou se dissessem 2 ofícios e missas até o sétimo dia; faleceu, digo, em os 20 de Outubro de 1805 e foi sepultada na igreja da Misericórdia, que serve de presente de freguesia, de que fiz este termo que assinei / O Vigº Manuel Martins Peleirão. Comentário

No Assento de óbito, acima transladado, não vislumbramos a menor alusão aos sucessos dramáticos ocorridos na igreja de Santa Isabel, a quando da inumação dos restos mortais de D. Leonor

Pereira da Siva esposa de José Pessoa Tavares, sargento-mor das ordenanças de Castelo Branco, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, fidalgo de cota de armas,⁽⁴⁷⁾ negociante de grosso trato e «uma das pessoas mais ricas da província da Beira».

D. Leonor nascera na Covilhã a 18.4.1745 e ali casara, a 11.4.1773, com seu primo José Pessoa



Fig. 15.1 - Pedra de Armas dos Pessoas e Amorins, na fachada onde viveu esta família (R. do Pina).

Tavares natural do Fundão mas residente na urbe albicastrense, onde veriam pela la vez a luz do dia todos os seus filhos. Ambos descendiam de famílias cristãs-novas, mas seguiam e praticavam escrupulosamente a religião católica, vivendo com «muito asseio e luzimento» na sua casa da Rua do Pina e tratando-se à lei da nobreza com escudeiros, lacaios, seges, cavalos, etc.

Acometida de prolongada e dolorosa

enfermidade, D. Leonor passou os últimos dias da sua vida em estado bastante crítico, quâsi moribunda... No decurso deste período, a 17.10.1805, o R.do P. Francisco José Robalo Moutoso presbítero secular, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra e comissário do Santo Ofício, visitara a enferma com o fim de prestar-lhe algumas consolações espirituais mas o marido opuzera-se energicamente a tal propósito, increpando-o para que não molestasse a mulher...

Pouco depois, na madrugada de 20 de Outubro, D. Leonor expirava após lhe haverem sido administrados todos os sacramentos pelo P. António da Maia Nogueira, cura da Sé. Nesse mesmo dia, pelas 10 horas da manhã, saiu sa Rua do Pina o préstito fúnebre com os seus restos mortais, nele se incorporando além de familiares, amigos e dependentes, as figuras mais representativas da cidade e muito povo. Encaminhou-se o cortejo para a igreja de Santa Isabel, em cujo edificio estava ainda instalada a primitiva Misericórdia e que então servia de paroquial da freguesia da Sé Catedral, em obras de restauro... Ali tiveram lugar as cerimónias litúrgicas habituais e, depois de encomendada a alma da falecida, lançou-se cal e vinagre sobre o corpo e lhe puseram por cima uma grande toalha, que a cobria dos pés à cabeça. Finalmente, fecharam o caixão, cuja chave ficou na posse de José Tudela de Castilho, fidalgo da Casa Real e a quem tinha sido confiada a sua guarda...

Entretanto, o coveiro Simão Rodrigues Serra procu-

rou o P. Francisco José Robalo para lhe comunicar as suas apreensões quanto ao enterramento, pois a colocação da referida toalha sobre o cadáver levantara certo sussurro dos que nesse acto julgavam descobrir um rito judaico...

O nosso Comissário actuou imediatamente. Na companhia do coveiro subiu a nave central do templo até chegar à uma e, invocando o nome do Santo Ofício, perguntou a Manuel de - Sousa Cardoso, escudeiro de José Pessoa Tavares, que mortalha levava a sua senhora. Perante a resposta de «que ia amortalhada como as mais», disse que queria examinar a toalha para ver se era de pano de linho novo e cru. E, efectivamente, depois de a apalpar, tirou-a para fora mas verificando a falsidade da denúncia, pois tratava-se de uma velha toalha de Bretanha com folhos e rendas e enxovalhada pelo uso, arremessou-a ao chão. Então, mandou prosseguir a cerimónia e retirando-se pelo mesmo caminho, foi comentando para a assistência que «esta gente sempre queria levar roupa de linho...»

Todas estas diligências provocaram um certo borborinho entre as 300 pessoas que enchiam o templo, varrido por um sopro de drama e escândalo: uns, sentindo-se ofendidos e amargurados com a atitude do Comissário; outros, procurando conhecer melhor a razão do seu procedimento; quiçá alguns encantados pela vergonha infligida a uma família rica e poderosa, por quem nutriam inveja e ressentimento...

Três dias depois deste incidente, a 23 de Outubro, José Pessoa Tavares apresentava ao juiz de fora de Castelo Branco um requerimento dirigido a S.A.R., o Príncipe Regente D. João, expondo o sucedido e pedindo o castigo do P. Francisco José Robalo Moutoso pelo «acto infame e injurioso com que pretendia denegrir a sua reputação».

Como o acusado era Familiar do Santo Ofício, todo o processo acabou por correr sob a alçada do respectivo Conselho Geral.

Para apuramento do caso foram ouvidas diversas testemunhas e vistas as justificações apresentadas por ambas as partes. Através delas verificou-se, entre outras coisas, o seguinte:

- Atendendo a semelhante aviso do coveiro, o P. Francisco José Robalo já alguns anos antes fizera despir na igreja uma filha de Estevão Soares Franco, cristão novo, estando também amortalhada para a sepultarem (28.3.1787).

- Ele excedera os seus deveres e jurisdição, agindo contra as disposições expressas nas leis de 25.5.1773 e 15.12.1774 (que, confessou não conhecer) e infringiu ainda o parágrafo 1 do liv. 3, Titº19 do Regimento.

Por tudo isto, ao pronunciar a sua sentença, em 16.5.1806, o referido Tribunal condena o Comissário a suspensão perpétua do exercício do seu cargo e a 3 anos de degrêdo para fora de Castelo Branco.⁽⁴⁸⁾

Além do mais, este caso revela-nos como as leis

do marquês de Pombal (acima indicadas e abolindo a distinção entre cristãos velhos e cristãos novos, a prova da “limpeza de sangue”, etc.) iriam promover a reforma de mentalidades e constituíram profundo golpe num dos institutos mais sinistros da nossa História: a Inquisição.

XVI - A Exumação dos restos mortais do último Bispo de Castelo Branco

Assento 44 (S2-50, fl 187v) - Aos 6 de Abril de 1831, faleceu da vida presente com todos os sacramentos e testamento o Exmo. e Rmº. Senhor D. Joaquim José de Miranda Coutinho, que foi Bispo desta diocese. Teve ofício e missa de presente e foi sepultado no dia 7 no cemitério, de que fiz este termo que assinei/ O vigº Manuel Domingues Crespo.

Comentário

Apresentado na mitra de Castelo Branco em 3.5.1819, D. Joaquim José de Miranda Coutinho tomou posse da Diocese a 25.4.1820. No ano seguinte era eleito provedor da Misericórdia e designado deputado às Constituintes pela cidade de Castelo Branco.⁽⁴⁹⁾

Aqui faleceu a 6.4.1831 (Assento 44) e foi sepultado no centro da capela do cemitério velho, em campa com as suas armas. Este cemitério, situado no flanco



Fig. 16.1 - D. Joaquim José de Miranda Coutinho, 3º Bispo de C. Branco (MFTPJ).

N.NE da Sé Catedral, havia sido edificado em 1815, quando ainda se mantinha o antiquíssimo costume do enterramento nos adros e dentro dos templos.

O estabelecimento do cemitério velho resultara, particularmente, do seguinte caso.

Na noite de 19.3.1804, desabou grande parte da abóbada da igreja de S. Miguel (ou da Sé), arrastando na queda o coro da mesma, pelo que o templo foi encerrado ao culto e todas as actividades paroquiais passaram a ser executadas na igreja de Santa Isabel.

Ora, os trabalhos de restauro logo iniciados obrigaram à acumulação no adro de grande quantidade de materiais e, assim, muitos defuntos da freguesia tiveram de ser sepultados noutros locais...

Por tal motivo, os procuradores do povo de Castelo Branco solicitaram a S. A.R., o Príncipe Regente (futuro rei D. João VI) a indispensável autorização para se gastarem os sobejos das sisas da cidade e seu termo na construção de um cemitério destinado à freguesia da Sé, cujas obras já tinham sido arrematadas por 6000 cruzados ao oficial de pedreiro Manuel da Silva. Alegaram também que este projecto havia sido tomado de acordo com o clero e autoridades

e que obra tão útil e necessária à saúde pública não se poderia realizar apenas à custa das esmolas dos fiéis.

O Príncipe acede de bom grado e, por provisão de 8.5.1805, concede para o efeito durante 5 anos não só os sobejos das sisas mas ainda o rendimento das pastagens dos olivais baldios, sitos nos limites da cidade, ficando a Câmara Municipal encarregada de velar pelo anda-mento e inspecção dos respectivos trabalhos.⁽⁵⁰⁾

Suponho que estes demoraram bastante ou, então, o povo não se mostrou receptivo à utilização do seu 1º cemitério público, pois, embora J. A. Porfirio da Silva⁽⁵¹⁾ nos diga que fora edificado em 1815, só a partir da 2ª metade de 1819 aparece referido nos registos paroquiais de Santa Maria do Castelo e de S. Miguel da Sé. Ao mesmo tempo, o recurso ao adro e interior dos templos continua a verificar-se, mas acaba por desaparecer definitivamente nos finais de 1823...

Portanto, quando saiu o Decreto de 21.9.1835, proibindo o enterramento nas igrejas e dando origem à revolta popular da Maria da Fonte, já a urbe albicastrense seguia pacificamente e por sua determinação tal preceito, utilizando o cemitério velho. Em 1853, o autor acima citado aponta-lhe dois grandes inconvenientes:

- estar no centro da povoação, transmitindo-lhe com facilidade, quando batido pelos ventos de leste, os miasmas e exalações pútridas, “com grave prejuízo da saúde pública”;

- ser de reduzidas dimensões, não dando vazão à clientela. O mesmo autor sugere também que o local mais apropriado para a instalação do novo cemitério seria a Quinta das Pedras, próximo à capela de Nossa Senhora da Piedade, mas não seguem o seu parecer. Com efeito ele foi construído em 1860 e para lá da Fonte Nova, onde ainda se acha na actualidade.

No ano de 1875 e em virtude da transferência para o novo cemitério da capela existente no antigo, pretendeu-se efectuar igualmente a exumação dos restos mortais que ali jaziam e pertencentes ao 3º bispo de Castelo Branco, D. Joaquim José de Miranda Coutinho. Tudo isto consta da Acta da respectiva cerimónia, lavrada então pelo escrivão da Câmara Francisco Domingues Guedes e a qual passamos a transcrever.

- “A 16.6.1875, no antigo cemitério situado ao lado do edificio da Sé Catedral, João dos Santos Caio vereador e servindo de presidente, António Nunes da Silva Fevereiro administrador do concelho e o Dr. Daniel Tavares da Cunha delegado de saúde do distrito (convidados pelo Presidente da Câmara Municipal, em virtude da portaria de 7.1.1875) e os Rºs. Pes. Joaquim da Silva Peleção coadjutor da freguesia da Sé e Augusto Carlos da Silva Ribeiro tesoureiro da mesma (por determinação do Vigário Geral a quem,

assim como ao Governador Civil, se havia comunicado o feito para procederem à exumação dos restos mortais de D. Joaquim José de Miranda Coutinho, sepultado a 7.12.1831 na capela do mesmo cemitério, pela transferência desta capela para o cemitério actual), o Presidente ordenou o levantamento da campa e a abertura da sepultura. E, por não se encontrarem mais do que fragmentos da madeira do caixão e das vestimentas, o anel de nenhum valor quâsi desfeito e algum fosfato calcáreo, porque tudo o mais estava totalmente consumido, não praticaram os Reverendos eclesiásticos devidamente paramentados os actos religiosos correspondentes à exumação dos restos mortais do ilustre Prelado. Não obstante, o P^o. Joaquim da Silva Peleção mandou depositar os fragmentos das vestimentas com a matéria calcárea num pequeno caixão de madeira, que foi introduzido em uma cova forrada de pedra, no mesmo cemitério e coberta com a mesma campa".⁽⁵²⁾

Há alguns anos procurei localizar a campa armoriada do 3º Bispo de Castelo Branco, mas não obtive qualquer êxito nesse trabalho de pesquisa...

XVII - Um testamento satisfeito ...17 anos depois!..

Assento 45 (S₂ -2M, fl. 173) - Aos 7.5.1678, faleceu o Governador das Armas desta província Gil Vaz Lobo. Fez testamento na maneira seguinte: - Deixou que, sendo amortalhado no hábito de Santo António, fosse enterrado na ermida de S. Gregório, anexa a esta igreja, para o que deixava de esmola à dita Confraria 10 000 réis; e, quando fosse tempo, lhe transladassem os ossos para a capela (que deixava se fizesse da invocação da Senhora do Carmo, na sua quinta de Odívelas), aonde, quando fossem levados, se lhe fizesse um ofício com missa cantada. Deixou que lhe dissessem por sua alma 1000 missas (e, destas, lhe dariam 200 em altar privilegiado), pelas quais se

daria a esmola costumada. Deixou mais 500 missas pelas almas de seu pai e mãe; outras 500 pelas de seus avós; mais 200 pelas penitências mal cumpridas (em que entrariam as dos Defuntos da Ordem de Cristo, de que era cavaleiro). Deixou que, no dia do enterro e sendo horas, lhe dissessem que era cavaleiro). Deixou que, no dia do enterro e sendo horas, lhe dissessem todos os sacerdotes, que se achassem presentes, missa por sua alma e, por esmola, um tostão (e que entrariam estas, de corpo presente, no

número das 1000 que deixava por sua alma); e que lhe fizessem um ofício conforme a Constituição do Bispado e, no dia do enterro, dessem a cada pobre que o acompanhasse um tostão e uma vela. Deixou por universal herdeira a sua irmã, a senhora D. Madalena da Silveira (casada com o Senhor Manuel de Miranda Henriques) sendo viva (e, não o sendo, a seu filho mais velho) de toda a fazenda que se achar ser sua e

livre, depois de todos os legados cumpridos; e, por testamenteiro, a seu cunhado Manuel de Miranda Henriques, a José Ramalho, ao capitão Manuel José do Vale, ao Dr. Luís de Valadares corregedor da cidade da Guarda e ao vedor-geral António Cardoso. E declarou que as missas, que deixava, as mandassem seus testamenteiros dizer por quem quizessem. E, para constar, fiz este termo que assinei/O vigº encomendado António Gomes Assores.

Comentário

Gil Vaz Lobo, cujo assento de óbito acabamos de transladar, nasceu em Lisboa no 1º quartel de Seiscentos, sendo filho de Gomes Freire de Andrade e D. Luísa de Moura. Desde o dia da Aclamação, em que interveio, começou a destacar-se na carreira militar

e ali atingiria os mais altos postos e distinções.⁽⁵³⁾ Em 10.5.1669, o Príncipe - Regente D. Pedro (futuro rei D. Pedro II) nomeia-o Governador das Armas da Província da Beira,

cujos dois Partidos (Riba Coa e Penamacor) se haviam então reduzido a um só governo.⁽⁵⁴⁾

No exercício deste cargo, assistiu por largos períodos em Castelo Branco, onde foi também provedor da Misericórdia (1670/73) e mandou fazer o respectivo "Tombo das fazendas, prazos e foros", conhecida vulgarmente pelo "Tombo de 1670", embora iniciado a 26.7.1671. Aqui faleceu a 7.3.1678 e, de acordo com o seu testamento, ficou sepultado na ermida de S. Gregório (actual capela de Nossa



Fig. 16.2 - Escudo ovado com as armas do 3º Bispo (Mirandas e Coutinhos) na sacristia da Igreja de S. Miguel da Sé.

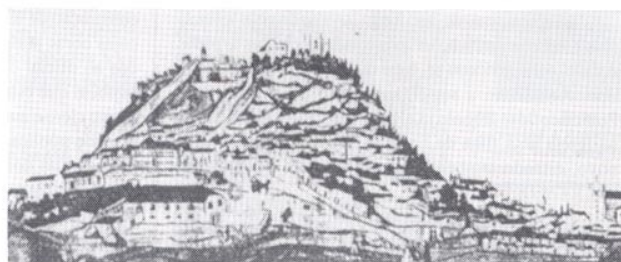


Fig. 16.3 - Vista geral de Castelo Branco, em meados de oitocentos.

Senhora da Piedade), ao meio da capela-mor, onde ainda vemos uma campa de pedra, com 9 palmos de comprido e 3 de largo, tendo gravado o seguinte letreiro:

AQUI ESTÁ DEPOSITADO O CORPO
DE GIL VAZ LOBO GOVERNADOR DAS
ARMAS QUE FOI DE AMBOS OS PARTIDOS
DESTA PROVÍNCIA DA BEIRA HÃO-SE
DE TRANSLADAR OS SEUS OSSOS PARA A SUA
CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE
DO CARMO QUE MANDOU SE FIZESSE
NA SUA QUINTA DE ODIVELAS E FALECEU
EM SETE DE MARÇO DE 1678.

Tanto nos tombos de 1706 e 1753 da comenda de Santa Maria do Castelo como em diversos trabalhos monográficos sobre Castelo Branco, aparece referida

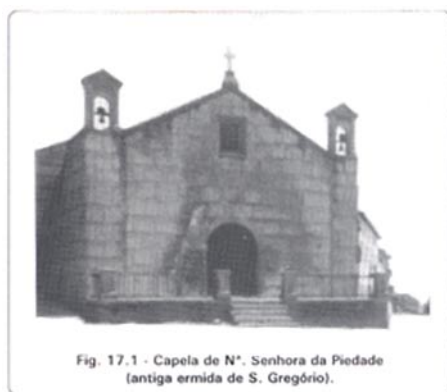


Fig. 17.1 - Capela de N.ª Senhora da Piedade
(antiga ermida de S. Gregório).

esta lápide, mas só agora podemos acrescentar que, efectivamente, os restos mortais de Gil Vaz Lobo se transladaram para a capela de Nossa Senhora da Conceição, erigida na sua Quinta de Odivelas. Porém, tal disposição testamentária seria satisfeita 17 anos depois da morte do testador, a 29.10.1695, conforme nos revela D. Frei Flamínio de Sousa (século XVIII).⁽⁵⁵⁾

XVIII - O Dote

Assento 46 (S₁-3M, fl. 208) - Gaspar Mouzinho Magro, desta vila e desta freguesia, faleceu em 29 de Abril de 1685 e está sepultado no convento de Santo António. Fez testamento e instituiu capela na igreja de Santa Maria, com missa quotidiana.

Assento 47 (S₂-1M, fl. 132) - Aos 30.12.1609, se receberam em a igreja de S. Miguel por marido e mulher, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, António de Brito Homem e Luísa da Costa. Foram testemunhas António Furtado da Costa, António de Azevedo e Paulo Rodrigues Cardoso e assinei/Manuel de Araújo.

Assento 48 (S₁-1 M, fl. 97) - Aos 14 dias do mês de Outubro de 1567, baptizei Francisca filha legítima de Manuel de Valadares e Perpétua da Fonseca. Foram padrinhos o doutor Diogo d'Afonseca e Águeda de Valadares.

Assento 49 (S₂-1 C, fl. 114v) - António Feio da Maia e Almeida, natural da vila de Abrantes e viúvo de D.

Joana Maria Temudo de Almeida, filho de João Correia Mazagão e de sua mulher D. Maria Feio de Almeida, e D. Oriana Maria Brígida de Brito e Fonseca, natural desta vila de Castelo Branco e desta freguesia, filha de José de Mesquita Martins da Fonseca e de sua mulher D. Maria Paula da Cunha Freire, se receberam por palavras de presença nesta igreja de S. Miguel, na minha presença (o vigário Frei Manuel Rodrigues Corugeiro), em os 29.10.1731, sendo primeiro feito o que determina o Sagrado Concílio Tridentino e Constituições deste Bispado. Testemunhas: António de Azevedo Pimentel Galache e Luís da Cunha Corte-Real, de que se fez este termo que assinei com as testemunhas, dia, mês e era "ut supra"/o vig^o Frei Manuel Rodrigues Corugeiro/Luís da Cunha Corte-Real/António de Azevedo Pimentel.

Assento 50 (Ibid. fl. 61 v)- A 8.2.1572, receberam-se em face da igreja Gomes de Souttomayor, filho de Gomes de Souttomayor e Bárbara Madeira, natural de S. Maninho dos Chãos (bispado de Lamego) com D. Beatriz da Cunha, filha de Sebastião da Cunha e de D. Catarina, desta freguesia.

Assento 51 (Ibid., fl 61 v)- Ao primeiro dia do mês de Abril de 1560, baptizei Manuel filho legítimo de Mateus Lopes e de Maria Sequeira. Padrinhos: Francisco de Valadares, Catarina de Sousa e Beatriz Pereira, e assinei / Domingos Tomé.

Comentário

Quando o destino da mulher dependia em certa medida do seu casamento e do respectivo contrato de esponsais, o dote representava muitas vezes para ela (e para o futuro cônjuge) mais que as suas qualidades pessoais, incluindo a própria beleza e nível social...

Por tal motivo, alguns beneméritos legavam as suas fazendas para o estabelecimento e concessão de dotes às raparigas mais desprotegidas e carenciadas de recursos, que assim poderiam encontrar marido com maior facilidade e construir um lar cristão... Entre eles, conta-se Gaspar Mouzinho Magro baptizado a 20.10.1610 na igreja de Santa Maria e filho de D. Helena Pires e António Magro Mouzinho, da nobre geração deste apelido oriunda de Castelo de Vide. Na terra natal serviu vários cargos da governança e por ela foi procurador às Cortes de 1669. Não tendo descendência do seu casamento com D. Catarina Vilela Leitão e possuindo avultados bens, instituiu uma capela na igreja de Santa Maria⁽⁵⁷⁾, cuja administração confiou à Confraria de Nossa Senhora do Rosário (por disposição testamentária de 29.8.1684 e codicillo de 28.4.1685) para do seu rendimento se distribuírem dotes a 5 raparigas pobres daquela freguesia, que fossem casadoiras, de boa vida e costumes mas sem raça de cristãos-novos⁽⁵⁸⁾... A pedido dos mordomos da dita Confraria, a importância de 12000 réis, correspondente a cada dote, foi aumentada para 24000 réis por breve pontifício de 7.5.1803, com o fundamento

de ser então menor o valor da moeda e com ela não se poderem adquirir, como em 1685, os artigos suficientes para o princípio da vida de um casal pobre; passaram também para 12 o número de orfãs contempladas. A história da Confraria de Nossa Senhora do Rosário e, em particular, os esforços que desenvolveu para dar cumprimento ao legado instituído por Gaspar Mouzinho Magro foram tratados minuciosamente por vários Autores, entre os quais o R.^{do} P.^e Dr. José Ribeiro Cardoso⁽⁵⁹⁾ e Manuel Tavares dos Santos⁽⁶⁰⁾, para cujos trabalhos remetemos os leitores interessados...

O dote constituía, pois, o conjunto de bens próprios com que a mulher entrava para a sociedade conjugal. Estes bens assumiam as mais diversas formas: rendas, dinheiro, casas e fazendas, capelas e morgados, tenças, padrões e ofícios, jurros, foros, etc, doados, instituídos ou legados pelos pais, familiares e até estranhos e, muitas vezes, estabelecidos ou confirmados por mercês régias em remuneração de serviços...

Assim, no Assento 47 vemos o registo do casamento celebrado a 30. 12. 1509 entre António de Brito Homem e D. Luísa da Costa, que levou em dote o ofício de tabelião do público, judicial e notas da Vila de Castelo Branco. Este fora exercitado com satisfação e durante mais de 25 anos pelo pai da noiva, Paulo de Parada, que alcançara licença de Filipe II para o poder renunciar em favor da pessoa que casasse com sua filha (Lisboa, 8.1.1605)⁽⁶¹⁾. E, efectivamente, António de Brito Homem acaba por ser encartado no dito ofício (Lisboa, 1.10.1615), depois de apresentar provas do seu recebimento “à face da igreja e na forma do Sagrado Concílio Tridentino”, demonstrando também que possuía aptidão e suficiência para o servir. Curiosamente, ele irá obter mais tarde idêntica mercê de Filipe II para dote do casamento de sua filha D. Joana da Costa (Lisboa, 9.6.1627)⁽⁶³⁾.

No Assento 48, trasladamos o registo de baptismo (em 14.10.1567) de Francisca de Sotomayor, filha de Manuel de Valadares Sotomayor, Moço-Fidalgo da C. R. e juiz dos orfãos de Castelo Branco por sua mulher e prima D. Perpétua da Fonseca. D. Francisca casaria na igreja de S. Miguel, a 8.8.1596, com o Ldo. João Mendes de Paiva, formado em Cânones pela Univ. Coimbra (15.7.1577), provedor da Misericórdia (1609-10) e juiz dos orfãos de Castelo Branco, que levou em dote sua mulher. Atendendo aos serviços prestados na Índia por seu irmão João de Valadares Sotomayor, D. Francisca teve ainda a mercê régia de uma viagem da China para a pessoa que a

desposasse (Lisboa, 11.3.1600)⁽⁶⁴⁾.

No Assento 49, acha-se assinalado o registo de casamento de D. Oriana Maria Brígida de Brito da Fonseca, nascida a 10.5.1702 e descendente de uma nobre família albicastrense. União celebrada a 29.10.1731 na igreja de S. Miguel e ajustada pela mãe e irmão da noiva (a saber, D. Maria Paula da Cunha Freire Corte-Real, já viúva e António de Mesquita Martins da Fonseca Barreto, herdeiro da Casa) com o futuro cônjuge, António Feio da Maia e Almeida, cavaleiro da Ordem de Cristo e natural da vila de Abrantes⁽⁶⁵⁾, onde o casal iria fixar residência. Com efeito, o contrato de esponsais fora lavrado a

25.9.1731, em Castelo Branco, nas “casas honradas”⁽⁶⁶⁾ da família da noiva, que se comprometeu a dar-lhe o dote de 600 000 réis em dinheiro de contado, incluindo-se nesta importância os 300000 réis do legado da sua tia D. Leonor de Mesquita; mas D. Oriana renunciava às legítimas que poderia haver quer do

Quando o destino da mulher dependia em certa medida do seu casamento e do respectivo contrato de esponsais, o dote representava muitas vezes para ela (e para o futuro conjúge) mais que as suas qualidades pessoais, incluindo a própria beleza e nível social...

pai como da mãe, salvo a herança dos avós maternos (Diogo Freire Corte-Real e D. Brígida de Almeida), cujos inventários ainda se não tinham executado. Ficaram estabelecidas, igualmente, as arras que António Feio dispunha a favor da futura noiva, a forma de repartição dos bens por falecimento de qualquer deles, etc.⁽⁶⁷⁾ Porém, o destino não favoreceu tão auspicioso enlace, que alguns poetas celebraram em estrofes inspiradas. Efectivamente, D. Oriana não teve filhos e, sendo já viúva, recolheu-se ao Conservatório de Santa Maria Madalena, na Rua do Cavaleiro, onde viria a falecer a 5.7.1775; e, amortalhada no hábito de Nossa Senhora do Carmo, de cuja Ordem era professa, ali foi sepultada na capela do mesmo Instituto, que preferiu ao jazigo da família (“o carneiro dos FONSECAS”), erigido no convento de Nossa Senhora da Graça pelo Dr. Diogo da Fonseca, seu 4.^o avô.

Mas os dotes eram também indispensáveis para o enxoval e mantimento das raparigas que desejavam professar nos conventos, quer por devoção quer para ali ficarem “resguardadas dos perigos do mundo”. Eis a petição que D. Isabel da Cunha (natural de Castelo Branco e irmã de D. Beatriz da Cunha, referida no Assento 50) fez ao juiz dos orfãos da dita vila com o fim de poder vender algumas fazendas e, assim, apurar os fundos necessários à sua entrada no convento de Odivelas (Lisboa).

– “*Senhor. Diz D. Isabel da Cunha, maior de 14 anos e filha de Sebastião da Cunha e de D. Catarina da Fonseca, que por ela ser mulher fidalga e nobre e muito pobre, segundo a qualidade da sua pessoa e*

pela devoção que tem de servir a Nosso Senhor, quer ser freira e está concertada para entrar no mosteiro de Odivelas, Ordem de S. Bernardo, junto a Lisboa. E, porquanto o que tem de sua legítima é tão pouco que não bastará para o dote com que está tomada, nem para as mais despesas da sua entrada no noviciado e profissão, nem ainda bastará toda a fazenda que ficou por falecimento dos ditos seu pai e mãe; e seus irmãos, uns são homens que andam em serviço d' El-Rei nosso senhor nas partes da Índia e outros são religiosos, mas todos haverão por bem venderem-se algumas peças da dita fazenda para amparo e remédio dela, suplicante, pede a Vossa Mercê que, tomando a informação necessária do sobredito e a que dará seu tutor e visto o perigo que é na tardança (porque não entrando logo e pagando o seu dote não poderá ser recolhida no dito mosteiro, como tem assentado), lhe dê licença e autoridade para ela e seu tutor venderem a Várzea que está no Vale da Prata e o chão da Fonte Nova e um olival à Fonte do Romeu e outro à Cardosa, por conta de sua legítima. E, sendo caso que as ditas peças lhe não caibam e seus irmãos tenham parte de suas legítimas nas ditas propriedades e não havendo por bem de as renunciar na suplicante, o Corregedor Diogo da Fonseca, seu tio, obrigará peças da sua fazenda livres e desembargadas para nelas Vossa Mercê entregar a seus irmãos o que lhes montar haver de suas legítimas nas ditas propriedades. Castelo Branco, 9.8. 1582.⁽⁶⁸⁾

Na posse desta petição, Fernão de Sotomayor, Fid. C. R. e juiz dos orfãos de Castelo Branco, juntou-lhe o parecer escrito de Baltazar de Siqueira, tutor e curador de D. Isabel, bem como a obrigação feita por seu tio, o Corregedor Diogo da Fonseca. E, dando os Autos por conclusos, despachou favoravelmente, pois, "visto a pouquidão da legítima dos pais, tal resolução constituía o melhor remédio para a sua vida e, não aproveitando a ocasião, ficaria uma mulher tão honrada perdida". Enfim, as referidas fazendas foram vendidas a Jorge Vaz Carrasco, cavaleiro fidalgo da C. R. e a sua mulher D. Ana Lopes, em 15.8.1582 e pela quantia de 65 000 réis, os quais serviram de dote a D. Isabel da Cunha para entrar no convento...

Por vezes, o dote não era constituído apenas por bens e valores materiais. Como exemplo e entre outros, podemos apontar o caso de duas jovens, orfãs e com magras legítimas mas de boas famílias, cujos casamentos se deveram à protecção que lhes

dispensou pessoa poderosa e de grande prestígio na corte. Assim sucedeu no matrimónio de D. Catarina de Siqueira com Pedro Vaz da Cunha, comendador do Castelejo e de Alpedrinha, na Ordem de Cristo, de que houve honrada geração; e no de sua irmã D. Maria com Mateus Lopes, cav°. fid. C. R., cujo 1º filho foi baptizado a 1.4.1560 (Assento 51). Pertenciam elas a uma das mais antigas gerações da urbe albicastrense, sendo filhas de D. Ana Dias Manso e Francisco de Sequeira da Fonseca, senhor da casa e morgado dos Sequeiras, cav°. fid. C. R. (D. Manuel I e D. João III) e cav° O. X°. (cujo hábito recebeu em Tomar, a 21.2.1528), que tirou brasão de armas, esquartelado de Sequeiras e FONSECAS (14.4.1548) e exercitou naquela vila vários cargos da governança: almoxarife dos direitos reais, provedor da Misericórdia, capitão de ordenanças, etc. Por seu falecimento fica-

ram-lhe 4 filhas solteiras (D. Joana, D. Catarina, D. Maria e D. Perpétua de Sequeira) com fracos recursos, pois o morgado da família passou ao filho mais velho, Simão de Sequeira. Valeu-lhes nesta difícil situação um tio, o Dr. Francisco Martins da Costa, que para todas solicitou a protecção e valimento do Secretário de Estado Pêro de Alcáçova Carneiro e de sua mulher D. Catarina de Sousa, aos quais escreveu diversas cartas nesse sentido. De duas delas damos, seguida-



Fig. 18.1 - Pedra de Armas na fachada do antigo Conservatório ou Recolhimento de Stª. Maria Madalena.

mente, alguns extractos:

- Ao muito magnífico senhor Pêro de Alcáçova Carneiro, secretário d'El-Rei nosso senhor.

"Senhor. Depois da morte de Francisco de Sequeira escrevi a Vossa Mercê por um mercador e, porque não sei se lhe seria entregue, lhe torno a escrever esta e, assim, para lhe dar conta do que cá se passou para diligência da carta de Sua Alteza... Se Deus houver por bem que V. Mercê haja de S. A. este olival para uma das filhas mais velhas, as quais se chamam: a maior, Joana e a outra Catarina; e, se a V. M. bem parecer o ofício das sisas posto em quem casar com uma delas... pois, com o olival em uma e o ofício na outra, casarão estas maiores. As outras duas pequenas seria bem meterem-se freiras e agora têm idade para o efeito, mas esta entrada no mosteiro não pode ser remediada se por V. M. não for ordenada, pois as legítimas são pequenas e a Simão de Sequeira fica a capela sem partilhas... (Castelo Branco, 16.8.1541)." ⁽⁶⁹⁾

- À muito magnífica senhora D. Catarina de Sousa, mulher do senhor secretário d'El-Rei nosso senhor. "Senhora. Pois Deus permitiu e quis dar vontade a V

Mercê para que folgasse de favorecer e fazer mercê a Catarina de Sequeira, filha de Francisco de Sequeira que Deus tem, e foi bom princípio assim a de permitir que por sua mão seja honrada e remediada e por o senhor Secretário. E, eu creio, que ela remediada as outras filhas, que são além dela duas, o serão também. E este remédio o dá V Mercê, pois não lhe pareça que somente pelo olival que houve por morte de sua mãe, mas por se saber que era e é de V. Mercê favorecida... e, com isto, um homem fidalgo e que tem muita renda quer casar com ela (como lá escrevo ao senhor Secretário) e não aguardará mais que a sua resposta de como é contente. Peço a V. M. por mercê que faça com que ele escreva uma carta muito encarregada sobre o caso (como ele melhor saberá fazer do que eu dizer, pois lhe dei larga informação sobre o assunto), na qual toque no olival; que não tenha nenhum escrúpulo e se, para mais riqueza e mor dote, V. M. quizesse escrever uma carta à mesma D. Catarina de Sequeira de favor e esperança, de fazer por ela e por quem com ela casar, seria grande esmola e ajuda para logo ser feito e ele se haver por muito ditoso... (Castelo Branco, 23.5.1546).⁷⁰

Para concluir, vou apresentar o documento mais interessante que possuo sobre esta matéria. Trata-se de uma carta de meados de Setecentos, onde o seu autor responde a um parente que a ele recorrera, solicitando-lhe a opinião acerca do seu possível mas incerto enlace com uma menina bem dotada, mas filha de um bastardo e neta de outro... O Leitor poderá apreciar, assim, a mentalidade de uma época e de uma geração e, embora as principais personagens pertençam ao distrito da Guarda, ali se acham referidas muitas outras de diversas localidades da Beira Baixa, a saber: Caria, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Oledo, Peroviseu, etc.

-" Meu primo e senhor. Recebo as sua boas notícias, que muito estimo e a toda a família a quem me fará recomendado.

Sim, senhor, a tal menina é bem dotada, todos lhe fazem já da casa de seus pais 20 000 cruzados, seguros em boa casta de fazenda e sólida; tem uns tios clérigos, que poderão também dar-lhe uma boa porção e é muito bom casamento para um cavalheiro, que tem casa só para passar com decência e não para maior esplendor. Conheço melhor que ninguém, que os tempos estão tão alterados que só cavalos, criados e segos é que são respeitados por grandes figuras. O exame apertado de nascimentos nesta matéria só é bom para Pedro Saraiva, Pedro Aragão e outros, que têm grandes Casas e, por isso, disse eu a Vossa Mercê que lá pensaria e resolveria com juízo, com os olhos no mundo, que V. M. tem palpado pelos seus anos ainda melhor que eu, que nasci ontem. Se respondi a V. M. que a tal menina era filha de um bastardo e neta de outro, que o primeiro era clérigo

sem legitimação e desherdado da Casa de seu pai e havido nem uma criada, que o segundo, sim, fora legitimado mas não herdado na Casa do clérigo seu pai e havido numa moleira, porque o clérigo bastardo só olhou para a decência e esplendor da Casa Rapa, a quem instituiu herdeira com bons 30 000 cruzados de fazenda que vinculou em morgado, reconhece que Miguel Alexandre é seu filho bastardo e lhe deixa como legado o que tinha em Caria, ficando estes legados livres e sem a qualidade de vínculo, que deu ao forte dos seus bens vinculados para a Rapa... Com que, meu senhor e primo, estes dois bastardos seguem outro rumo que os mais que por aí vemos. Conheço que há uma bastarda de João Pinto, do Fundão, mas ficou absolutamente herdada na Casa de seu pai e tias; conheço que há uma D. Maria de Mendonça, bastarda de Manuel da Fonseca morgado de Oledo, mas ficou absolutamente herdada na Casa de seus pais e avós e representando a mesma figura e nome; conheço que houve José da Silva Castelo Branco, bastardo do Dr. António da Silva Castelo Branco, mas ficou herdado nos bens de seu pai, tias e madrastra, legitimado e filho de uma mãe tanto ou mais nobre que o pai; conheço que houve Bernardo da Fonseca, bastardo de Francisco Martins de Siqueira da Fonseca, mas sei que ficou com a representação e herança de seu pai e avós, e que seu 3º neto vive em Castelo Branco no mesmo palácio em que aqueles viveram. Nós não estamos nesse caso, meu primo... Miguel foi desherdado por seu pai nas forças principais dos seus bens. O pai quis o esplendor e a decência da Casa da Rapa, a quem anexou em morgado o seu forte e apenas deixou em legado ao bastardo o que tinha em Caria e até lho deixou livre. O pai era clérigo e um bastardo que nem legitimado nem herdado ficou pelo senhor da Casa da Rapa, seu pai. Se eu disse isto a V. Mercê e se agora lho confirmo é porque mo pergunta, nem eu creio que haja ocasião em que um parente e amigo honrado deva falar com mais clareza e verdade. Sim, senhor, Manuel Veloso Cabral, pai do clérigo (1º bastardo), lá disse eu e torno a repetir que é muito distinto, dele descende a mulher do Dr. Luís António (que hoje tem o morgado que fez o clérigo bastardo) e a mulher de Diogo Dias Preto. Mas ele ainda tem outros parentes mais honrados, como são todos os mais distintos de Celorico e Guarda; tem muitos antepassados úteis à Nação nas armas e letras, porque a Casa da Rapa sempre se distinguiu muito e nunca fez casamentos piores que estes agora em Peroviseu e Covilhã... Lá os ascendentes figuraram melhor e conta uma igualdade em casamentos digna de muita atenção, cinco avós tem Manuel Veloso Cabral todos desembargadoras: o primeiro, João Veloso, mereceu a doação de um morgado em Linhares, constituído em terras da Coroa, de juro e herdade para ele e seus descendentes, que ainda hoje tem a Casa da Rapa e isto há 300 anos, regalia e

qualidade que V Mercê me não há-de apontar em Casa nenhuma destas 2 comarcas. Ainda que meu primo é distinto, com igualdade e tem um casa muito boa, capaz de se tratar com decência, é contudo prudência chegá-la a ponto de figurar com esplendor e esta ocasião não é para desprezar. Se os clérigos estão no que V. Mercê me diz e, maiormente, se eles concorrerem a dotar os seus bens, deve V Mercê não perder com a demora, e deixar escapar um dote que, facilmente, não achará nestas terras. Em Caria há um clérigo, chamado o Pe. António Pires, que tem um bastardo e ouvi há anos que queria legitimá-lo, mas agora ouço que quer metê-lo numa religião. Este é tio da menina e tem bons 25 000 cruzados. Se V Mercê tratar alguma cousa, veja se ele doa e talvez o faça, pois já ele foi quem casou Miguel e lhe deu dinheiro para se desempenhar. Se puderem vinculem essas doações, porque é miséria uma Casa tão boa não ter um palmo de terra vinculado e só ser tudo livre e habilitado para vir a retalhar-se em partilhas ou a vender-se quando der num génio como João Soares Girão (da Covilhã), Agostinho Tavares (de Castelo Branco) e outros semelhantes. V Mercê tem uso do mundo, sabe pensar e lá fará com o acerto que costuma. Veja se lhe sirvo de alguma cousa e conte com certeza o meu coração e o meu ânimo muito pronto em obsequiá-lo, pois sou

De V Mercê

O primo muito amante e obrigado”.

XI- Tanta forma de amar e quanta de morrer!...

Neste último capítulo reunimos cerca de meia centena de registos paroquiais, abrangendo um período compreendido entre meados de Quinhentos e finais de Setecentos, a partir dos quais procuramos apontar algumas das mais diversas formas de morrer e de amar na urbe albacastrense. Como de costume, alguns dos Assentos acham-se suficientemente explícitos pelo que não necessitam do habitual comentário. Noutros, porém, terei a oportunidade de acrescentar os elementos indispensáveis para justificar a sua inclusão neste capítulo.

Entre eles, o leitor encontrará:

- De um lado, a Morte ceifando existências quer na guerra como na paz e pelas mais variadas causas e circunstâncias: acidente, assassinio, suicídio, violência, loucura, parto, doença, ódio e vingança, interesse, etc., etc.

- Pelo outro, terei a oportunidade de abordar algumas interessantes manifestações de Amor, extensíveis a todas as classes sociais.

Porém, verificando quanto esta matéria iria alargar o nosso trabalho, achamos melhor reservá-la para próxima comunicação sobre o tema proposto.

De qualquer modo e para já, não quero deixar de prestar uma singela homenagem aos homens da Igreja, que ao longo dos séculos e através dos registos

paroquiais, deixaram um vivo testemunho das terras e gentes das suas freguesias.

** Eng. Civil. Professor e Investigador.*

Notas

(1) - Embora mantendo na generalidade o seu aspecto formal, em todos os Assentos trasladados procuramos atualizar a ortografia ea pontuação...

(2) - A sua leitura por extenso é a seguinte: S1- igreja e freguesia de Santa Maria do Castelo; 1M-livro 1 Misto (designam-se por livros Mistos os que contêm registos de baptismo, casamento e/ou óbito).

(3) - Manuel Castelo Branco, "Notas e Documentos para a História dos Judeus e Cristãos-Novos de Castelo Branco" (in revista "Estudos de de Castelo Branco, nº 10, 1963) e "Assistência aos doentes na vila de Castelo Branco e seu termo, entre finais do séc. XV e começos do séc. XVII- (in Cadernos de Cultura da "Medicina na Beira Interior- Da Pré-História ao séc. XIX, nº2, 1990); José Lopes Dias, "Laços Familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto" (in separata da "Imprensa médica", Lisboa, Ano XXV-Fevereiro de 1961).

(4) - ANTT- "Chancelaria de D. João III", liv. 49, fl. 253 v.

(5) - Dela me consta ter havido os seguintes filhos: D. Brites Brandão e António Brandão, cristão-novo e físico em Santarém, que antes de 1575 esteve na Flandres e Bristol (António Baião, "A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua história", in "Archivo Historico Portuguez", vol. VII, Lisboa 1909, p.230; Harry Friedenwald, in "Bulletin of the History of Medicine", vol. 7, nº2). D. Brites Brandão viveu casada em Penamacor com Jorge Nunes, tendo vários filhos entre os quais o Ldo. Francisco Brandão. Este cursou Medicina na Universidade de Salamanca desde 31.10.1609. De regresso a Portugal foi examinado pelo físico-mor do reino, de acordo com o Regimento, sendo-lhe passada carta de medicina a 12.7.1616 ANTT-"Chanc. Filipe II", liv. 31, fl. 230). Exercitou a sua profissão na terra natal (Penamacor) até Outubro de 1618, fugindo então para a Flandres com receio da Inquisição e levando consigo a mulher e os filhos. No processo deste tribunal contra sua irmã D. Isabel Nunes, presa a 2.2.1619, é descrito como pessoa de meia estatura e seco, barba e cabelo castanhos e com cerca de 28 anos (ANTT- Procº nº 2737).

(6) - Eis a forma pela qual vemos geralmente designado o nosso Poeta. No entanto, convém esclarecer que o nome de Roiz é apenas a abreviatura de Rodrigues e resultante do seu patronímico (com efeito, o pai chamava-se Rui ou Rodrigo). Quanto ao apelido Castelbranco, e, embora designando a mesma família, aparece escrito de várias formas, a saber: Castel Branco, Castelobranco, Castelo Branco.

(7) - Esta capela achava-se também na igreja de Santa Maria do Castelo, junto ao altar.

(8) - Cada uma das duas lajes tumulares, sitas no pavimento da capela-mor da igreja de Sta. Maria do Castelo, tem cerca de 0,40 x 1,80 m. Na do lado do Evangelho (fig.2.1), onde suponho estar sepultado o poeta João Roiz, vemos apenas um escudo, cortado, com as armas dos Carrascos e Sequeiras. Na do lado da Espístola (fig. 2.2), encimada por um escudo "ao ballon", com paquife, elmo e timbre e as mesmas armas (tudo pouco perceptível), lemos em baixo o seguinte leiteiro: S(EPULTURA) DOS E(RDEIRO/S DE FI/LIPE VAZ. Este Filipe Vaz Carrasco(irmão de D. Catarina, mulher do nosso poeta) teve os foros de escudeiro-fidalgo, cavaleiro da Guarda d' El-Rei e, finalmente, cavaleiro-fidalgo da C. R. com 10 000 réis de tença anual (7.1.1550). Viveu em Castelo Branco, onde serviu de vereador, juiz pela ordenção e provedor da Misericórdia, e casou na Cortiçada (Proença-a-Nova) com D. Maria Dias Manso, c. g.

(9) - "Lições de Literatura Portuguesa (Época Medieval)", Coimbra Editores, 1973, 8ª ed. fl. 418.

(10) - "Tesouros da Poesia Portuguesa". Selecção, prefácio e notas por António Manuel Couto Viana; ilustrações de Lima de Freitas. Editorial Verbo, 1983, p. 27.

(11) e (12) - ANTT - "Tombo, medição e demarcação de todas as fazendas, foros e díizimos pertencentes à comenda de Sta. Maria do Castelo da notável Vila de Castelo Branco(1753)", Códice 146.

(13) - A epidemia grassou também na Covilhã, como podemos constatar através dos respectivos registos paroquiais, em finais de 1599."

(14) - Manuel Castelo Branco, "Assistência aos doentes na vila de Castelo Branco e seu termo, entre finais do séc. XV e começos do séc. XVII" (In " Medicina na Beira Interior-Da Pré-História ao séc.XIX", Cadernos de Cultura, nº 2, 1990, p. 11).

(15) e (16) - ANTT - " Processo da Inquisição de Lisboa contra o Ldo. Francisco de Lona", Proc". nº. 3747.

(17) - ANTT - " Corpo Cronológico", Parte 11, Maço 344, nº 38.

(18) - Jorge Salter de Mendonça, " Nobiliário de Portugal" (in Biblioteca Municipal de Santarém); Diogo Gomes de Figueiredo, "Nobiliário Genealógico", Tomo IV, fl. 208 (BNL, -Divisão de Reservados, in Arquivo da Casa Tarouca); Diogo Rangel de Macedo, " Nobiliário das famílias de Portugal", Cód. 387, fl. 199 (BNL - " Colecção Pombalina").

(19) - Diogo Gomes de Figueiredo, obr. cit., Cód. 240, fl. 155.

(20) - Jorge Salter de Mendonça, tomo 5º (tít. "Cabrais") e tomo 7º (tít. "Castelo Branco").

(21) - " Livro de Registos" nº 303, fl. 649v, (in Arquivo da Câmara Municipal). O Provedor e Corregedor da Comarca de Castelo Branco, presentes nesta cerimónia, eram os Drs. António Sã Lopes e Daniel José Inácio Lopes, respectivamente.

(22) - ANTT - "Chanc. D. Maria I", liv. 67, fl. 254 v.

(23) - ANTT - "Chanc. D. João IV", liv. 36, fl 375.

(24) - "BNL (Divisão de Reservados) "- Aditamento à notícia que neste livro escreveu o Rm. Pe. Frei Baltazar dos Reis da família dos Siqueiras e Avilezes, de

Aronches, etc.... (1724)" (in "Arquivo da Casa Tarouca"), cód. 254, fl. 32 v).

(25) - "Roteiro do Museu Regional de Francisco Tavares Proença Jor.", Castelo Branco, 1980; Rdo. Dr. José Ribeiro Cardoso, " Castelo Branco e o seu alfoz ", Castelo Branco, 1953, fl. 152. A inscrição, em latim, reza assim:

VISCERA, SUNT UNUM IMUS VENTER SEXUS,
ET HEPAR: BINA SUNT ANIMAE CAETERA
BINA QUOQUE ISTIS QUAM VITAM
BONA-DAT-VENTURA GEMELLIS:
ABDON, ET SENNEN RESTITUERE DEO;
AST HORIS SEPTEM LANGUENS IACET
UNA SUPERSTES; SIC SOCIAE SATAGENS,
DUM SEQUITUR
MORIENS 1716.

(26) - No "Tombo da comenda de Santa Maria do Castelo", executado em 1753, ainda se faz memória deste sucesso ... (ANTT-Cód. 146, fl. 154).

(27) - A inscrição latina é a seguinte:

D. IOANNA/MARIA IOSEPHA/DE MENESES,/COMITIS
DE SANTIAGO/DIGNISSIMA FILIA,/D. BLASII
BALTHASAR DA SYLVEIRA/HUIUS PROV.ARM. PRAEF.
MAXJ CHARISSIMACONIUX,/EGREGIIS QUIDEM
DOTIBUS/ ILLUSTRIFOEMINADIGNIS/ ORNATISSIMA/
SED PIETATE,/ALUSQUE VIRTUTIBUS/ MATRONAE
CHRISTIANAE/ DIGNIORI ORNAMENTO/
PRAECLARIOR,/PUERPERIO EXANGUIS/ OBIIT DIE
XXI. NOVEMBR. MDCCXXVI./ ET UNA CUM DOLORIS
FILIO/H.S.E.

(28) - Manuel Castelo Branco, "Heráldica dos Bispos de Castelo Branco" (in " Comemorações do Bicentenário 1771-1971).

(29) - Este acontecimento mereceu a curiosidade jornalística. Assim, no "Diário de Notícias", de 26.10.1943, saiu sobre o caso a seguinte informação, remetida a 25 pelo seu correspondente de Castelo Branco: -"Na Sé Catedral desta cidade, procedeu-se à trasladação dos restos mortais do 2º Bispo da extinta diocese de Castelo Branco, D. Vicente Ferrer da Rocha, a quem se deve a edificação da Capela do Santíssimo e da Grande Sacristia da mesma Sé. A trasladação fez-se com procissão da sepultura do adro, onde se encontrava o Prelado há cerca de duzentos anos, para a Capela do Santíssimo".

(30) - Luís Pinto Garcia, " Uma lápide sepulcral biface funerária de um soldado britânico", Castelo Branco, 1975.

(31) - ANTT - "Chanc. D. João VI", liv. 40, fl. 95v.

(32) - ANTT - "Chanc. D. Maria II", liv. 36, 11262.

(33) - Francisco Moraes e José Lopes Dias, "Estudantes da Universidade de Coimbra, naturais de Castelo Branco", V. Nova de Famalicão, 1955, p. 273.

(34) - Arquivo da PSP de Castelo Branco - "Testamentos", Maço 399, fl. 88v.

(35) - António Roxo, "Monografia de Castelo Branco", Elvas, 1891, fl.30, J.M. dos Santos Simões, "Azulujeria em Portugal no séc. XVIII", Lisboa, 1979.

(36) - Câmara Eclesiástica de Castelo Branco, "Testamentos", Maço 2265 (in BNL - Divisão de

Reservados).

(37) - No entanto, vamos trasladar uma breve memória pouco conhecida com a “Relação das atrocidades, procedimentos e insultos cometidos e perpetrados pelos malvados franceses na invasão da cidade de Castelo Branco, em finais de 1810.- “Na noite de 24.12.1810, se veio ao conhecimento que os bárbaros franceses se achavam na vila das Sarzedas pelos lumes que se descobriram desta cidade, pois as Portas e Vigias não o anunciaram, na suposição de que eles não viessem nessa noite muito escura e coberta de uma densa névoa. E, na incerteza de eles virem a invadir esta cidade, houve descuido em se tomarem a tempo as precauções necessárias para segurança e retiro dos indivíduos que se achavam na terra. Porém, na mesma noite, seriam onze horas menos um quarto, veio pelo caminho da Quelha da Granja até à igreja do Espírito Santo, sem que fosse sentido, um esquadrão de cavalaria e aí deixaram uma guarnição; e o mais entrou pela Porta da Rua de Santa Maria e marchou até à Praça, dividindo-se em escoltas pelas ruas e pondo sentinelas às Portas da cidade. Outros dirigiram-se às duas igrejas matrizes afim de pilharem os fregueses na função, por ser noite de Natal. Neste barulho, publicavam em vozes portuguesas e espanholas que não fugissem porque eram ingleses e espanhóis. No dia 25, pelas dez horas da manhã, entrou a infantaria e tanto esta como a cavalaria, na mesma noite em que entrou, quebraram e arrombaram todas as portas das casas, que estavam fechadas, roubaram sem se saciarem pão, vinho, carnes, roupas e gados” ... (in “Tombo das capelas da igreja de S. Miguel, matriz de Castelo Branco”, publicado pelo Dr. José Lopes Dias, sob o título de “Velhos Documentos”, no semanário “Reconquista”, em 27.4.1958.

(38) - ANTT- “Portarias do Reino”, liv.3, fl. 160 v..

(39) - ANTT- “Chancelaria da Ordem de Cristo”, liv. 18, fl. 22v.

(40)-Afonso da Gama Palha, “Relação dos sucessos da Guerra da Liga”, Elvas, 1906.

(41) - O título de marquês de Matallana foi concedido em 25.1.1745 a D.Rodrigo Torres y Morales, cavaleiro de S. João de Jerusalém, bem como o viscondado de Barreras pelo Real Despacho de 31 de Agosto do mesmo ano (Julio de Atienza, “Diccionario Nobiliario Español”, Madrid, 1948, p. 1531).

(42) - Manuel Castelo Branco, “Assistência aos doentes em Castelo Branco e seu termo, entre começos dos sécs. XVII e XIX- II Parte” (em prep.).

(43) - Obr. cit. nota 37, em 2.3.1958; transcrita, igualmente, na obr. cit. nota 33, p. 207.

(44) - ANTT- “Chanc. D. Afonso VI”, liv. 43, fl. 358; obr. cit. nota 42.

(45)-ANTT- “Processo da inquisição de Lisboa contra Lázaro Rodrigues Pinheiro”, Proc. n.º 8155.

(46)- Ibid., Processos n.ºs 6521 e 1073 (Maço 96), respectivamente.

(47) - Efectivamente, por carta de 27.2.1797 foi-lhe passado o seguinte brasão: escudo partido em pala, tendo na 1ª as armas dos Pessoas e, na 2ª, as dos Amorins; timbre de Pessoas e, por diferença, uma brica de prata com um J de negro (ANTT-“Proc” deJustificação de nobreza”, Maço 21-N” 48) Estas armas acham-se,

actualmente, na fachada da Rua do Pina, nº 8, onde presumivelmente viveu, como consta dos trabalhos que tenho em preparação “Laços ancestrais de Fernando Pessoa à Beira Baixa” e “Tombo Heráldico da Beira Baixa.

(48) - ANTT- “Auto forense que subiu ao Conselho Geral do Santo Ofício”, Maço 13- Doc. n.º82.

(49) - Obr. cit. nota 28.

(50) - ANTT- “Chanc. D. Maria I”, liv. 71, fl. 376.

(51)-“Memorial cronológico e descritivo da cidade de Castelo Branco”, Lisboa, 1853, 11.101.

(52) - “Livro de Registos”, nº 52,11.81 (in Arqui. da Câmara Municipal).

(53)- Entre outros, registamos sumariamente os seguintes diplomas relativos à sua carreira: - Mercê de Moço-Fidalgo da C. R, com 900 réis de moradia 5.12.1630); - Patente de capitão de infantaria, para servir com seu pai em Campo Maior (Lisboa, 2.2.1641); - Patente de capitão de cavalaria na província do Alentejo (Montemor-o-Novo, 20.11.1645); -Carta de quitação ao conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal, por o ter armado cavaleiro da Ordem de Cristo na igreja de Nª Sª, da Conceição, em Lisboa, sendo seu padrinho D. Diogo de Almeida (8.3.1657); - Carta de Governador de Cavalaria da Corte e Comarcas do Ribatejo, com o título de Tenente-General de Cavalaria da Beira (Lisboa, 14.8.1659).

(54} “Livro de Registos”, nº297, fl 147 (in Arq. da Câmara Municipal).

(55)-“Nobiliário de Frei Flamínio de Sousa” (cópia da Biblioteca do Visconde de Sanches de Baena} Códice 9897, fl. 599 (in BNL- Divisão de Reservados.

(56) - Do seu casamento, Gaspar Mouzinho Magro teve dois filhos, Luís e António, mas morreram novos e s. g.

(57) - Gaspar Mousinho anexou esta capela às duas instituídas por seus irmãos, Jorge e D. Emerenciana Mouzinho, que haviam deixado do mesmo modo todos os bens à Confraria de Nossa Senhora do Rosário.

(58)-ANTT-“Desembargo do Paço-Beira”, Maço 311 - Proc. nº 23851. Gaspar Mouzinho Magro nomeia por herdeira e testamenteira a mulher, D. Catarina Vilela Leitão, a quem deixa o usufruto dos seus bens,” ficando viúva ou casando com um homem seu igual na qualidade”. Porém, “esquecendo-se ela de quem é e de que foi minha mulher e casar com um homem que tenha parte da nação, cristão-novo por muito pouco que seja, a hei logo por desherdada e não quero que goze nem possua cousa alguma minha um só instante”, passando então tudo a ser administrado pelos mordomos de Nª Sª do Rosário. Aqui se manifesta uma vez mais o espírito intolerante deste ilustre benemérito, mas D. Catarina conservou-se viúva até à data do seu falecimento, em 21.9.1688.

(59) - “Castelo Branco e o seu alfoz”, Castelo Branco, 1953, fl. 111.

(60) - “Castelo Branco na História e na Arte”, Porto, 1958, n. 63 e seguintes; Rdo. Pe. Anacleto Martins, “Castelo Branco- Traços da sua história. A Confraria de Nª Sª. do Rosário.- Os dotes das orfãs” (in semanário “Reconquista”, de 4.2.1977).

(61) e (62) - ANTT - “Chanc. Ordem de Cristo”, liv. 15, fl. 284v.

(63) - ANTT- “ Chanc. Filipe III”, liv. 22, fl. 13v.

(64) - ANTT- “Chanc. Filipe II”, liv. 9, 11. 98.

(65) - ANTT- "Chanc. D. João V", liv. 80, fl. 164. Aqui se acha registada a carta concedendo a António Feio da Maia e Almeida a propriedade do ofício de escrivão do judicial da vila de Abrantes (6.6.1731)

(66) - Estas casas eram o solar da família, onde actualmente se acha instalada a Câmara Municipal de Castelo Branco.

(67) - "Livros de Notas dos Tableliães", vol. 10,11. 27 (in

"Arquivo Notarial de Castelo Branco").

(68)- Manuel Castelo Branco, "Documentos quinhentistas do Arq. da Misericórdia de Castelo Branco" (em prep.).

(69) - ANTT- "Corpo Cronológico", Parte 1, Maço 70, Doc. 61.

(70) - Ibid., Parte 1, Maço 78, Doc. 15.

A VIDA E A DOR NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA, NO SÉCULO XVIII

Por Maria João Guardado Moreira*

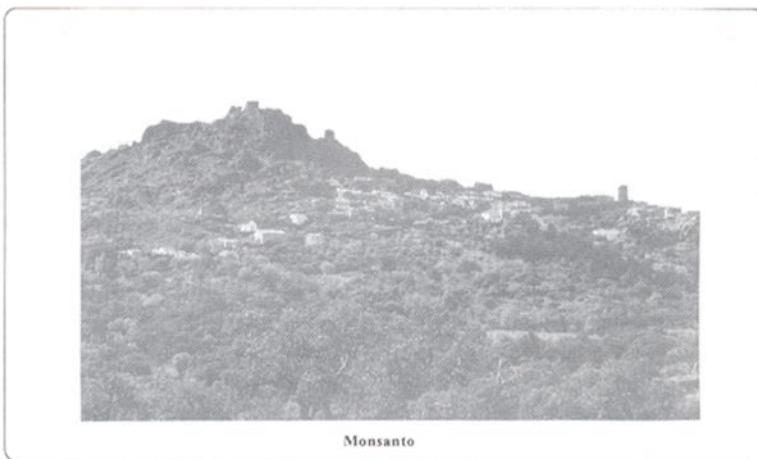
Quero, antes de mais, referir que não pretendo fazer uma exaustiva abordagem sobre como se vivia, sofria e morria num concelho fronteiriço da Beira Interior, durante o século XVIII. Trata-se, antes, de conhecer os traços que marcam os contornos desta temática, numa primeira aproximação ao conhecimento das estruturas demográficas de comunidades rurais de um passado onde a precaridade e brevidade da vida faziam com que a morte fosse tratada por “tu”. É que, uma esperança de vida à nascença inferior a 27 anos para os homens e pouco superior a 28 para as mulheres⁽¹⁾, elevadas taxas de mortalidade, sobretudo nos primeiros anos de vida - basta referir que, em média, metade das crianças morria antes de atingir os 10 anos e meio - conferiam, naturalmente, à morte uma certa familiaridade⁽²⁾. Além disso, esta excessiva mortalidade “normal” era, periodicamente, entrecortada por períodos em que o número médio de óbitos aumentava para o dobro, triplo ou

até mais. Aumento que era brusco embora muitas vezes já se anunciasse, mas cuja intensidade era variável de lugar para lugar, de tempo para tempo - são as crises demográficas ou de mortalidade consideradas as grandes assassinas do passado, que actuavam como um travão ao crescimento das populações tradicionais, obrigando-as a um crescimento muito lento. E estes períodos repetiam-se com tanta regularidade que acabavam por fazer parte do quotidiano, “como um factor inseparável da existência social”⁽³⁾, o extraordinário tornava-se algo absolutamente normal - a vida era uma dor de curta duração.

“A fome, peste et bello, libera nos Domine!” - tradicionalmente os três flagelos do Apocalipse que marcaram o quotidiano do homem do Antigo Regime, foram a razão de ser das “mortandades”.

“Mortandades” que constituíam um dos traços estruturais mais característicos da demografia de “tipo antigo”, ou seja, aquele sistema demográfico que vigorou na Europa, grosso modo, entre os séculos XVI e XVIII/ XIX. Na verdade, eram as várias formas em que se combinavam aqueles três flagelos que estiveram na origem de tais alterações bruscas ao ritmo da mortalidade, embora actualmente os demógrafos considerem que a presença de doenças infecto-contagiosas, que a maior parte das vezes permaneciam em estado endémico, constituía normalmente (se não sempre), o factor chave que despoletava as crises de mortalidade. Ora este tipo

de fenómeno não se pode, por outro lado, desligar do tipo de condições socio-económicas, ecológicas e de situação geográfica de uma dada região, já que lhe conferem determinadas especificidades que vão marcar a fisionomia das crises de mortalidade. Vejamos, então, quais as



especificidades deste concelho raiano que devem ser ponderadas num estudo sobre as crises de mortalidade.

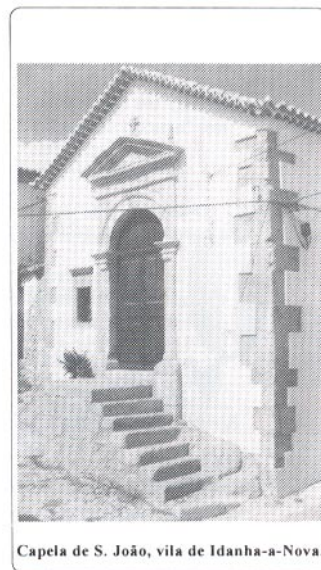
Quando, em meados do século XVIII, João Baptista de Castro, ao descrever o reino de Portugal, chega à “raya terrestre” da Beira mais concretamente, à que delimita o espaço do actual concelho de Idanha-a-Nova, dá um especial realce às qualidades naturais defensivas das suas vilas e aldeias ou das muralhas que as cercam⁽⁴⁾.

Terra com um clima de contrastes que oscila entre Invernos frios e Verões abrasadores, mas em que se intercalam dias e noites frios - provocando a evaporação das correntes dos rios, a existência de águas estagnadas ou de lagoas pantanosas, como no caso do Ladoeiro, cujo próprio nome poderá ter derivado de “lodaçais” ou “lodoeiros”⁽⁵⁾. Vários são os

testemunhos que nos dão conta deste clima agreste: nos diferentes artigos das Memórias Paroquiais (de 1758) fala-se que “os ares no tempo de Inverno são muito frios e o centro da terra he quente” (Zebreira)⁽⁶⁾; “e nelle se experimentão no tempo de Verão grandes calores por ser esteril de agoas”(Salvaterra do Extermo)⁽⁷⁾. Das águas dos rios diz-se que “as suas agoas antes se corrompem de Verão por perderão as correntes”(Segura)⁽⁸⁾. Ou como diz o povo “seis meses de Inverno após seis meses de inferno...”. Embora já de 1859, não resisto a citam testemunho do Dr. António Pedrosa Barreiro médico do partido de Idanha-a-Nova, que resolveu deslocar-se à Fonte Santa de Monfortinho, na falda da Serra de Penha Garcia, sítio “que todos me pintavam êrmo, agreste, alagadiço e sem recursos”. Conduzia-o o desespero da doença da filha e a curiosidade científica, aguçada pelas opiniões contraditórias dos que defendiam as propriedades das águas e dos que, em maior número, as responsabilizavam, junta-mente com os ares do sítio, pelo aparecimento das sezões. Assim, em finais de Julho daquele ano, inicia a jornada deparando, seis léguas depois, com um sítio deserto (Monfortinho tinha ficado para trás, a uma légua de distância) e onde se sente “abafado pela força do calôr d'hum sol d'África bilhantissimo e abrazador, eivado de mosquitos trombeteiros.”⁽⁹⁾.

E de que vivem os raianos? Segundo o que escreve em 1798 o Corregedor de Sousa Barreto “todos os seus habitantes vivem da cultura e da criação de gado” quer bovino (só na coutada da Idanha e seu termo haveria duas mil e quinhentas cabeças de gado), quer ovino e caprino⁽¹⁰⁾. Praticava-se, assim, um sistema agro-pastoril em campos abertos e solo pobre, povoados pelos rebanhos transumantes da Serra da Estrela que se vêm juntar à criação local para passar a Invernada (do começo do Outono ao fim da Primavera)⁽¹¹⁾. E fazem-no porque esta região do Sudeste da Beira oferece condições favoráveis à pecuária extensiva: além do tipo de clima, é uma região de solos pobres, dividida em grandes propriedades, cujo sistema de cultivo mantinha em exploração apenas um terço da área cultivada ficando o resto em puosio⁽¹²⁾. Por estes campos abertos, as árvores escasseavam, o que deixava as margens dos rios sem protecção, evaporando-se a água mais facilmente e ficando a região mais doentia, como dizia Domingues Nunes de Oliveira em 1788: “eis aqui o Paiz sem sombras e sem água(...); vindo daqui naturalmente o fazerem-se as terras estereis, ar intemperado, ceo ardente, e por tudo o Paiz doentio, e abundante em doenças, que levão huma boa parte de homens e animais”⁽¹³⁾. Este tipo de condições conduziu, além disso, à prática de uma agricultura de tipo arcaico, com afolhamento de três e quatro folhas (caso da campina de Idanha), alternando a sementeira e o pousio, apenas cortado por algumas hortas

muradas situadas junto a cursos de água e povoações. É assim, por exemplo, em Monsanto⁽¹⁴⁾, Monfortinho⁽¹⁵⁾, Ladoeiro⁽¹⁶⁾ ou nas margens do Aravil⁽¹⁷⁾. Era esta uma “terra de pão” - e o pão aqui fazia-se de centeio e até de cevada, nas épocas de maior escassez - ocupando a produção de cereais um lugar fundamental na economia da região⁽¹⁸⁾. Mas esta preponderância da produção de cereais podia ser um pau de dois bicos: uma vez que as culturas intensivas não abundavam, a dependência em relação aos resultados da colheita de pão “podia tornar esta região mais exposta ao apare-



Capela de S. João, vila de Idanha-a-Nova.

cimento de crises de subsistência”⁽¹⁹⁾, tanto mais graves já que, devido à estrutura da propriedade, a maioria dos habitantes da zona eram assalariados.

Estamos, pois, perante uma zona com características peculiares, onde um passado em que brilhou a cidade e a diocese da Egitânia, deu lugar a extensos incultos, porque por aqui os pousios eram longos, porque os matagais espontâneos também faziam parte do sistema de defesa. E não esqueçamos que estamos numa região limite, aberta ao movimento pacífico de pessoas e de bens, mas, também, à penetração de exércitos invasores, veículos privilegiados de propagação de doenças como o tifo e a desinteria, doenças de exércitos em campanha. É verdade, igualmente, que não se podem ignorar os efeitos negativos que uma situação de guerra supunha em termos de desorganização da vida agrícola, provocando escassez e subida de preços que, em conjugação com epidemias, provocava graves perturbações na vida e na morte das populações. Terá sido assim em 1704 e 1762 em que há notícias de crises de subsistências, epidemias de tifo, de fugas e destruições.

Fugas como a protagonizada pela população da Zebreira que, em 1704, abandonou a vila não deixando ninguém para enterrar os mortos, como dá conta o padre que fez o registo de óbito de um homem que morreu em Maio de 1704, “sepultado em hum chão de Domingos Vaz Ripado junto ao Castello por não haver em esta V^a quem o sepultade, por terem fogido todos os moradores no tempo que o inimigo entrou em esta villa.”⁽²⁰⁾. Destruições como as referidas pelo Conde de Lippe, em 1762, que dizia que os portugueses receberam ordem para retirar tudo o que poderia ser

aproveitado para a subsistência do inimigo que fez fortes represálias “em vingança dos assassinatos que os paizanos cometiam sobre todos aqueles inimigos”⁽²¹⁾.

Mas se estas situações de guerra podem, de alguma forma, considerar-se relativamente excepcionais, já a presença da doença e da dor faziam parte do quotidiano destas populações que viviam em aglomerados concentrados, sob duras condições de trabalho, enfrentando a rudeza do tempo atmosférico (sobretudo, os que trabalhavam na campina de Idanha) - situações que conjugadas com as características ecológicas eram responsáveis pelo nível de nutrição e incidência de determinado tipo de doenças. Assim, no quadro patológico desta região raiana, poder-se-ia incluir: o tifo, febres tifoides, a desintéria e outras doenças do aparelho digestivo, o paludismo (que permaneceu endémico até ao século XX)⁽²²⁾, doenças do aparelho respiratório (catarros e gripes)e, sendo região de gado, o carbúnculo devia ser endémico. Estas doenças teriam tido não só um papel importante na morbilidade e mortalidade ordinária como, também, na mortalidade catastrófica, ou seja, as crises de mortalidade sucediam-se em intervalos curtos - em média havia uma crise cada 4.5 anos ou, se falarmos em crises gerais (isto é, quando + de 25% das freguesias eram atingidas por níveis de sobremortalidade), em média cada 7 anos regista-se uma crise geral⁽²³⁾. Como comparação, diga-se que na Espanha interior a periodicidade era de 12 anos para as crises gerais. No total do século XVIII registou-se um total de 34 anos de crise geral, embora a 2ª metade conheça maior número (20 anos contra 14 na 1ª metade).

Dolorosa era a vida destas comunidades raianas onde a insalubridade da região e os rigores de um clima de extremos se aliavam com problemas de subsistência, provocando níveis elevados de mortalidade que atingiam os efectivos populacionais, retardando o seu crescimento e originando um despovoamento já então sentido e discutido.

*Licenciada em História. Mestra em Demografia.
Docente na ESE de Castelo Branco

NOTAS

(1) - Yves Balyo, “La mortalité en France de 1740-1829”, *Population*, n° esp. “Demographie Historique”, Nov.1975, p. 137

(2) - Idem, p. 133

(3) - W. Kula, *Problemas y métodos de la historia económica*, Barcelona, 1973, p. 133

(4) - *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 1762, I vol.,

pp.38-39.

(5) - J. M. Hormigo, *Ladoeiro. História Breve*, Edição do autor, 1979, p. 4

(6) - A.N. T. T., *Memórias Paroquiais*, vol. 41, p. 2235

(7) - *Ibidem*, vol.33 p. 579v.

(8) - *Ibidem*, vol. 34, p. 808.

(9) - *Memorial ou Histórias da Fonte Santa de Monfortinho* (1862), traslado e prefácio do Dr. José Lopes Dias, Porto, 1951, pp. 35-36

(10) - A. N. T. T. *Reino*, Mç. 356.

(11) - Sobre a transumância ver Orlando Ribeiro, *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra de Estrela*, Lisboa, 1941, sobretudo, as pp. 35-36

(12) - Segundo Orlando Ribeiro é precisamente o carácter extensivo da exploração (maior secura, grande propriedade, fraca densidade populacional) a causa de preponderância das pastagens, “por outras palavras, era o longo pousio em uso na Idanha que atraía os tansumantes” (*A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo segundo A. Silbert*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1970, p. 45)

(13) - *Discurso Jurídico Económico-Político* (1788), (ed. facsimilada, Fundação, 1991, p. 89).

(14) - a. N. T. T., *Memórias Paroquiais*, vol. 34, p. 533v; Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, 1708, 11 vol., p. 406

(15) - Carvalho da Costa, op. cit., p. 412

(16) - Carvalho da Costa, op. cit., p. 413. Orlando Ribeiro, *Le Portugal Central*, Lisboa, 1949, p. 97.

(17) - a. N. T. T. *Memórias Paroquiais, Alcafozes*, vol. I, pp. 537-538

(18) - Segundo A. Silbert, até finais doséculo XIX o ce-real dominante era o centeio (*Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime. XVIII - Début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Lisboa, INIC, 1978, 1 vol., p. 261) Cf. Orlando Ribeiro. a evolução agrária no Portugal..., pp. 37-38

(19) - Guy Cabourdin, “Qu'est que ce qu'une crise?” in Jacques Dupaquier (dir.), *Histoire de la Population Française*, Paris, PUF, 1988, II vol. p.182

(20) - A.N. T. T., Misto 4, p. 111

(21) - “Memória inédita do Conde de Lippe sobre a campanha de Portugal em 1762” O *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Lisboa, 1812, vol. III, p. 246.

(22) - Apesar de não termos um testemunho da época sobre esta doença, o facto de ela ser uma constante até cerca de meados do século XX, leva-nos a considerá-la como uma variável muito importante a ter em conta na análise da mortalidade epidémica. Cf. António Pedrosa Barreto, *Memorial ou História dos Banhos...*, pp. 53-55; J. M. Hormigo, po. cit. p. 4, Mário m. Andrade, *Subsídios para a Monografia de Segura*, Lisboa, 1949, p. 208; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1886, vol. XII, p. 2090

(23) - A determinação dos anos de crise obteve-se através da aplicação do método de Dupâquier às séries de óbitos das 18 freguesias do concelho de Idanha-a-Nova. (“L'Analyse statistique des crises de mortalité” in *Les Grands mortalités: étude methodologique des crises démographiques du passées*, Lièges, 1979, pp. 83-112; *La population rurale ou bassin parisien à l'époque de Louis XIV*, Lille, 1979, pp. 249-250).

PRÁTICAS ETNOMEDICINAIS NA RAIÁ (CONC. DE IDANHA-A-NOVA) - ALGUNS EXEMPLOS

Por Pedro Forte Salvado*

“(...) as pessoas só conseguem reter na memória de seu corpo e na sua capacidade de lembrança, apenas aquilo que vão praticando.”

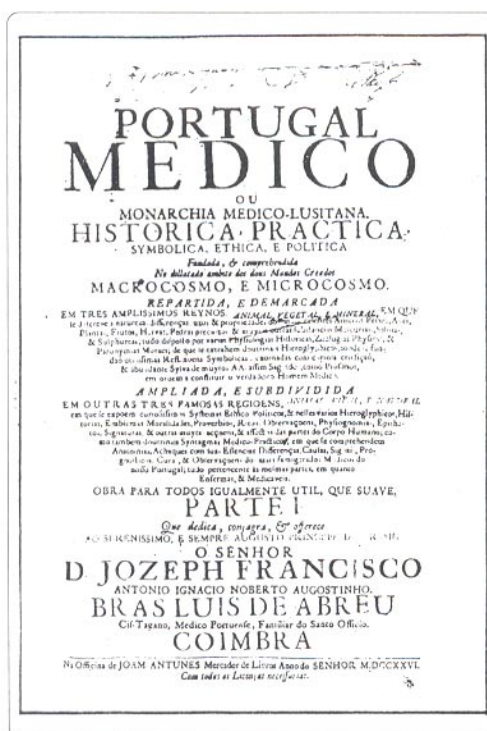
Raul Iturra

A reedição da obra de Jaime Lopes Dias *Etnografia da Beira*⁽¹⁾ veio chamar a atenção para a necessidade de que qualquer produção nas áreas das ciências sociais, principalmente no conjunto disciplinar que compreende a Antropologia, a Etnologia e o Folclore, ter que se debruçar sempre sobre o seu próprio percurso teórico e metodológico. A *Etnografia da Beira*, cujos onze volumes foram sendo editados ao longo de quase meio século, mais não constitui hoje que um grande *corpus* de informação etnográfica, a merecer urgente estudo crítico. Se, e como o autor nos informa, foram a sua “propensão para os estudos desta natureza” e o seu “amor à nossa terra e à nossa gente”⁽²⁾ os motivos iniciadores da recolha, a análise da verdadeira função da obra, e isto dentro de uma historiografia das ciências antropológicas em Portugal, torna-se um problema mais complexo devido ao importante papel que este tipo de investigações assumiu na construção de um certo regionalismo, directamente controlado pela ideologia política então vigente⁽³⁾. É sintomática, por exemplo, a conclusão do autor face à obra em 1971 aquando da saída do volume XI e último, ao afirmar que esta foi “nada e criada para estudar, perpetuar e divulgar os valores sociais e humanos da província da Beira Baixa, em que se registam costumes, tradições e

sentimentos de honradez, patriotismo e hospitalidade nunca antes louvados do seu povo”⁽⁴⁾. Por outro lado, interrogamo-nos se será correcto falar hoje de uma etnografia da Beira, tendo em consideração a diversidade de subunidades regionais sócio-culturais dentro desse limite sócio-político. Parece-nos então que o título *Etnografia da Beira* forma a moldura de uma regionalidade político-administrativa que contém

todo um (mal ordenado) conjunto de elementos de regionalidades identitárias sócio-culturais. Aliás, já na década de cinquenta, Orlando Ribeiro percepcionava essas realidades culturais dentro da então Província da Beira Baixa ao escrever: “A Beira Baixa é uma manta de retalhos, alguns já extremenhos ou alentejanos, uma justaposição de unidades, essas bem demarcadas no aspecto da paisagem e no modo de viver dos habitantes e, como tal, providas de nomes populares”⁽⁵⁾. São, pois, essas unidades justapostas do espaço e do território que teremos que considerar à hora de desenvolver qualquer investigação dentro da área das ciências sociais. Afirma Jacques Le Goff não existir

“lugar de encontro mais importante entre o homem biológico e o homem social que o espaço”⁽⁶⁾, tornando-se este um cenário eminentemente cultural. Quando falamos de territórios, referimo-nos sempre a um espaço produzido, apropriado, representado e vivido pelos grupos que o habitam, afinal a nada mais do que a “um grande sistema de signos reveladores da articulação natureza/cultura inseparável da nossa existência concreta”⁽⁷⁾. E salientando sempre esse



conjunto de ligações práticas e quantas vezes simbólicas entre um grupo humano e certos elementos do seu meio natural, parece-nos ser o caminho a seguir nas abordagens que pretendamos estabelecer relativamente a um vasto conjunto de saberes apelidados de populares ou tradicionais.

É o caso da medicina caseira, ou se quisermos etnomedicina, também mal chamada de medicina popular, saber tão intimamente relacionado com essa existência que atrás citávamos. A investigação dessa coordenada cultural levanta-nos contudo algumas questões. Em primeiro lugar a classificação de popular, isto é, o que é que se considera popular. As práticas ainda existentes em sociedades rurais? A dos analfabetos e a dos economicamente mais desfavorecidos? E as camadas “culturalmente avançadas” não utilizarão também elas essas práticas, assistindo-se assim a uma não correspondência entre clivagens culturais e hierarquias sociais? Também poderemos falar de práticas medicinais não oficiais e

aí encontramos-nos perante práticas partilhadas que atravessam as linhas sociais. Torna-se então evidente que, caracterizar as formas de medicina a partir da dicotomia medicina oficial - medicina popular, é tarefa às vezes não isenta de sensíveis envie-

samentos ideológicos, dado o virtual maniqueísmo quando as utilizamos. O que neste caso será importante analisar diz respeito ao modo como é que socialmente se impõe e legitima (ainda para muita gente oscilante) fronteira entre os domínios oficiais e os domínios populares da medicina. À medicina popular fazem alguns autores corresponder um conjunto de práticas com um misto de crenças religiosas, aspectos de superstição e magia, assim como a uma grande panóplia de agentes relacionados com a sua transmissão. Sem dúvida que esta visão possui uma firme força comunicativa e imaginética na sociedade dos nossos dias. Em Portugal, a história da construção e difusão desta ideia está por realizar e as posições alinham-se num leque variado, desde os que admitem que a medicina popular existe com autonomia plena, aos que associam a sua persistência a territórios geograficamente isolados e periféricos face aos centros emissores da medicina oficial.

Ora, o que nos parece (no caso que vamos abordar) é que sobre certas práticas mais antigas da medicina se desenvolveram, estabeleceram e entrecruzaram saberes num vasto conjunto através de um grande processo de aculturação ao longo dos tempos. A medicina dita popular não surgiu espontaneamente nem permaneceu inalterada no fluir das sociedades. Como sistema complexo e desempenhando uma

função social, a sua subsistência só poderá compreender-se pela sua utilidade às sociedades ou aos grupos a que diz respeito. Não constitui portanto, como pensam alguns, uma manifestação de atraso cultural. Não é praticada só no espaço rural (ainda que aí seja o seu campo privilegiado) e caracteriza-se por ser pragmática, quantas vezes virada para um certo imediatismo provocado pelas dores dos quotidianos, pretendendo sempre dar respostas a necessidades motivadas pelo estado de doença de um certo indivíduo numa dada comunidade, utilizando-se, para isso, uma farmacopeia específica, por vezes associada a certos ritos, resultando de aculturações de cariz religioso. Nessa farmacopeia consideramos todo um conjunto de elementos botânicos, minerais e animais de que uma sociedade se serve para combater a doença. Mas, quando analisadas, as farmacopeias projectam-se directamente no corpo, especealizando-se e especializando-se nas suas partes constituintes. Como afirma J. dos Santos, “il y a le corps, un en-

semble de découpages, de définitions, qui sont ceux du corps, de ses différentes parties et en particulier la problématique du corps malade et du corps sain; c'est-à-dire la santé et la maladie, donc aussi toute une symptomatologie et la

définition de l'apparition de quelque chose qui ne devrait pas être là, d'une pathologie, etc. Entre ces deux ensembles (pharmacopée et corporalité), se place une sorte d'opérateur qui sont les techniques de mise en oeuvre de la pharmacopée et qui définissent le champ de la médecine populaire”⁽⁸⁾.

A classificação de etnomedicina enquadra-se nesse vasto grupo de ciências cuja interface encontramos entre as ciências da natureza e da vida e as ciências do homem e da sociedade. Neste caso, a medicina dita popular é um saber naturalista dependendo muito dessa ligação e utilização do meio natural. Mas, e como nota Jacques Barrau, o que importará nesta via de exploração é o significado da medicina e da sua ligação ao meio ambiente, “c'est d'appréhender les systèmes d'idées, de notions et d'attitudes qu'une société entretient à l'égard des faits, objets et phénomènes de son environnement, systèmes qui sont aussi codes de comportement et qui s'expriment dans la langue, dans le discours de cette société”⁽⁹⁾, e também nos gestos, acrescentamos nós...

Na *Etnografia da Beira* não são, curiosamente, muitas as práticas medicinais referenciadas. O fenómeno doença/cura foi sempre periférico à estrutura da obra e, muitas vezes, enquadrado nos domínios das crenças e das superstições. Estamos pois

A Etnografia da Beira, cujos onze volumes foram sendo editados ao longo de quase meio século, mais não constitui hoje que um grande corpus de informação etnográfica, a merecer urgente estudo crítico.

conscientes do risco da utilização desta fonte. Em primeiro lugar, por termos presente as palavras de Roger Chartier para quem “nenhum texto (...) mantém uma relação transparente com a realidade que apreende”⁽¹⁰⁾ e, por outro, por sabermos que este conjunto de práticas foi recolhido pelo autor através de informadores indirectos e não dos produtores e divulgadores dos saberes, informações na maior parte dos casos memorizadas com distantes referentes no tempo e, por consequência, mediatizadas⁽¹¹⁾. Ao longo dos X tomos da *Etnografia da Beira*, as práticas terapêuticas mais assinaladas são as que possuem, na sua constituição, elementos do mundo vegetal. Muitas vezes nelas se cruzam elementos do sagrado cristão (invocação de santos, sinal da cruz, por exemplo) com essa tessitura que envolvia o quotidiano das comunidades, traduzindo quase que uma visão mágico-religiosa do mundo, numa certa idolatria face a alguns elementos vegetais.

Serão, no entanto, apenas objecto da nossa curta análise as práticas que utilizam elementos de origem animal. Constituindo um conjunto misto numa meada de difícil desembaraçamento, as suas raízes parecem-nos entroncar num passado longínquo mas mantendo, até certo ponto, inalterável a sua configuração original. Numa seriação concisa apresentamos as seguintes e

citamos a partir da recolha de J. Lopes Dias: “Enxúrdia de galinha cura o tresorelho (Idanha-a-Nova); sopas de cobra curam a furunculose (Vale do Lobo - Penamacor); para curar feridas colocam-se sobre elas teias de aranha (Vale do Lobo - Penamacor); cura-se a loucura colocando sobre a cabeça do louco, em forma de capacete, um cachorro ou cão pequeno, aberto ao meio, por forma que o sangue lhe corra pelo rosto (Teixoso - Covilhã); um cozimento de parasitas da cabeça humana cura a icterícia por muito crónica que seja (Ladoeiro - Idanha-a-Nova); em Idanha-a-Nova usam para o mesmo efeito deitar os parasitas vivos dentro de um ovo bebendo-o em seguida; para curar impingens esfrega-se com um dedo molhado em saliva”. Outro subconjunto de práticas, a nosso ver o mais interessante, referenciou Lopes Dias: as que utilizavam os excrementos e a urina humana para fins terapêuticos. Em Segura (Idanha-a-Nova) “para que os tumores ou abcessos venham à supuração deve aplicar-se-lhes um emplastro de excremento humano; urina nas feridas cura-as (Idanha-a-Nova); beber urina tira a febre (Idanha-a-Nova); chá feito com urina de rapariga virgem, posto à geada e bebido no dia em que dão as maleitas, cura-as (Benquerença-

-Penamacor); o sarro que se acumula no fundo dos penicos pouco limpos, colocado em panos sobre a testa contra as enxaquecas e cefaleias (Ladoeiro - Idanha-a-Nova)”. Inquestionável antiguidade possui qualquer uma destas práticas que se encontram já referenciadas na *História Natural* de Plínio, ainda que este autor chame a atenção de que se tratam de costumes bárbaros quanto à sua origem. Por exemplo, para o citado naturalista, a saliva cura as picaduras das cobras. Quanto à utilização da urina, considera-a múltipla de acordo com a sua proveniência. A de maior utilização face às situações é a urina de criança, usada nas queimaduras, como estimulante da menstruação, para sarar as feridas e curar as doenças dos olhos. Aspecto interessante a referenciar é a tendência para a existência de uma certa especialização na utilização das urinas, sejam elas de homem, de mulher, de

criança ou de velho. Assim, a urina de homem já apodrecida sara e acalma as úlceras e as erupções⁽¹²⁾. Também no *Corpus Hipocraticum* a utilização da urina evaporada é assinalada, principalmente a urina putrefacta de mulher utilizada em preparações para favorecer a concepção, contra as hemorroidas e a esterilidade⁽¹³⁾. Quanto ao uso dos excrementos sólidos, a sua utilização na Antiguidade Clássica também constituiu um facto. Dioscórides refere o seu uso como compo-

nente na preparação de cataplasmas e unguentos⁽¹⁴⁾. Portanto, a conclusão a que se poderá chegar é a de que, durante a Antiguidade, houve toda uma farmacopeia excremental utilizada ou em medicina ou em magia como também assinala Plínio.

Vários foram os autores que se debruçaram sobre a utilização dessas matérias para usos terapêuticos e dos significados que essas práticas poderão encerrar ao nível sociológico, antropológico, religioso e histórico. Salientem-se nesta linha os excelentes trabalhos que a equipa do Professor Bermejo Barrera, do Departamento de História Antiga da Universidade de Santiago de Compostela, desenvolve na tentativa de uma interpretação sócio-religiosa destas práticas medicinais e das suas relações intrínsecas com o mundo mitológico da Antiguidade Clássica⁽¹⁵⁾. Contudo, a primeira tentativa interpretativa do fenómeno data dos finais do século XIX através dos estudos de um antropólogo americano, J. G. Bourke. Este autor atribuiu ao uso dos excrementos e da urina um significado religioso, assumindo a sua utilização um carácter expiatório. Para Bourke “quanto mais desagradable, asqueroso, innatural y repugnante es un rito, tanto más expiatorio es su carácter”⁽¹⁶⁾.



Assumindo a identidade de origens entre a medicina e a magia, Bourke crê que de início os conhecimentos medicinais não constituíam mais do que formas de magia, reconhecendo que, contudo, “en su aplicación nuestros antepasados prestaram menor atención a sus propiedades farmacêuticas que a su naturaleza oculta o “simpatética”⁽¹⁷⁾. E, numa aliciante hipótese, pensa que a água salgada, a água benta e outros líquidos utilizados em certas práticas mais não seriam que a substituição da urina utilizada nos velhos ritos. Já R. Joly⁽¹⁸⁾ ao analisar a ciência hipocrática à luz daquilo a que apelida de polifarmácia, encaminha a interpretação para outro nível. Em primeiro lugar defende que a utilização de certos produtos exóticos, quer quanto à sua origem quer quanto à sua natureza, justifica-se pela associação do seu poder curativo ao seu exotismo. Por outro lado, acha que a utilização dos excrementos e da urina em práticas medicinais advém do facto de terem estas substâncias sido portadoras de vida. E, a juntar-se a esta ideia chave que aliás já se encontra referenciada em Aristóteles, Joly (e na esteira de G. Bachelard) reconhece serem as secreções e os excrementos provenientes de um mecanismo fundamental do organismo: a digestão. Sob o nome de “o mito da digestão”,

Bachelard defende a ideia da assimilação do semelhante pelo semelhante através da digestão: “La digestión es una lenta e suave cocción, luego toda cocción prolongada es una digestión”⁽¹⁹⁾; indicando que ao mito de digestão se vincula a importância atribuída aos excrementos em utilizações terapêuticas, já que se acredita que os produtos da digestão possuem por sua vez capacidade de digerir, residindo aí pois a sua capacidade de regular as secreções, de estimularem o funcionamento de órgãos e de curarem feridas. À luz destas leituras ganham um sentido novo as práticas medicinais excrementórias das gentes de Segura assinaladas por J. L. Dias na década de trinta ou as recolhas efectuadas pelo N. R. I. A. / A. E. A. T. no lugar da Bairrada (Proença-a-Nova) em 1985⁽²⁰⁾. Contudo, e há que reafirmá-lo, para uma cabal análise destes saberes naturalistas, haverá todo um trabalho futuro a realizar. Trabalho que não verifique e estabeleça apenas essas relações práticas e simbólicas entre o corpo e o homem, entre as comunidades e os elementos do meio natural, mas que também considere estes saberes como produtos ou expressões de formas de organização social e económica, e que avalie ainda os seus modos de transmissão, estratégias de reprodução e transformações desses saberes.

Atentemos, por exemplo, no caso do uso terapêutico

da urina em Portugal. A primeira referência à sua utilização foi-nos relatada pelo geógrafo grego Estrabão, que nos primeiros anos da nossa era, escreveu ao serviço de Roma uma descrição etno-geográfica do mundo na Antiguidade. O volume III da sua *Geographiká* teve como tema as paisagens da Península Ibérica que comparou, quanto à sua forma, a uma pele de touro. A par de precisas descrições físicas, ressaltam informações pormenorizadas acerca dos viveres quotidianos, da religião e das orgânicas sociais dos povos que coexistiam nesta ainda “terra incógnita” da parte mais ocidental do jovem império romano. Embora se devam a Estrabão as mais completas informações do nosso passado pré-romano, impõe-se uma reflexão crítica sobre essas fontes, pois muitas delas enfermaram de uma visão marcadamente etnocêntrica. Não há dúvida que é o olhar de um grego sobre povos bárbaros e os juízos de valor que emitiu são prova evidente dessa realidade. Assim, ao descrever as costas da

Ibéria afirmou Estrabão: “(…) el olivo, la vid, la higuera y otras plantas semejantes crecen cuantiosas en las costas ibéricas que bordean Nuestro Mar, y también en las del Exterior. En cambio, las costas septentrionales ribereñas del

Oceano carecen de ellas a causa del frio; en el resto del litoral faltan, más que por negligencia de los hombres. que viven sin preocupaciones, porque dejan transcurrir su vida sin más apetencia que lo imprescindible y la satisfacción de sus instintos brutales. Si no se quiere interpretar como un régimen confortante de vida el que se laven con los orines guardados durante algún tiempo en cisternas, y que tanto los hombres como las mujeres de estos pueblos se froten los deentes con ellos, como hacen, según dicen, los Kántabroi e sus vecinos”⁽²¹⁾. Infelizmente, Estrabão não nos indica se a urina usada seria de origem animal ou humana; o que se sabe é que esse hábito foi lido e utilizado com uma finalidade sarcástica na sociedade romana. O poeta latino Catulo, para denegrir um rival de amor dizia que este à boa maneira celtibérica lavava os dentes com urina⁽²²⁾. Ora considerando que, e no contexto cultural em que Estrabão viveu, o uso da urina e de excrementos com fins terapêuticos constitui elemento utilizado na medicina oficial, as considerações de Estrabão na passagem transcrita terão obedecido sem dúvida a outros objectivos. Terão sido elas (para além de uma visão etnocêntrica), fragmentos de um discurso com finalidade de denegrir o aguerrido mundo bárbaro peninsular, ou, como nota Bermejo Barrera, críticas com objectivos políticos justificativas de medidas

A classificação de etnomedicina enquadra-se nesse vasto grupo de ciências cuja interface encontramos entre as ciências da natureza e da vida e as ciências do homem e da sociedade

repressivas?⁽²³⁾ Mas, o que do nosso ponto de vista merece reflexão é a persistência em certas zonas da Beira da utilização da urina e dos excrementos com fins medicinais em localidades do concelho de Idanha-a-Nova, povoações que se desenvolveram no território da importante “civitas Igaeditanorum” cujo centro se achava na actual aldeia de Idanha-a-Velha. Formarão então essas práticas resquícios de saberes pré-romanos ou não estaremos antes perante saberes transmitidos durante a romanização?

A utilização desta farmacopeia excremental perdurou ao longo de toda a Idade Média até ao século XVIII em várias regiões da Europa. Mas quais foram, na unidade territorialmente analisada, os veículos e os agentes de transmissão e conservação desses saberes? Qual o reflexo, por exemplo, nas sociedades rurais beirãs da associação, realizada pela estrutura da Igreja Católica, de certas doenças ou partes específicas do corpo humano a um determinado santo ou santa? Como se terão efectuado e qual o ritmo cronológico desses sincretismos, e qual a sua real representação e apreensão nos quotidianos das comunidades desses sincretismos? Relativamente aos ritos e aos seus elementos constituintes, que elementos serão os originais e quais as suas componentes exógenas?

Haverá, portanto, que considerar sempre estes saberes naturais como o actual resultado de um longo processo de aculturação no desenvolvimento do qual se deverão ter sucedido realidades próximas das consideradas por João R. Nazaré quando afirma que: “tout changement socio-culturel subi par un group ethnique, ou une population rurale, suppose des résistances ou modifications entraînées par la culture qui lui est étrangère, étant donné la difficulté d’harmoniser les nouvelles valeurs avec les anciennes. L’origine et la nature de ces résistances peuvent être multiples, quelques-unes agissent en faveur du maintien des éléments culturels traditionnels, d’autres favorisent leur disparition”⁽²⁴⁾. Constituirão então estes saberes um fenómeno de persistência - resistência cultural local face a uma inadaptada e inoperante medicina oficial?⁽²⁵⁾ Ou estaremos antes perante “arcaísmos” ainda utilizados nesta área portuguesa caracterizada por uma certa posição periférica face aos centros emissores da medicina oficial situados quase sempre nas cidades?

Os territórios geográficos considerados, e convirá notá-lo, ainda se aproximam muito das paisagens descritas por Orlando Ribeiro há já alguns anos. São sem dúvida ainda comunidades situadas em “terras orientais, segregadas do núcleo atlântico da nação, que guardam no seu isolamento, uma vida popular mais que todas conservadora: na habitação, no trajar, nas comidas, nas formas de convivência, na riqueza do folclore e até nos módulos arcaicos da canção, ritmada pelo adufe que desenrola, por cima do

ondulado solene do terreno, melodias rituais da igreja primitiva”⁽²⁶⁾. Relativamente aos saberes, um último ponto nos mereceu reflexão. Ainda admitindo que a sua transmissão se tenha processado a um nível oral (cuja lógica de transmissão nos escapam) a descrição em Portugal das práticas excrementárias foi difundida entre os meios científicos de então através da publicação em 1726 da obra de Braz Luis de Abreu *Portugal-Médico ou Monarchia Médico-Lusitana*⁽²⁷⁾. Obra criticadíssima no século XIX⁽²⁸⁾, o *Portugal-Médico* constitui um importante documento a merecer um estudo monográfico que atente na sua verdadeira função científica, ao seu impacto nas mentalidades e instituições médicas da época, assim como nos verdadeiros objectivos que terão presidido à feitura de tão vasta e erudita recolha. O autor, médico portuense e familiar do Santo Ofício, chega a criticar inclusivamente a situação e mobilidade sócio-profissional insurgindo-se “que haja no nosso Portugal semelhantes homens que sendo hoje barbeiros, amanhã se fazem de cirurgiões e daí a dois dias pretendem passar praça de médicos. Sendo no primeiro dia mestres, no segundo licenciados e no terceiro doutores, é tão trivial na nossa medicina, que já o nosso insigne D. Frei Manuel de Azevedo se queixava com os mais doutores do seu tempo de tantos Medicastros ignorantíssimos enxertados em Barbeirinhos Idiotas, lastimosamente introduzidos, não pelas humildes cabanas das aldeias, mas pelas casas ilustres da mais famosa corte da Europa, a nossa Lisboa”⁽²⁹⁾. O próprio censor do Santo Ofício refere-se à obra afirmando que quem a ler aí irá “achar um tesouro de remédios para os enfermos e tanta verdade em tudo que seria doce para os que gostassem dele e amargoso para os que não gostassem, que a verdade como dizia Claudiano, era tudo juntamente - Veritas dulcis et amara est”.

A urina e os excrementos têm para o *Portugal-Médico* uma multiplicidade de utilizações. Garcia de Abreu crê que a urina do mancebo sem barba é útil aos estigmáticos, cura a sarna, resolve os tumores e impede a gangrena. A do homem casado, quando bebida pela mulher, facilita o parto difícil e é contra a mordedura de cobra. Quanto ao valor dos excrementos sólidos, o autor acha que o esterco “é emoliente, maturante e andino, e por isso com grande uso para mitigar as dores introduzidas por encanto, para madurar os antrazes pestilentos e para curar a angina, o aplicado à parte, ou seco, pulverizado e exibido socorre as inflamações das feridas (...). O esterco do menino lactante - continua o autor - e reduzido a pó erradica a epilepsia muitos dias. A água do esterco humano cura as unhas dos olhos, e todos os vícios da tonisa adnata, lançando neles umas gotas, aviva as cores do rosto, produz cabelos, cura as chagas corrosivas e as fístulas, desfaz os sinais das cicatrizes. Interiormente tomado acode à epilepsia e hidropsia, expulsa as pedras dos rins, a

tinha, a eripsela exulcerada e os affectos cutâneos untando a parte, miriga as dores da gota e mortifica o cancro, interiormente tomado cura a icterícia”⁽³⁰⁾.

Terá então tido esta obra alguma função reprodutora e até de legitimação na aplicação dessas terapêuticas excrementórias nas terras do interior beirão? Ou serão elas a perduração das aculturações sucessivas de estratos de saberes pré-romanos, romanos, dos sincretismos religiosos medievais ou até mesmo o eco das informações escritas no Portugal-Médico? E se assim foi, quem é que o terá lido, difundido e aplicado por esta raia beiroa? As lógicas sociais, económicas e ambientais dessa raia têm vindo a ser modificadas a um ritmo avassalador nos últimos anos, tornando prioritária a tarefa de recolha sistemática destes últimos saberes naturalistas tal como ainda se manifestam no viver actual das comunidades. Saberes que perduraram através das dores dos quotidianos raianos e que, para a sua cabal compreensão, ao longo desta breve análise relembremos sempre as palavras de B. Malinowski: “si l’on veut comprendre un élément culturel, il faut entre choses, expliquer son rapport direct ou instrumental à la satisfaction des besoins essentiels, qu’ils soient élémentaires, c’est à dire biologiques, ou de- rives, c’est à dire culturels”⁽³¹⁾.

* Licenciado em História. Docente no ISMAG/ ISHT-Universidade Lusófona

Notas

1) J. L. Dias, *Etnografia da Beira*, vol. I, 2ª Ed., Lisboa, 1944; vol. II, 2ª Ed., Lisboa, 1964; vol. III, 2ª Ed., Lisboa, 1955; vol. IV, 2ª Ed., Lisboa, 1971; vol. V, 2ª Ed., Lisboa, 1966; vol. VI, 2ª Ed., Lisboa, 1967; vol. VII, Lisboa, 1948; vol. VIII, Lisboa, 1953; vol. IX, Lisboa, 1955; vol. X, Lisboa, 1970; vol. XI, Lisboa, 1971. Reedição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 1991-1992.

2) J. L. Dias, *Etnografia da Beira*, vol. XI, p. 11

3) Veja-se por exemplo a descrição da Beira da autoria de L. Chaves, *A Beira*, Exposição portuguesa em Sevilha, Lisboa, 1929; J. Pina Cabral, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, 1991, pp. 25 -37.

4) J. L. Dias, op. cit., p.9

5) O. Ribeiro, “Beira Baixa” in *Guia de Portugal*, II vol., Lisboa, s/d, p. 625.

6) J. Le Goff, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, 1985, p. 62.

7) J. P. Ferrier, *Anteelha geographie ça sert d’abord à parler du territoire, on le métier des géographes*, Aix en Provence, 1984, p. 21.

8) J. dos Santos, “Savoirs de la flore en Cévennes” in *Les savoirs naturalistes populaires*, Paris, 1985, p. 66.

9) J. Barrau, “A propos du concept d’ethnoscience” in *Les savoirs naturalistes populaires*, Paris, 1985, p. 9.

10) R. Chartier, *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa, 1988, pp. 62-63.

11) A. Carril, *Etnomedicina. Acercamento a la terapêutica popular*, Valladolid, 1991, p. 9.

12) Plínio, N. H., XVIII, 18.

13) C. H., 75 (L162, 18).

14) Dioscorides, *De natura medica*: II, 81.

15) J. Bermejo Barrera, “La esposa, la amante, el alimento y el excremento” in *Mitologia y Mitos de la Hispania Preromana*, Madrid, 1982, pp 217-237.

16) J. G. Bourke, *Escatologia y Civilizacion*, Madrid, 1976, p. 64.

17) Op. cit., pp. 298-299.

18) R. Joly, *Le niveaux de la science hipocratique. Contribution à la psychologie de l’histoire des sciences*, Paris, 1966, p. 54.

19) G. Bachelard, *La formation del espíritu científico. Contribucion a un psicoanalises del conocimiento objetivo*. Buenos Aires, 1972, pp. 199-214. Ver ainda G. Bachelard, *A psicanálise do fogo*, Lisboa, 1989, pp. 80-86.

20) F. Henriques, J. Caninas et alli, “Medicina e farmácia popular dos Cortelhões e Plingacheiros” in *Preservação*, 9-11, 1990, p.

21) A. Garcia y Bellido, *Espana y los Españoles hace dos mil avios según la “geografía” de Strábón*, Madrid, 1945, pp. 155-156.

22) Catulle, *Poésies*, Paris, 1949.

23) J. Bermejo Barrera, “Los excrementos y la politica - una nota a Estrabón: III, 4, 16” in *Mitologia y Mitos de la Hispania Preromana*, Madrid, 1982, pp 21-42; J. C. Bermejo Barrera, “El erudito y la barbarie” in *Mitologia y Mitos de la Hispania Preromana*, Madrid, 1986, pp. 13 -44

24) J. R. Nazaré, *Prolegomènes à l’Ethnosociologie de la Musique*, Paris, 1984, p. 196.

25) Assinale-se um caso de utilização de excrementos de vaca para fins curativos. Prática utilizada em Oledo, povoação que também faz parte do concelho de Idanha-a-Nova. Segue-se o relato tal como nos foi transmitido pela informadora de uma situação ocorrida há cerca de 20 anos. M. R. D. era na altura mãe de uma filha de dois anos de idade: “Ela estava sentada de costas para a lareira e mal eu voltei costas ela fez balanço com o banco e caiu de costas para o lume. Imediatamente se levantou a chorar mas já com as nádegas assadas e com as brasas agarradas ao rabinho. Como era Domingo e não havia médico mandei o meu marido à farmácia. Mas como ainda era longe e ela chorava muito uma velhota que era nossa vizinha apareceu à janela e conforme se apercebeu do que se passava disse-me: Oh Maria, põe-lhe bosta de vaca de cima da queimadura, quanto mais depressa melhor. Então eu fui buscar, envolvi numa fralda quente e puz-lhe em cima do rabinho, ela chorou mas

depois deixou-se dormir. Quando o meu marido chegou da farmácia com uma pomada, ainda me recordo o nome, era "inotyl" já não a utilizei. Na segunda-feira a seguir levei-a ao médico e expliquei-lhe o que tinha feito. Ele disse-me para continuar a fazer o mesmo com muita higiene e assim fiz e a minha filha, passado pouco tempo, estava boa e não lhe ficaram cicatrizes nem nada. O Dr. Perdigoto que Deus o tenha no céu é que tinha razão".

26) O. Ribeiro, *Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª edição, Lisboa, 1986, p. 133.

27) B. L. de Abreu, *Portugal-Médico ou Monarchia Médico-Lusitana: Histórica, Prática, Symbólica, Éthica e Política* (..), Coimbra, 1726.

28) D. Guennes, "Como se curavam doenças há duzentos e cinquenta anos", in *História*, 12, Lisboa, 1979, pp. 41-43.

29) B. G. de Abreu, op. cit., pp. 261-262.

30) B. G. de Abreu, op. cit., pp. 38-39

31) B. Malinowski, *Une théorie scientifique de la culture*, Paris, 1968, p. 113.

BREVE REFLEXÃO SOBRE A VIA SACRA DA DOR

Por Maria Antonieta Garcia*

“... o conhecimento é uma chave, a mais preciosa de todas, a mais perigosa também, porque abre duas portas idênticas: uma dá para a verdade, a outra para as trevas”.

Elie Wiesel.- *Testamento de um poeta judeu assassinado*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p.123.

E tudo começou com uma transgressão. O fruto da “... árvore da ciência do bem e do mal”⁽¹⁾ era proibido. Mas as palavras sedutoras a garantir “... Deus sabe que, no dia em que dele comerdes se a rirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal “,⁽²⁾ tentaram Eva, arrastaram Adão para o pecado original. Foi a queda, a criação da Dor para a Mulher e para o Homem.

Lemos: “A Mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor (...) com dor terás filhos”.⁽³⁾

A terra foi amaldiçoada e o homem ouviu “... com dor comerás dela (...) com suor do teu rosto comerás o pão”.⁽⁴⁾ Ficara-lhe vedado o Paraíso e a “... árvore da vida”.⁽⁵⁾ A Morte apoderara-se do homem. Antes, conta-nos Hesíodo: “Eram como deuses, com espírito despreocupado, / vivendo à margem de penas e de misérias; a velhice medonha/ não os surpreendia, mas, sempre de membros vigorosos / deleitavam-se em festins, a bom recato de todo mal ; / se morriam, era como que vencidos pelo sono. Para eles tudo era perfeito...”⁽⁶⁾

Porém, a aquisição do conhecimento, da ciência do bem e do mal, geraram a queda e também a insatisfação e o gosto prometaico de roubar o fogo aos deuses.

A viagem iniciática tem sido longa, por caminhos em que as divindades urdem teias que seduzem, amarram o homem e o motivam para a perseguição desse Paraíso Perdido, de um mundo original incrito em sonhos tresmalhados dos humanistas de todos os tempos.

É assim, ainda que Tântalo sofra o suplício da sede e da fome, no meio de um lago de águas límpidas e junto da árvore, porque ousou roubar o néctar aos deuses para o dar aos mortais.

É assim, ainda que o inferno de Sisifo e das Danaides aponte para a inutilidade do esforço humano.

Velhas mitologias subjacentes a uma realidade: a insatisfação do homem transformado em colecionador de absurdos num mundo em desconcerto.

Mas habitado, em todos os tempos, pelo “homem revoltado” de Albert Camus. Um homem inquieto, intranquilo, revel à imposição de códigos. Portador de um sentimento de culpa decorrente da dolorosa trajetória das origens, sabe servir-se do único bem que restou na caixa de Pandora para manter a caminhada: a Esperança. Reinicia pactos com a vida renunciando a concórdias e verdades médias. E não desiste da

luta contra o sofrimento.

Porque a dor desafia o pensamento conceptual, se desconhece a sua teleologia e preocupa a inteligência, já que se opõe ao que a Razão busca e espera, o homem torna ao paradigma das Lamentações de Job. Renascem em todos os tempos. Para crentes e livres pensadores.

A Dor uma via-sacra com muitas estações



percorridas por homens diferentes mas com sofrimentos que desafiam ciência e consciência.

Job o “homem sincero e recto, temente a Deus, desviando-se do mal ...”⁽⁷⁾, perde a fortuna, a saúde. A doença torna-o irreconhecível.

Lemos: “ Saiu Satanás da presença do Senhor e feriu a Job de uma chaga maligna, desde a planta do pé até ao alto da cabeça”.⁽⁸⁾ Os três amigos que chegam para consolar não têm resposta para a angústia, a aflição de Job. Em ruptura com a Lei que regrava a sua vida, desespera. E amaldiçoa o dia em que nasceu,⁽⁹⁾ questiona a dimensão da Dor, lamenta-se, confessa a incompreensão: “ Por que se dá luz ao homem cujo caminho é oculto e a quem Deus o encobriu?”⁽¹⁰⁾

O livro de Job, testemunho do homem assaltado pela dúvida, pelo desespero, um homem em quem transparece a angústia, o terror, a impotência. Mesmo se crente, quando aceita que o sofrimento pode constituir uma catarse, uma purificação.

A dor, a enorme dor de Job não se esgota em explicações racionais :está para além de qualquer conceito de finalidade. É humanamente incompreensível. Por isso, as palavras de Deus, o discurso de Eloim remetem a “explicação” para divina magestade, grandeza e soberana sabedoria.

Uma sabedoria que escapa aos mortais que actualizam as ideias Jóbicas quando confrontados com o mal, a doença, o sofrimento, castigos imputáveis a um poder sobrenatural.

Na verdade, há um abismo entre a compreensão humana e os mistérios da criação. Que o próprio Eloim evidencia através do que parece constituir uma disteleologia relativamente à maneira de ordenar o mundo, a alguns animais existentes; exemplifica assim o que há de enigmático, ininteligível, dizemos nós, o que há de quase demoníaco no poder criador.

Com Job, o homem continua sem respostas. No plano do pensamento, do sentido da vida, a dor permanece irracional. Com Hesíodo retomemos o mito de Pandora: “... as doenças , umas de dia, outras de noite, / visitam à vontade os homens, trazendo aos mortais / o mal, em silêncio, pois Zeus prudente lhes retirou a voz”.⁽¹¹⁾

A doença criada por deuses a partir de um pecado original, ficou “sem voz”. E, por isso, gentes portadoras de dom divino, feiticeiros e curandeiros, buscaram / buscam a cura temperando saberes e fazeres tradicionais com o toque de magia da palavra a conferir-lhe carácter sagrado. Gentes que ajudam a percorrer a Via Sacra. É certo que, desde Hipócrates, os médicos têm-se esforçado por dessacralizar a dor. De castigo divino a “desordem”, têm sido vários os

enfoques, os conflitos, os compromissos, através dos tempos.

Porém, como explicar que, séculos passados, se mantenha a coexistência de clínicos e feiticeiros/ curandeiros? Porque é uma necessidade decorrente da natureza humana ? Porque ao progresso tecnológico dos Serviços Médicos não correspondeu uma evolução dimensionada à medida do homem ?

Henri Rubinstein escreveu que “... a influência sócio-cultural é determinante na percepção, vivência e linguagem da dor”.⁽¹²⁾ Sabem-no bem os médicos que vivem na Beira Interior, frequentemente confrontados com esta realidade. Vivem num universo cultural diferente do da maioria dos doentes. E a dificuldade, decorrente das expectativas médico/ paciente que se situam em pólos distanciados, cria problemas que exigem um saber - fazer para além da técnica. Não resistimos a citar Fernando Namora. Em “Retalhos da vida de um médico”, conta:

“Alguns (refere-se a camponeses) usando de uma velhacaria de primários deliberadamente escondiam os sintomas que podiam

sugerir o diagnóstico. Se era um fedelho com anginas, a mão crespia e poderosa dos pais, amarrava-o, calado, à cadeira e lançavam o desafio:

- Diga-nos que doença tem o menino. - Mas que se queixa ele ?

- Se a gente conhecesse o mal, vínhamos aqui gastar dinheiro”⁽¹³⁾

Comunicação difícil entre uma linguagem científica e um status cultural que do médico -o que cura- espera a resposta/diagnóstico de um mago, de um possuidor de um dom divinatório. Como dos feiticeiros/ curandeiros.

Como explicar que a arte médica é uma semiologia que efectua o diagnóstico a partir dos sintomas definidos pelo paciente?

Culturas distantes impedem a descodificação do discurso e as palavras do médico, misteriosas, ganham poder sagrado garantido pelas curas conseguidas... E cumprindo as estações da Via Sacra encontram-se ainda médicos e feiticeiros.

Não se concretizaram as promessas do século das Luzes. O crescimento industrial, o progresso económico não geraram o desenvolvimento social, humano, fraterno. As utopias do mundo moderno falharam e os mercados de ilusões renderam-se.

Niko Tinbergen avisa-nos: “... a não ser que mudemos de caminho estamos condenados”.⁽¹⁴⁾

E a viagem iniciática prossegue, ontem como hoje, apoiada por profetas messiânicos ou apocalípticos. As dúvidas alteram com convicções, o optimismo com o pessimismo. Triunfos inesperados a nível da medicina

A Dor uma via-sacra com muitas estações percorridas por homens diferentes mas com sofrimentos que desafiam a ciência e a consciência.

(os transplantes, as reimplantações...), desembocam em becos sem saída (engenharia genética, a sida...)

O progresso tecnológico é enorme mas cresceu também o fosso entre as capacidades moral e intelectual. Entre cientistas começa a emergir o receio (e o risco?) de transgredir os velhos Decálogos da Huma-nidade. Ervin Chargaff lembra: "... Os que me precederam queriam "saber sem fazer", ao passo que agora as nossas ciências modernas querem "fazer sem saber". "(15)

E o sonho faustiano de Juventude, a cura de toda a dor continuam enraizados no homem. Triunfar sobre a doença, a morte, mantém-se utopia. Apesar de se vencerem quase quotidianamente as estações da Via-Sacra, Cronos continua a devorar os seus filhos. Simultaneamente homens de todos tempos continuam a romper o casulo da desistência, da resignação, a soltar "interesses quiméricos". Porque a dor continua a agredir a integridade física e moral do indivíduo. De forma *perversa*!

Por um lado é um sinal de alarme, a linguagem corporal de uma "desordem". Domina a pessoa. Pode romper com as suas categorias éticas, gerar uma nova filosofia de vida, forjar uma visão diferente do mundo. Os comportamentos sofrem transformações, às vezes, radicais. As motivações alteram-se. O interesse de viver modifica-se: aumenta ou perde-se.

Na galeria dos estóicos, místicos, mártires, a dor revela-se como forma de aproximação do Além, o êxtase aproxima-se do gozo. Lemos em Philippe Ariès: "Para além de um determinado limite o sofrimento e o prazer, a agonia e o orgasmo estão reunidos numa única sensação, que o mito da erecção do enforcado ilustra. Estas emoções da beira do abismo inspiram o desejo e o medo".(16) E a dor, o mal não serão agui-lhões motivadores para o conhecimento? Andámos por caminhos velhos e perdemo-nos na Via Sacra que não concluímos. Da caixa de Pandora deixámos dispersar os males que trouxeram "funestos cuidados" para a humanidade. Eva tentou Adão e comeram o fruto da "...árvore do bem e do mal". E foi então que se empreendeu a luta para suplantar o mal, superar a dor e o sofrimento. Ousamos, assim, a questão: não tem sido a dor, a insatisfação humana o motor da criação? Com Elie Schneour afirmamos: "Não tenho a certeza que Chopin tivesse composto a sua obra se não fosse tuberculoso. Beethoven, já surdo, compôs a Nona Sinfonia".(17)

A dor, interrogação primordial, continuará perversamente a ser doença, agonia, mal... catarse ou/e motor de criação.

Com "Deuses e Demónios da Medicina " (18) continuaremos a pedir a Prometeu que ensine os mortais a fazer fogo. Um fogo capaz de destruir... a espada inflamada (...) que guarda o caminho da árvore da vida ".(19)

Se o eterno não for o tal admirável mundo novo de

Huxley. Se o eterno for habitado por homens obstinados que, parafraseando Elie Wiesel, se declarem apenas culpados por terem alimentado uma Fraternidade exagerada, única, incomensurável.

*Professora e Investigadora. Mestra em Culturas Regionais Portuguesas

Bibliografia

As citações Bíblicas são extraídas da *Bíblia Sagrada e Concordância* (Lisboa, Sociedade Bíblica, 1968).

- (1) - Génesis 2:17
- (2) - Génesis 3:4
- (3) - Génesis 3:16
- (4) - Génesis 3:17
- (5) - Génesis 3:22
- (6) - Hesíodo, "Trabalhos e Dias", trad. port. de Maria Helena Rocha Pereira, in *Hélade*, Coimbra, 1971, vs 110 a 115
- (7) - O livro de Job 1:8
- (8) - O livro de Job 2:7
- (9) - O livro de Job 3:3
- (10) - O livro de Job 3:23
- (11) - Hesíodo, "Trabalhos e Dias", trad. port. de Maria Helena Rocha Pereira, in *Hélade*, Coimbra, 1971, vs 103 a 105
- (12) - Henri Rubinstein, *La Medicina del dolor*, Madrid, Alianza Editorial, 1990, p.140
- (13) - Fernando Namora, *Retalhos da vida de um Médico*, Lisboa, 7ª ed., p.169
- (14) - Niko Tinbergen, "A ciência num mundo naufragado" in *O amanhã da vida*, Lisboa, Bertrand, 1982, p. 371
- (15) - Ervin Chargaff, "Primícias de uma nova bárbarie" idem, p.174
- (16) - Philippe Ariès, *O homem perante a morte II*, Lisboa, Europa-América, 1988, p. 367
- (17) - Elie Schneour, "O que a mãe Natureza faz", in *O amanhã da vida*, op.cit., p.294
- (18) - Título de livro de Fernando Namora

COMO NASCEU UM GRANDE ROMANCE PORTUGUÊS “MINAS DE SAN FRANCISCO” DE FERNANDO NAMORA

Por António Manuel Lopes Dias*

1. Os ventos do Volfrâmio, «Uma mina da vida tão curta quanto foi a ilusão.»
2. Fernando Namora e José Lopes Dias, uma amizade que foi útil à região.
3. Um romance notável dos meados do século XX. «Uma das obras mais características do nosso tempo.»
4. A dor e a morte dos mineiros. A agudização do drama dos mineiros.

1- Os ventos do Volfrâmio. «Uma mina da vida tão curta quanto foi ilusão.»

Dos Arquivos Implacáveis de João Condé (1956) Podemos retirar os passos que deu Fernando Namora⁽¹⁾:

«Comecei a minha insaciável vagabundagem por uma aldeola da Beira Baixa, em pleno e trepidante surto do volfrâmio. Não sei se vocês, aí, sabem exactamente o que foi o volfrâmio, o fabuloso volfrâmio que veio inflamar as esperanças do camponês lusíada atônito e deslumbrado perante essa onda de fartura e de acontecimento que revolveu o pasmo da província portuguesa.

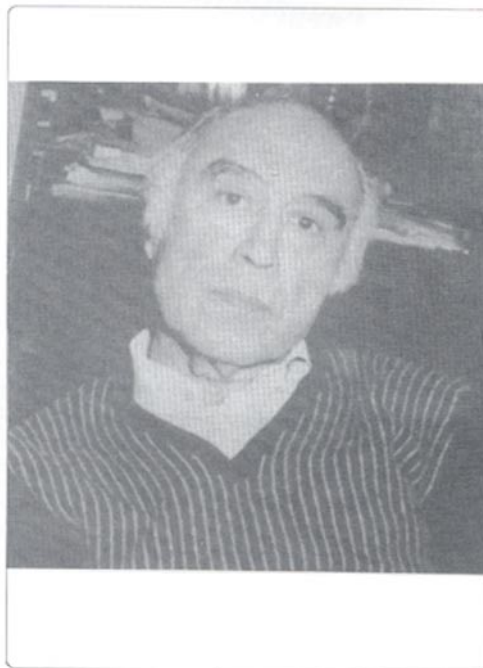
Volfrâmio era o minério negro de que o mundo em guerra tinha uma necessidade furiosa e urgente e era simultaneamente o ouro que saía da terra pobre e sem futuro, o ouro que compensava generosamente, milagrosamente, e pela primeira vez, o esforço de cada um. Foi uma odisseia tremenda e fruste, um clarão breve que, extinto deixou cicatrizes de esterilidade e amargura, tanto na terra como nos homens.

E assim nasceram os dois primeiros livros dessa experiência: «Casa da Malta» e «Minas de San Francisco».

Em “Minas de San Francisco”, o autor faz o processo histórico e social do surto volframista que a

corrida das grandes potências à aquisição do minério desencadeava entre nós, durante a última guerra⁽²⁾.

Mário Sacramento, cita que foi Manuel Vidal, amigo do escritor desde Coimbra, e que viria precocemente a morrer de tuberculose que sugerira a sua vinda para Tinalhas na Beira Baixa⁽³⁾. Este, foi administrador das Minas da Mata da Rainha, que ficam entre a Aldeia de Stª Margarida e a cidade do Fundão. Mas apesar do apoio técnico que este amigo lhe teria dado, o romancista atribui numa oferta do livro “Minas de San Francisco”, uma dedicatória, que em seguida vou mostrar, a sugestão do mesmo, a José Lopes Dias.



2. Fernando Namora e José Lopes Dias, uma amizade que foi útil à região.

Namora já instalado em Tinalhas, veio a Castelo Branco para conhecer e falar com um colega mais velho e que outros, do mesmo ofício, lhe tinham sugerido. Estava muito isolado na aldeia e precisava de dialogar.

Entrei na biblioteca da casa de meus pais e fui apresentado ao Dr. Namora, na altura um jovem médico, mas já um grande escritor e recordo-me do enorme elogio que lhe foi dirigido. Não só como homem de letras e romancista, mas

também como poeta e pintor. Este encontro inicial passava-se em 43 e quem resume estas linhas tinha então 10 anos e frequentava o 2º ano do liceu. Lia as “Novelas do Minho”, havia lido “A Cidade e as Serras” e tinha a cabeça desenhada pelo pintor José Contente.

Fernando Namora, na altura, dava a sensação de uma pessoa muito simples e um pouco tímida, mas tinha uma simpatia que se fazia sentir. Tornaram-se habituais as vindas do romancista e médico a nossa casa. Ouvi falar muitas vezes, a meu pai, de casas

da malta, dos trabalhos agrícolas e do interesse que os mesmos tinham para o romancista. Ouvi de uma das vezes, descrever as grandes minas do Zêzere, empolgadamente, problema que José Lopes Dias conhecia de perto.

Permaneceu até Outubro de 44 em Tinalhas, onde escreveu “Casa da Malta”. Em seguida, estabeleceu-se dois anos em Monsanto, onde escreveu “Minas de San Francisco”.

O drama dos mineiros, trabalhadores do campo na maioria das vezes, e o seu sofrimento físico, mais ou menos crónico, embora na altura não se usasse o termo silicose, como doença profissional dos mineiros, como mais tarde ficou demarcada. Gente diversa que queria fugir de um primário ingrato, como era o da agricultura de sequeiro sem mecanização. Passar para a indústria extractiva, iniciar-se como operário e com um salário, na altura três vezes multiplicado em relação ao anterior e não havendo dias sem ganhar, tão terríveis nesta época.

As facetas geográficas e ambientais dos que iam trabalhar para as minas, onde existia uma aldeia de S. Francisco que recebia gente desesperada de toda a região, era um material riquíssimo para servir de “corpus” documental e temático para a elaboração de um romance.

Recordo-me bem que Namora demorava bastante tempo a aceitar os novos temas sociais e punha calmamente as inúmeras dificuldades e factos que os assuntos apresentavam. Era deveras meticuloso na análise das variáveis que o romance exigia. Era a faceta que mais impressionava um jovem aluno liceal que eu era na altura. Depois aderiu aos temas, sentia-os com muita força e escrevia os romances com o realismo novo que todos conhecem.

Meu pai pedia ao romancista, também com veemência, que tinha que agarrar determinados temas pois eles deveriam e mereciam uma pena de grande categoria para que os problemas fossem sentidos por largas camadas a sensibilizar para a resolução dos mesmos.

Ortega y Gasset diz que falar verdade pretérita parece indicar que a verdade tem data, embora a verdade se definisse como algo distante e estranho ao tempo⁽⁴⁾. Assim, nos pareceu importante sugerir publicamente o que se passou entre os dois médicos e amigos.

A terminar, queria contar que o pintor Fernando

Namora fazia em 44, a sua única exposição individual em Castelo Branco. Realizou-se no edifício do “Teatro Velho”, junto ao ainda existente Quartel de Caçadores 6, que deixou de existir há muitos anos. Ajudei o pintor a dependurar os quadros e ainda me lembro de alguns deles...

3. Um romance notável dos meados do século XX.

«Uma das obras mais características do nosso tempo.» As personagens do romance acabam por surgir bem desenhadas, nos mineiros que eram geralmente ex-camponeses e por vezes já operários do quilo, de negociantes, de contrabandistas, de encarregados, de engenheiros, de artistas e gente de acaso.

As minas têm uma primeira parte centrada fundamentalmente na extracção do minério, nos trabalhos de laboração e na ida de camponeses das aldeias e vilas para S. Francisco. Também aponta os que trabalham isoladamente ou em pequenos grupos na pesquisa de veios de venda ao quilo.

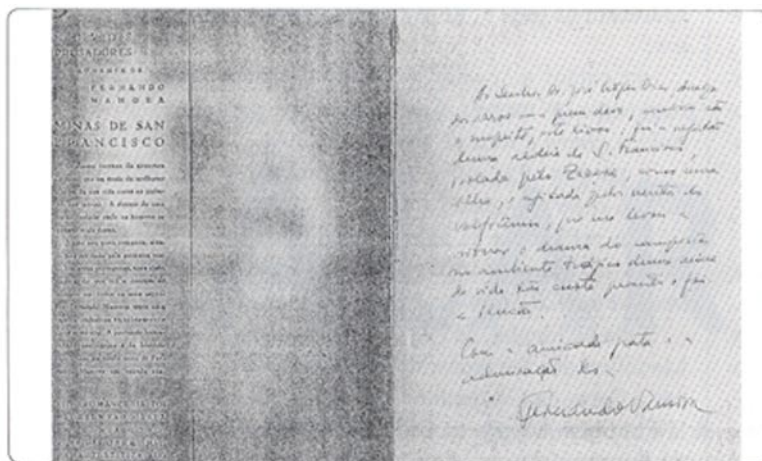
Apresenta em seguida uma se-

gunda parte, com o centro de gravidade no empresariado das minas, por outras palavras, uma fase inicial da economia do trabalho e uma fase final de economia do capital.

Sem estes dois segmentos o romance não teria sido inovador na sua perspectiva histórica.

A sociologia da extracção do volfrâmio na vida de um grande grupo de pessoas activas da Beira, marcará sempre como neste interior a economia, tendo sido executada por muita gente, que na maior parte só o foi temporariamente, delas experimentando nas minas mudar de sector económico, ou seja, do primário para o secundário. O sector primário ocupava cerca de 75% da população activa da beira meridional. Namora dá uma ideia muito clara de como a mulher é tratada, tanto a mãe de família, como as filhas e as raparigas isoladas. Tudo e todos, cada um a seu modo, faz escravatura com o elemento feminino.

Parece-me muito importante a paisagem e os ambientes, sempre com *spleen* triste, soturno, como uma companhia segura do homem, na sua luta pela sobrevivência, a que por vezes, quando é possível, o álcool empresta uma fugaz alegria, mas que vai sempre cair, na mais profunda verdade.



Esta edição do romance, foi galardoada na altura em que saiu, com o Prémio Ricardo Malheiros⁽⁵⁾. Foi traduzida para castelhano (Edit. Noguer) e para italiano com um prefácio de Enrico Miglioli (Aldo Mortello Editore)⁽⁶⁾. Chegaram a anunciar a adaptação ao cinema, mas parece que não chegou a concretizar-se⁽⁷⁾.

Por fim, resta-me registar com interesse, nesta reunião, que o autor do romance, ainda escreveu várias biografias romanceadas, de Hipócrates, de Galeno, de Avicena, de Paracelso, de Vesalio, do nosso Ribeiro Sanches e de muitos outros médicos.

4. A dor e a morte dos mineiros. A agudização do drama do camponês.

Escrevia o autor, na página 227 sobre os mineiros: «O volfro enriquece todo o mundo, menos o mineiro. A condição do mineiro é pagar com a morte, ser roubado pela companhia e pelo seguro.»

«...A mina é uma perdação.» Nas páginas 169-170 e em seguida, conta a desonra da Maria do Freixo e a dor da família que está empregada na mina e que não pode sequer quixar-se.

«Um capataz, um dia, disse ao médico que os minérios têm um bafo podre.», na página 125. Embora os exemplos sejam muitos, parece-nos elucidativo este da página 107:

«Sempre que um homem tem um pouco de dinheiro para uma garrafa de vinho e um a-propósito para se juntar num adro, ou uma tenda com os camaradas, a ouvir a safona ou a historiar uma coisa boa da vida, a desgraça dói menos».

Na página 85 diz, «Dois de Rebordelo ficaram numa cova...».

Outro problema que é largamente repetido são as tosses e as humidades:

- «... a tosse negra desfazia os pulmões», na pág. 119;

- «... sem tectos de galerias, suor de esforços, ansiedades, tufo, a mordazar, o ar puro e livre.» na pág. 107, assim como na pág. 97 e na 82;

- «... a catarral» na pág. 171, até «... já o viu a escarrar tufo.» pág. 228;

- e na pág. 56 «... a tuberculose... como se fosse peste».

Outro aspecto são os sintomas do bom viver. Que aparecem na pág. 8: «Ele é cerveja, ele é bom cabrito»;

ou então: «...comer galinhas e porcos como a burguesia...» na pág. 6 e também, na pág. 9: «... e todo o pobre é feliz se tiver jorna...»

e na pág. 95: «... e todo o pobre tem um dia direito a ser burguês...»

Em referência às aldeias espalhadas pela Beira Baixa, diz, na pág. 100: «Ali em S. Francisco vão-se despejando as populações das aldeias do distrito.»

Fala de Idanha, de Penha Garcia, do Salvador, de Medelim, das Sarzedas, de Proença. Cita muitas

vezes a Serra da Gardunha e os ventos que sopram de lá e também a Serra da Gata, já em Espanha. Faltando-lhe a visão geográfica da Estrela que domina todo o Zêzere e a aldeia junto a ele que é S. Francisco e vê-se claramente que lhe falta esse conhecimento.

Outro aspecto é não se falar ainda no fim da segunda guerra mundial, da selicose, embora na pág. 82, se refira, «Tem de limpar esses pulmões de poeira...».

Para terminar, duas notas, uma triste e outra menos triste. Todos nós, uns mais outros menos, tivemos ou sentimos a dor e por vezes prolongada, e com um sofrimento atroz. Às vezes de tal intensidade que parece que o homem não resistiria. Mas não, resiste. A capacidade de sofrimento, no homem, parece quase infinita.

A menos triste, para terminar, é que hoje em dia, em S. Francisco, as casas já não estão negras e soturnas, são caiadas, têm bom aspecto, as crianças são saudáveis e as famílias têm os menos problemas que noutra terra qualquer. E os empresários são iguais a todos os outros, embora continuem a ser estrangeiros.

O romance, também, deve ter contribuído para tudo isso.

* Eng. Agrónomo.

Bibliografia

1. Namora Fernando, 1946, *Minas de San Francisco*. 1ª Edição, Coimbra Editora, Limitada, Coimbra.
2. Idem, 1987, *Autobiografia*. Col. «Autobiografias», n.º 1, 1ª Edição, Ed. «O Jornal». Lisboa, Outubro, 1987
3. Sacramento, Mário, 1967, *Fernando Namora. A obra e o Homem*. Editora Arcádia Limitada, Lisboa
4. Mendes Correia, Prof. Dr. António et al., 1950, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. VOL XVII, Ed. Enciclopédia Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro.
5. Alves Pires et al., 1972, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Edit. Verbo, Lisboa.
6. Ortega y Gasset, José, 1980, *Origen y Epilogo de la filisofia*, (1929). Colección Austral, Espasa-Calpe, S.A., Madrid.